Relatório de Gestão 2013 2015

Relatório de Gestão 2013 2015

APRESENTAÇÃO

Os horizontes do biênio

O biênio 2013-2015 assinala na história do Judiciário do Pará um período de forte mobilização e esforço coletivo para a melhoria do acesso dos cidadãos à Justiça, expansão do 1º grau e investimentos em Tecnologia de Informação e Comunicação que assegurem mais eficácia, alcance e celeridade ao trabalho de magistrados e servidores.

Diálogo, debate, planejamento, ação e reflexão constituíram o eixo metodológico que esta gestão utilizou para enfrentar de forma eficiente e proativa o desafio de assegurar os anseios da população por justiça e cidadania, com qualidade e tempestividade, em todas as regiões do Pará. Afinal, trata-se de solucionar a difícil equação que confronta limitação de recursos, com a urgência e a magnitude das necessidades humanas.

O Pará é um polo de atração de grandes projetos econômicos e a consequente explosão demográfica é um fato que impõe ao Judiciário atitudes para garantir a essas populações prerrogativas básicas do estado democrático de direito, como políticas voltadas à criança e ao adolescente, à violência contra a mulher, ao idoso, ações da justiça e cidadania, resolução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários, que propiciem a pacificação social.

Métodos alternativos de solução de conflitos, ações de justiça itinerante e a inovação em tecnologia nos permitiram sair da intenção ao gesto.

O esforço do Poder Judiciário paraense foi reconhecido pelo Ministério da Justiça com a Medalha de Acesso à Justiça e pelo CNJ, que o elegeu como o 7º melhor do País em tecnologia da informação.

A renovação do nosso parque computacional converteu a tecnologia da informação em ferramenta estratégica que nos permitiu ser pioneiros no uso de

videoaudiências e aplicativos que facilitam o trabalho de magistrados e servidores e dinamizam o diálogo com a sociedade.

Construímos e reformamos prédios na capital e no interior para criar uma estrutura confortável e segura de atendimento ao público, dentro dos parâmetros de acessibilidade, sobretudo nos municípios onde o crescimento da demanda é mais urgente. Novas comarcas, varas e juizados especiais ampliaram o atendimento, com prioridade às áreas de intenso crescimento demográfico.

O trabalho coletivo e colegiado, fundamentado no planejamento e na governança colaborativa resultou na eficiência do investimento público e na sustentação das melhores práticas de aplicação da Justiça.

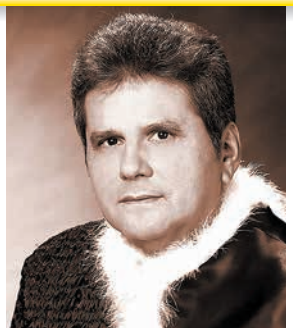
Para estimular as boas práticas e iniciativas inovadoras e replicá-las no âmbito do Judiciário institucionalizamos projetos de iniciativa de magistrados que aproximaram a Justiça do cidadão.

Um horizonte claro à frente, a experiência da nossa tradição e o olhar para o tempo presente nos impulsionam a seguir em frente e ir além, de mãos dadas, porque quando falamos Justiça queremos dizer liberdade, prerrogativa que o filósofo Alberto Camus classificou como "o único valor imperecível da história".

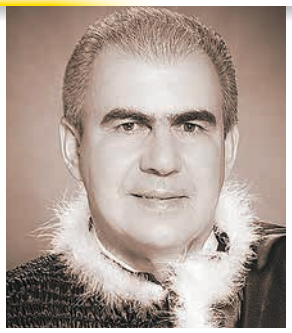
Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Presidente do Tribunal de Justiça do Pará

Desembargadores

Presidente
Desembargadora
Luzia Nadja Guimarães
Nascimento



Vice-Presidente
Desembargador Cláudio
Augusto Montalvão das
Neves (in memoriam)



Corregedor da Região
Metropolitana
Desembargador Ronaldo
Marques Valle

Corregedora do Interior
Desembargadora Maria
de Nazaré Saavedra
Guimarães

Coordenadora Geral
dos Juizados Especiais
Desembargadora
Diracy Nunes Alves

Desembargador Milton
Augusto de Brito Nobre

Desembargadora
Raimunda do Carmo Gomes
Noronha (aposentou-se em
abril de 2014)

Desembargador Rômulo
José Ferreira Nunes

Desembargador João
José da Silva Maroja (apo-
sentou-se em setembro de
2014)

Desembargadora Vania
Valente do Couto Fortes
Bitar Cunha

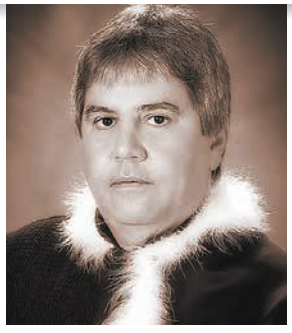
Desembargador
Raimundo Holanda Reis

Desembargadora Brígida
Gonçalves dos Santos
(aposentou-se em agosto
de 2014)

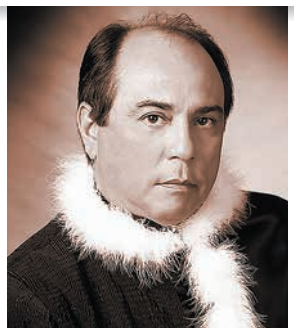
Desembargadora Vânia
Lúcia Carvalho da Silveira

Desembargador
Constantino Augusto
Guerreiro

Desembargadora Maria de
Nazaré Silva Gouveia dos
Santos



Desembargador Ricardo
Ferreira Nunes



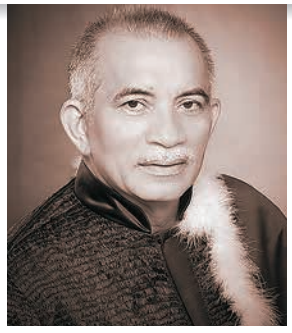
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares

Desembargadora Marneide Trindade Pereira Merabet

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior

Desembargadora Gleide Pereira de Moura



Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

Desembargadora Helena Percila de Azevedo Dornelles

Desembargadora Maria do Céo Maciel Coutinho

Desembargadora Maria Edwiges Miranda Lobato

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura

Desembargadora Vera Araújo de Souza

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque

Desembargadora Elena Farag

Desembargadora Odete da Silva Carvalho

Desembargadora Edneia Oliveira Tavares

Comissões e grupos de trabalho

Comissão Permanente de Gestão Socioambiental

- Presidência - Desembargadora Vera Araújo de Souza

Comissão para promoção de estudos voltados à readequação e/ou atualização da tabela de emolumentos dos serviços notariais e de registros em vigor

- Presidentes em conjunto:

Desembargador Ronaldo Marques Valle
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Juíza Katia Parente Sena
Juiz Silvio César dos Santos Maria
Juiz José Torquato Araújo de Alencar

Comissão permanente de monitoramento, estudo e assessoramento das questões ligadas à grilagem

- Presidência - Desembargador Otávio Marcelino Maciel

Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social

- Presidência - Desembargador Ricardo Ferreira Nunes

Comissão para elaborar minuta de ato normativo que regulamenta o procedimento de devolução de custas judiciais

- Presidência – Desembargador Ronaldo Marques Valle e Desembagadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

Comissão de Avaliação e Redefinição das Competências das Unidades Judiciárias de 1º grau

- Presidência - Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre

Comissão de informática

- Presidência - Desembargadora Vera Araújo de Souza

Comitê de Segurança da Informação

- Presidência - Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Grupo Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (Pje)

- Presidência - Desembargadora Vera Araújo de Souza

Grupo gestor do sistema de gestão de processos judiciais – Libra

- Presidência - Desembargadora Vera Araújo de Souza

Grupo de trabalho do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)

- Presidência - Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Grupo Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (Pje)

- Presidência - Desembargadora Vera Araújo de Souza

Grupo Técnico para estudo sobre reorganização dos serviços extrajudiciais de notas e registro no Estado do Pará

- Presidência - Desembargadora Vera Araújo de Souza

Grupo Técnico para coordenar as atividades de elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará – sexênio 2015-2020

- Presidência - Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre

Comitê Técnico para implantação e acompanhamento da metodologia da Gestão por Competências

- Presidência - Juíza Kátia Parente Sena

Grupo de Trabalho para monitoramento e julgamento das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas aos crimes contra a Administração Pública

- Coordenação – Juíza Katia Parente Sena

Grupo de Trabalho para acompanhamento e atualização dos dados do Sistema de Gestão Processual – Libra

- Presidência - Juiz João Batista Lopes do Nascimento

Agradecimentos

É com alegria e emoção que, ao deixar a Presidência do Poder Judiciário do Estado do Pará, agradeço aos desembargadores, juízes de direito, diretores de fóruns, diretores de secretaria, secretários, assessores, servidores, militares e colaboradores por sua dedicação, compromisso e eficiente atuação em prol do desenvolvimento da prestação jurisdicional ao cidadão do Pará.

Sem a valiosa colaboração dessa imensa família, valor maior do Judiciário, não seria possível empreender a jornada que ora se encerra e que me propiciou vivenciar momentos de muitas realizações.

A lembrança do que vivemos em conjunto neste biênio ficará eternamente gravada em minha memória e é a melhor expressão do que levo comigo para o futuro.

Obrigada a todos e a cada um de vocês!

EM EQUIPE

Plano de gestão construído coletivamente

Avanços do biênio devem-se ao caráter participativo das ações pactuadas pelo Judiciário

Construção coletiva, com a participação de magistrados e servidores, o Plano de Gestão do Poder Judiciário do Pará para o biênio 2013-2015 definiu 113 ações pactuadas e detalhadas em 423 etapas, distribuídas por 33 responsáveis em 30 setores, com prioridade à expansão dos serviços ao 1º Grau, acesso à justiça e aos investimentos em tecnologia.

Governança colaborativa se fundamenta no diálogo, na reflexão, no debate e sobretudo na ação planejada e monitorada

Nesse período foi possível criar e implantar os bancos de talentos e de boas práticas de magistrados e servidores; sistema informatizado para monitorar as ações do Plano de Gestão; formação, capacitação e treinamento; a Rádio Web; Comitê de Gestão Operacional; Colegiado de Planejamento Estratégico; Comitê de Indicadores; processo de substituição de juízes em ausências e afastamentos; setor de autuação e numeração de processos originários do TJPA; reorganizou-se também a dinâmica de funcionamento dos Juizados Especiais e Turmas Recursais, aperfeiçoando-se seus sistemas informatizados; houve encontros regionais de magistrados e diretores de secretaria; implantou-se sistema informatizado para agilizar os processos de movimentação na carreira da magistratura; ampliou-se e implementou-se o Sistema Siga-Doc; a Gestão do Arquivo Geral do Judiciário foi reorganizada e o acervo bibliográfico, ampliado, aperfeiço-

Agenda de itinerância chega à Vila Lindoeste, a 250 quilômetros de São Félix do Xingu, fronteira com o Mato Grosso

ando-se o acesso virtual à biblioteca; garantiu-se a formação continuada de magistrados e servidores; implantou-se o Ensino a Distância; o atendimento interno à saúde dos integrantes do Judiciário do Pará teve várias melhorias; a abrangência da Justiça Itinerante, vinculada aos Juizados Especiais, foi ampliada e implantou-se cinco Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

Essas conquistas são evidências de que o trabalho em equipe, fundamentado no planejamento rigoroso, no monitoramento, no diálogo, na reflexão, no debate e, sobretudo, na ação, define os princípios da governança colaborativa que nortearam a atuação do Judiciário no período.

EXPANSÃO

Judiciário cria 20 novas varas de Justiça em 12 comarcas

Objetivo é atender o aumento da demanda e melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos

Vista aérea de Marabá, no delta do Itacaiúnas com o Tocantins, uma das vinte sedes de comarca onde foram criadas novas varas de Justiça

A expansão do Judiciário paraense é uma das marcas do biênio 2013-2015. Foram instaladas três novas comarcas – Anapu, Inhangapi e Ipixuna – e criadas 20 varas de Justiça em 12 comarcas, nas áreas Cível, Criminal, da Fazenda, da Infância e da Juventude, Distrital, de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e de Violência contra a Criança, e de Juizados Especiais (JE). Além disso, foram criadas, em dezembro de 2014, outras quatro varas.O objetivo é aproximar os serviços judiciários dos cidadãos, sobretudo em áreas remotas do Estado, onde as populações vivem excluídas do acesso aos serviços públicos. Para atender a forte demanda da capital foram criados oito cargos de juiz substituto de 3ª entrância. No quadro ao lado, a relação das comarcas e das novas varas criadas.

Foram instaladas 3 novas comarcas e criadas 20 varas de Justiça em todo o Pará

Expansão judiciária 2013 - 2015

Criação de comarcas e varas

Justica Comum (1º Grau)

2013

COMARCA	DATA	VARA
Ananindeua	18/1/2013	11ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher e Violência Contra Criança

2014

COMARCA	DATA	VARA
Ananindeua	7/4/2014	12ª Vara Cível
	21/10/2014	13ª Vara Criminal
Belém	17/1/2014	7ª Vara da Fazenda
	20/1/2014	3ª Vara da Infância e Juventude
	10/3/2014	4ª Vara da Infância e Juventude
Almeirim (Monte Dourado)	27/10/2014	Vara Distrital de Monte Dourado

Novas comarcas

Anapu	25/02/2014	Vara Única
Inhangapi	11/03/2014	Vara Única
Ipixuna do Pará	16/09/2014	Vara Única

Juizados Especiais

(Transformação em Varas)

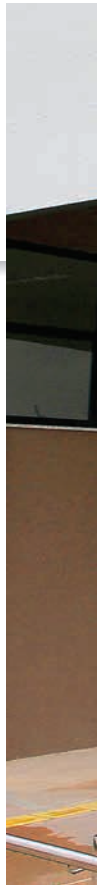
2014

COMARCA	DATA	VARA
Ananindeua	4/8/2014	1ª Vara Cível de JE
		2ª Vara Cível de JE
		3ª Vara Cível de JE
		Vara Criminal de JE
Conceicão do Araguaia	22/07/2014	Vara Cível e Criminal de JE
Redenção	22/07/2014	Vara Cível e Criminal de JE

Criadas em lei para instalação

COMARCAS	DATA	VARA
Marabá		2ª Vara de Juizados Especiais Cível e Criminal
Canãa dos Carajás		2ª Vara
Capanema		3ª Vara
Rondon do Pará		2ª Vara

FONTE: TJPA / SEPLAN / COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA



OBRAS

Investimentos melhoram infraestrutura da Justiça

TJPA construiu, reformou e ampliou prédios para atender, com qualidade, o cidadão

O TJPA investiu mais de R$ 28 milhões para concluir as obras de construção, reforma e ampliação dos juizados especiais de Icoaraci, do Jurunas, de Conceição do Araguaia, de Santa Isabel do Pará, da Cidade Nova VIII e do PAAR; de adaptação dos prédios que abrigarão provisoriamente os fóruns de Monte Dourado e de Santo Antônio do Tauá, dos prédios anexo II e III, da Escola Superior de Magistratura e do prédio do Depositário Público, adaptado para funcionar como a nova Central de Atendimento de Serviços de Informática; e dos fóruns das comarcas de Mocajuba, Tucumã, Goianésia, Tomé-Açu, Santana do Araguaia, Breves, Canaã dos Carajás e Monte Dourado. Foi concluída também a construção do novo Almoxarifado Central do TJPA.

Foram concluídas as obras em seis juizados especiais e de fóruns em oito comarcas do interior do Pará

Novo Almoxarifado do TJPA

Investimento de R$ 5 milhões

São 1.800 m² de área construída em um terreno de 4.300 m², utilizando materiais desenvolvidos com tecnologia de ponta para maximizar a eficiência termo-energética e garantir conforto ambiental, segurança e minimização dos custos.

Juizado Especial do Jurunas

Investimento de R$ 1,6 milhão

Reformado e ampliado, abriga nova vara com a estrutura e equipamentos adequados para o atendimento integral dos jurisdicionados, oferecendo acessibilidade além de garantir espaços para Defensoria Pública, OAB e Ministério Público.

Juizado Especial de Conceição do Araguaia

Investimento de R$ 1,1 milhão

Reformado e ampliado, dispõe de salas de espera e atermação, com 12 e 24 lugares, respectivamente; gabinete de juiz, assessoria, sala de audiência, secretaria e depósito de bens apreendidos.

O novo almoxarifado do TJPA foi construído conforme as mais modernas técnicas de segurança e eficiência logísticas

Juizado Especial de Santa Isabel
Investimento de R$ 784 mil

Reformado, o prédio passou a dispor de sala de atermação com 24 lugares; duas salas para conciliação; conjunto de varas com gabinete de juiz, assessoria, audiência e secretaria; sala de espera com 18 lugares; salas individuais para OAB, Ministério Público e Defensoria Pública; arquivo geral e depósito de bens apreendidos.

Juizado Especial da Cidade Nova VIII
Investimento de R$ 1,4 milhão

O Juizado foi construído conforme critérios de modernização para atender à crescente demanda de processos em tramitação. O prédio, localizado na Estrada da Providência, foi adequado à legislação vigente no que se refere à acessibilidade e saídas de emergência.

Fórum de Santana do Araguaia
Investimento de R$ 2,2 milhões

Reformado e ampliado, dispõe de Salão do Júri com salas para guarda, testemunhas, serviço psicossocial, informática e sala secreta; sala para oficial de Justiça; celas para homens e mulheres, além de ambiente para custódia de menor. Foram ampliadas áreas de atendimento ao público, como recepção, protocolo e distribuição. Igualmente disponibilizados gabinete do juiz com assessoria e sala de audiência, secretarias da vara e do fórum, depósito para bens apreendidos, sala de armas, além dos espaços para Defensoria Pública, Ministério Público e OAB.

Fórum de Tucumã
Investimento de R$ 1,2 milhão

O prédio recebeu sala de espera com 18 lugares, salas para Ministério Público, Defensoria Pública e OAB; gabinetes de juiz, assessoria, audiência e secretaria e sala para oficial de justiça.

Fórum de Mocajuba
Investimento de R$ 2,2 milhões

Com a reforma e a ampliação, o Fórum de Mocajuba ganhou salão do júri com salas de testemunhas, sala secreta e novas celas. O prédio atende integralmente as condições de acessibilidade e tem espaço específico para Defensoria Pública, OAB e Ministério Público.

Fórum de Goianésia
Investimento de R$ 1,8 milhão

Construção concebida de forma flexível e modular, para possibilitar a expansão. A segurança dos jurisdicionados, servidores e magistrados é garantida pela definição estratégica das áreas para os diversos setores laborais e para o fluxo de pessoas e de processos. Também contempla espaço específico para Defensoria Pública, OAB e Ministério Público, além de secretaria, assessoria, gabinete de juiz, sala de audiência, sala de espera, central de mandados, sala dos oficiais de justiça e sala de arquivo. O salão do júri tem plateia de 40 lugares; sala de reunião do conselho de sentença e de testemunhas, bem como depósito de bens apreendidos com área reservada para armas; celas para homens e mulheres, salas de custódia e de reconhecimento.

Fórum de Tomé-Açu
Investimento de R$ 1,7 milhão

Erguido no terreno do antigo Fórum, incendiado em 2008, o projeto possibilita a construção de mais um pavimento em caso de expansão. Há áreas específicas para OAB, Defensoria Pública e Ministério Público. Dispõe de sala de espera, gabinete do juiz, assessoria, sala de audiência, secretaria, salas de central de mandados, dos oficiais de justiça e arquivo. O salão do júri tem plateia de 44 lugares; sala de reunião do conselho de sentença e de testemunhas, além de depósito de bens apreendidos com área reservada para armas; celas para homens e mulheres, salas de custódia e de reconhecimento.

Juizado do PAAR
Investimento de R$ 1,6 milhão

No PAAR, o prédio do 2º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ananindeua, conhecido como "Juizado Especial do PAAR", foi demolido e no seu lugar erguido novo prédio, cujo projeto arquitetônico modernizou as instalações para atender a demanda crescente, adequando-as à legislação sobre acessibilidade e saídas de emergência.

No PAAR, novo prédio dos juizados especiais atende ao crescimento da demanda

Prédio do Fórum de Mocajuba atende integralmente as condições de acessibilidade

Fórum de Breves
Investimento de R$ 2,2 milhões

Reformado e ampliado, passa a dispor de salão do júri que incorpora sala de testemunhas, sala secreta e novas celas. O prédio atende as condições de acessibilidade e reserva espaço específico para Defensoria Pública, Ministério Público e OAB.

Reforma dos anexos administrativos II e III do Tribunal de Justiça
Investimento de R$ 1,1 milhão

Os anexos situados nas proximidades dos fóruns Cível e Criminal, na Cidade Velha, foram reformados para melhor abrigar a Secretaria de Gestão de Pessoas e mais seis salas de apoio administrativo.

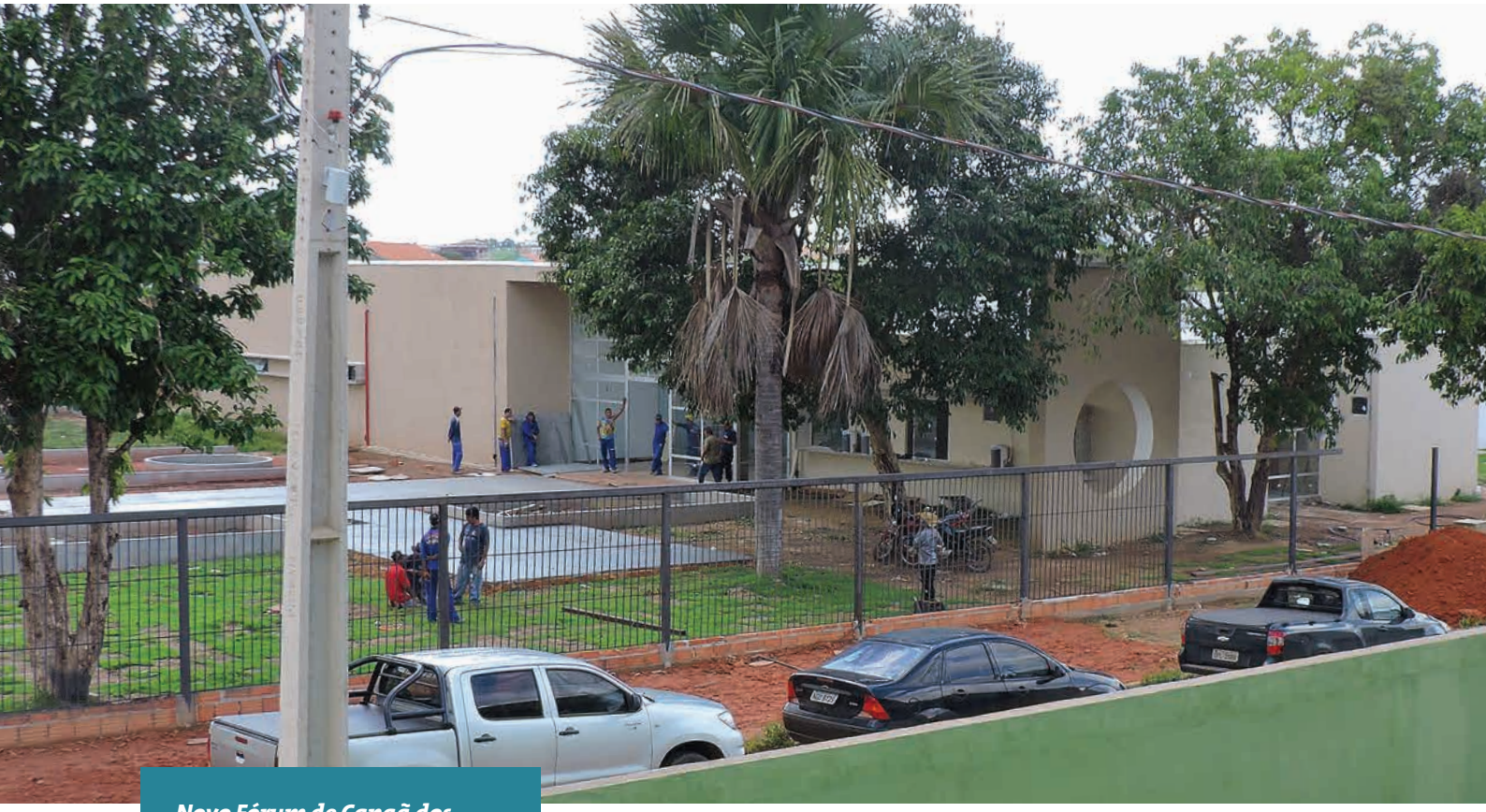
Passarela coberta e rampas de acesso possibilitaram a circulação entre os anexos e o Fórum Criminal.

Escola da Magistratura
Investimento de R$ 531 mil

Reformado, o prédio recebeu pintura interna e externa, substituição das divisórias navais por paredes de gesso acartonado, reestruturação do auditório, reforma dos banheiros e reparos em geral.

Central de Atendimento de Serviços de Informática (Depositário Público)
Investimento de R$ 508 mil

Recuperação da estrutura do antigo casarão onde funcionava a parte administrativa do Depositário Público. Restauração da fachada, recuperação das instalações elétricas, de rede estruturada, hidrossanitárias e de combate a incêndio para funcionamento da Central de Atendimento de Serviços de Informática - Casa Amarela I.



Novo Fórum de Canaã dos Carajás, contruído com a Vale, para atender o crescimento da demanda no sudeste do Pará

Juizado Especial de Icoaraci
Investimento de R$ 1,5 milhão

Reformado e ampliado, o Juizado Especial de Icoaraci ganhou estacionamento público, sala de atermação com 40 lugares adaptada para pessoas com necessidades especiais; sala de espera com 14 lugares; duas salas para conciliação; sala para oficial de Justiça; dependências para OAB, Ministério Público e Defensoria Pública; dois conjuntos de varas (gabinete de juiz, assessoria, audiência e secretaria); arquivo; e depósito de bens apreendidos.

Fórum de Canaã dos Carajás
Investimento de R$ 1 milhão

Com aproximadamente 1.300 m² de área construída em dois pavimentos, em terreno de 6.000 m², o novo Fórum foi erguido em parceria com a empresa Vale. Concebido para abrigar quatro varas.

Fórum Distrital de Monte Dourado
Investimento de R$ 580 mil

Prédio cedido pelo Poder Judiciário da União está sendo adequado para funcionamento do Fórum, em 262,57 m² de área construída, com estrutura judiciária necessária (gabinete de juiz, assessoria, audiência e secretaria).

Fórum de Viseu será entregue em abril de 2015
Investimento de R$ 1,8 milhão

Construção do Fórum da Comarca de Viseu, orçada em R$ 1,8 milhão e com entrega prevista para abril de 2015. Prédio de um pavimento com aproximadamente 600 m² de área construída em um terreno de 906,89m².

Obras executadas

2013-2015

	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$ 1,00)
1	Reforma e ampliação do Juizado Especial de Icoaraci	**1.543.095**
2	Reforma e ampliação do Fórum de Mocajuba	**2.254.894**
3	Reforma e ampliação do juizado especial de Conceição do Araguaia	**1.133.609**
4	Reforma e ampliação do Fórum de Tucumã	**1.164.248**
5	Reforma do Juizado Especial de Santa Isabel	**784.302**
6	Reforma e ampliação do Juizado Especial da Cidade Nova VIII	**1.454.361**
7	Reforma dos prédios anexos II e III	**1.064.202**
8	Reforma e ampliação do Juizado Especial do Jurunas	**1.677.238**
9	Reforma e ampliação do Fórum de Breves	**2.211.736**
10	Reforma e ampliação do Fórum de Santana do Araguaia	**2.163.911**
11	Reforma da Escola Superior de Magistratura	**531.382**
12	Recuperação e restauração do prédio do Depositário Público	**507.998**
13	Adaptação de prédio para funcionamento do Fórum Distrital de Monte Dourado	**32.733**
14	Adaptação da residência oficial de Santo Antônio do Tauá	**143.874**
15	Construção do Fórum de Goianésia	**1.836.269**
16	Construção do novo Juizado Especial do Paar	**1.647.068**
17	Construção do Fórum de Tomé Açu	**1.712.682**
18	Construção do novo Almoxarifado do TJPA	**5.007.096**
19	Reforma de prédio para abrigar o Fórum de Monte Dourado	**578.069**
20	Construção do Fórum de Canaã dos Carajás	**1.013.609**
	Total obras executadas	**28.462.377**

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Obra em execução

2013-2015

	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$ 1,00)
1	Construção do Fórum de Viseu	**1.799.302**
	Total obras em execução	**1.799.302**

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Prédio do Juizado de Icoaraci foi reformado e ampliado para dar mais conforto a servidores e jurisdicionados

Mais sete obras estão em fase de licitação

Em fase de licitação, o TJPA planeja um total de R$ 18,2 milhões em obras, cinco de construções e duas de reforma, num total de 4,676 mil m² de área construída, de acordo com a tabela abaixo.

PROJETOS

Estão em fase de elaboração de projeto as demandas de construção dos fóruns de Vitória do Xingu, Xinguara, Castanhal, São Felix do Xingu, Ourilândia, Cametá, do prédio anexo ao Fórum de Parauapebas, do prédio anexo ao Fórum de Marabá; reforma e ampliação do Fórum de Mosqueiro; refrigeração dos corredores do Fórum Cível; construção do espaço para abrigar o Data Center; e ampliação da Central de Atendimento de Informática.

Obras em licitação

2013-2015

	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$ 1,00)
1	Construção de prédio do Serviço de Manutenção Predial	**1.200.000**
2	Reforma e ampliação do Fórum de Barcarena	**3.500.000**
3	Construção do Fórum de Alenquer	**2.200.000**
4	Construção do Fórum de Rio Maria	**2.900.000**
5	Construção do Fórum de Óbidos	**2.300.000**
6	Reforma e ampliação do Fórum de Tailândia	**2.500.000**
7	Construção do Bloco I do Fórum da Comarca de Ananindeua	**3.600.000**
	Total obras em licitação	**18.200.000**

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

O novo Fórum de Tomé-Açu foi construído no mesmo local do antigo, incendiado em 2008

Projeto do prédio do Serviço de Manutenção Predial, que dará suporte à expansão do TJPA

Manutenção envolve recursos de R$ 3,6 milhões

No biênio 2013 a 2015 houve investimento de R$ 3,6 milhões decorrentes de vistorias realizadas em instalações do Poder Judiciário em todo o Pará. Das 111 Comarcas foram vistoriadas 70, alcançando o percentual de 61,95%. Devido ao grau de depreciação física mais avançada, a maior parte dos recursos foi destinada ao polo nordeste, seguido dos polos oeste e sudeste do Pará.

Recursos para os serviços no interior

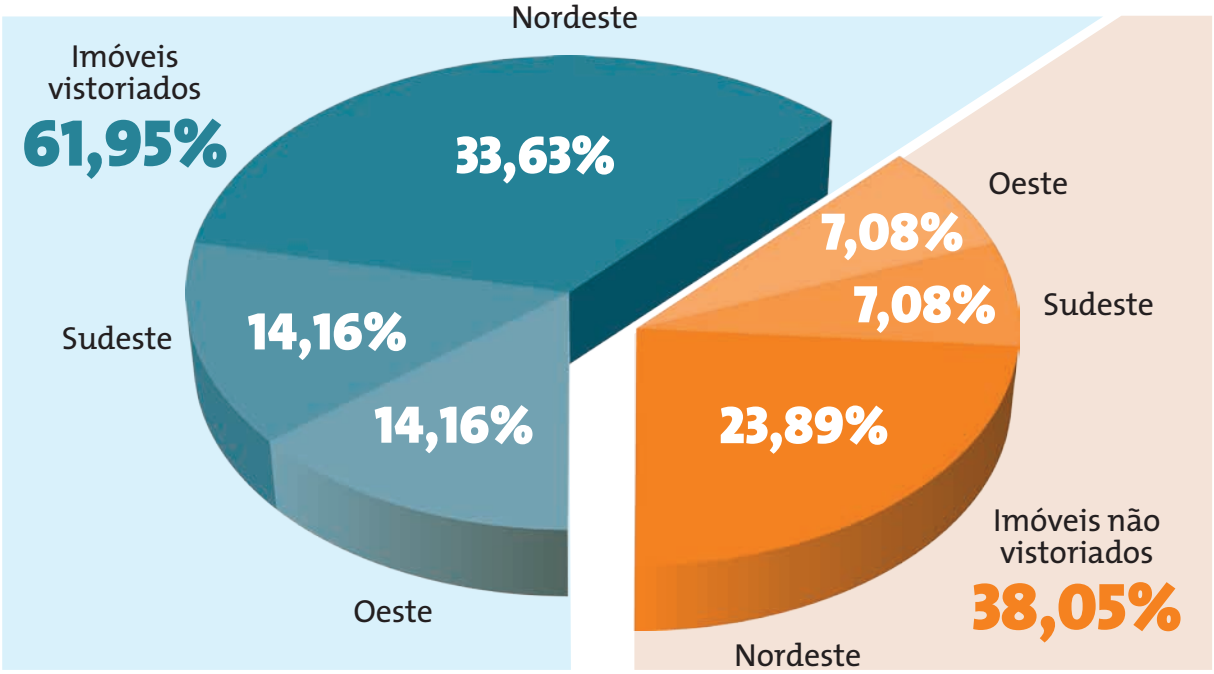
2013 - 2015

POLO	SERVIÇOS REALIZADOS NOS POLOS (R$)				
	EXECUTADO	EM EXECUÇÃO	A INICIAR	TOTAL	%
Nordeste	**692.581,59**	**-**	**719.969,34**	**1.412.550,94**	**39,66**
Oeste	**521.690,78**	**371.548,71**	**236.509,11**	**1.129.748,60**	**31,74**
Sudeste	**575.288,53**	**-**	**443.418,50**	**1.018.707,03**	**28,60**
TOTAL				**3.561.006,57**	**100**

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Imóveis vistoriados nas comarcas do Pará

2013-2015



FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

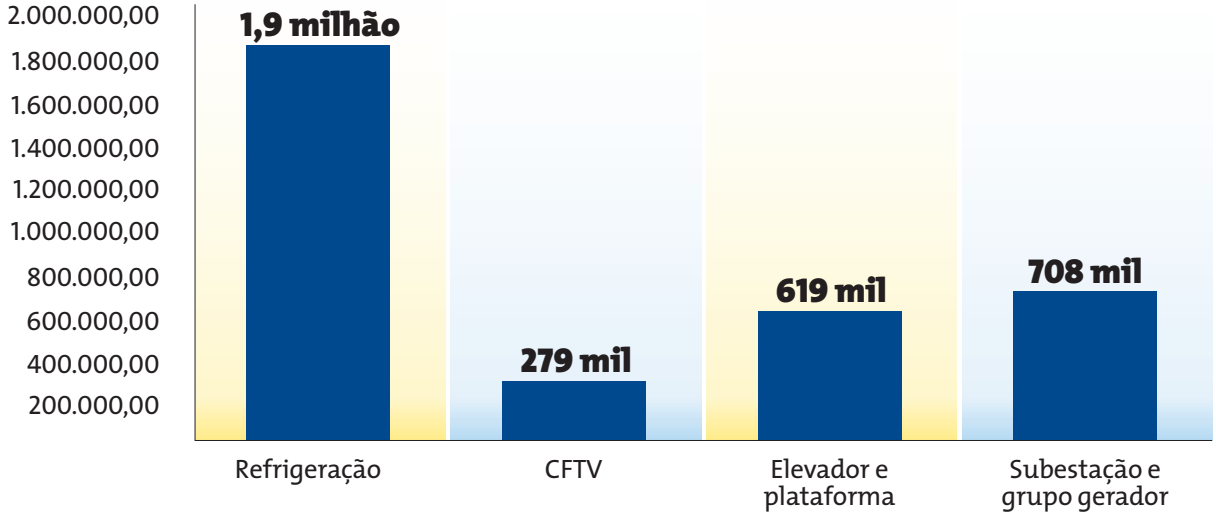
EQUIPAMENTOS

No biênio, o TJPA destinou R$ 3.5 milhões na manutenção dos equipamentos de refrigeração, circuito fechado de TV (CFTV), subestação e grupos geradores de energia, elevadores e plataforma. Na figura abaixo é apontado o gasto em manutenção para cada tipo de equipamento.

Investimento em manutenção de equipamentos

2013 - 12015

R$ 1,00



FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

O prédio onde funcionou a Delegacia da Receita Federal receberá os juizados especiais

Juizados Especiais terão endereço único em Belém

As 19 Varas de Juizados Especiais do TJPA, que funcionam atualmente em nove prédios diferentes, serão alocadas no prédio de 18 andares e 15.218 m² que abrigou a Delegacia da Receita Federal, na rua Gaspar Viana, centro de Belém. O TJPA recebeu o prédio da União, sob regime de aforamento gratuito, conforme a portaria nº 538, que autoriza a cessão do imóvel, assinada pela ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, em 26 de dezembro de 2014, resultado de tratativas do Tribunal, por meio de sua Secretaria de Administração, junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

O TJPA providencia agora as obras de reforço estrutural e da recuperação total da edificação, danificada por um incêndio em outubro de 2012. A medida facilita o acesso do público aos serviços judiciários, especialmente dos idosos, e reduz custos de manutenção das varas, que passarão a ter um único endereço. A expectativa é atender cerca de 150 mil pessoas ao ano, no novo prédio.

Refletores realçam arquitetura do prédio sede

As linhas arquitetônicas do prédio histórico do TJPA, na avenida Almirante Barroso, foram valorizadas por um novo sistema de iluminação composto por 70 refletores de LED, cuja unidade de controle das três cores básicas dessas lâmpadas - azul, vermelho e verde - geram nuances que alteram e realçam a configuração do prédio à noite.

O prédio do Lauro Sodré foi fundado em 1870,

Nova iluminação do prédio sede do Tribunal de Justiça do Pará é mais econômica e realça as linhas arquitetônicas de um prédio histórico

em Belém, para abrigar uma escola de educação profissional a meninos órfãos ou de famílias em situação de extrema pobreza. Em fevereiro de 1897, o Governador Paes de Carvalho modificou o nome de Instituto de Educandos Artífices para Instituto Lauro Sodré, tranformado em 1965 em escola regular. Em 2006, o prédio foi restaurado para abrigar o Tribunal de Justiça do Estado.

A SERVIÇO DA CIDADANIA

Tribunal vai ao encontro dos que precisam de Justiça

Programa de itinerância é reconhecido pelo Ministério da Justiça com a medalha Nacional de Acesso à Justiça

A ampliação dos projetos ligados ao programa "O Tribunal Vai Aonde Você Está", entre 2013 e 2015, aumentou o acesso dos cidadãos à Justiça, pautando a necessidade de continuidade dessas ações, sobretudo as feiras de cidadania e o Ribeirinho Cidadão. Sair dos gabinetes e aproximar a justiça da grande massa populacional do Pará é o conceito que inspira o programa, cujo objetivo é garantir acesso aos serviços judiciários, principalmente à população mais carente de prestação dos serviços públicos. O volume de atendimentos, sobretudo na área social, evidencia a dificuldade que os jurisdicionados que vivem em regiões mais afastadas dos centros urbanos têm para acessar a justiça e os serviços de responsabilidade do Estado. A atividade foi reconhecida pelo Ministério da Justiça como destaque na itinerância entre todos os tribunais estaduais de justiça.

Itinerância levou às populações isoladas, além dos serviços do Judiciário, atendimento social e ações de cidadania

Em 2013, a Coordenadoria de Juizados Especiais do TJPA iniciou o Programa de Itinerância com dois projetos, o "Futebol com Justiça" e o "Verão com Justiça", além de assegurar apoio às atividades jurisdicionais através de projetos como o "Armário Limpo", a Semana Nacional de Conciliação e a 1ª Feira de Conciliação - Consumidor Inteligente, aproximando empresas que acumulam grande número de demandas judiciais de seus clientes.

A partir de fevereiro de 2014, a Agenda de Itinerância foi institucionalizada, sob a coordenação dos Juizados Especiais, que intensificaram as ações de conciliação, mutirões, atendimento itinerante e de tecnologia virtual em audiências.

Destacam-se as feiras de Cidadania no Marex e na escola Profª. Maria Araújo Figueiredo, em Ananindeua; as agendas de atendimento em regiões acessadas por vias fluviais, aéreas e terrestres; o juizado especial que atuou durante o Círio de Nazaré, nos terminais hidroviário, rodoviário e no Aeroporto de Belém, além do projeto Ribeirinho Cidadão na Região Metropolitana de Belém.

O apoio à atividade jurisdicional incorporou os mutirões de conciliação, em 1º e 2º graus, do Banco do Brasil, TIM Celular e DPVAT, 2ª Feira de Conciliação - Consumidor Inteligente e da Semana Nacional de Conciliação de 2014.

Futebol com Justiça

2013	2014
15 jogos	**26 jogos**
Procedimentos realizados **15**	Procedimentos realizados **116**
Pessoas envolvidas **54**	Pessoas envolvidas **87**

Verão com Justiça

2013	2014
4 Finais de semana	**6 Finais de semana**
Ocorrências **32**	Ocorrências **50**

Agenda de Itinerância 2014

Rota 1 - Fluvial
Navio da Caixa Econômica Federal

Mesorregião do Marajó

Soure, Ponta de Pedras, Muaná, Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Breves, Melgaço, Portel e Bagre.

Total de procedimentos
2.542

Rota 2 - Terrestre

Mesorregião Sul/ Sudeste

Itupiranga, São Felix do Xingu, Rio Maria e Bannach.

Total de procedimentos
1.202

Rota 3 - Terrestre

Mesorregião Sul/ Sudeste

Curionópolis, Serra Pelada, Xinguara, Goianésia do Pará e Eldorado dos Carajás.

Total de procedimentos
2.315

Rota 4 - Terrestre

Mesorregião Nordeste

São João de Pirabas, Quatipuru, Nova Esperança do Piriá, Ipixuna do Pará e Marabá.

Total de procedimentos
1.399

Rota 5 - Aéreo
Aviões da FAB

Mesorregião Oeste/ Sudoeste

Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Floresta do Araguaia.

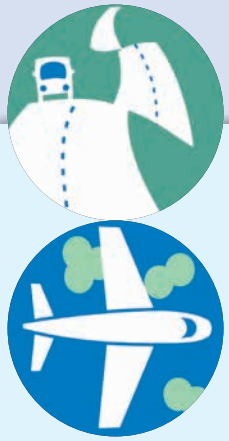
Total de procedimentos
154

Rota 7 - Terrestre

Projeto "Verão com Justiça"

Mosqueiro, Outeiro e Salinópolis

Total de ocorrências
50



Rota 8 - Terrestre e Aéreo

Rotas individuais

Augusto Correa, Canaã dos Carajás.

Total de procedimentos
4.315

Rota 9 - Fluvial

Projeto Ribeirinho Cidadão – Ilhas de Belém

Ilhas do Cumbu, Cutijuba e Outeiro

Total de procedimentos
11.158

Feira de Cidadania no Marex

Em 10 de maio de 2014, com **427** atendimentos

Feira de Cidadania na Escola Profª. Maria Araújo Figueiredo (Cidade Nova)

Em 26 de setembro de 2014, com **619** atendimentos

Terminal Hidroviário

Juizado Especial do Círio de Nazaré

Terminal Hidroviário (8/10 a 15/10/2014)	Terminal Rodoviário (9/10 a 15/10/2014)	Aeroporto de Belém (9/10 a 15/10/2014)
Total de atendimentos **33**	Total de atendimentos **63**	Total de atendimentos **14**

Aeroporto de Belém

Ribeirinho Cidadão

Iniciado em 2011, na Terra do Meio, em Altamira, no sudoeste do estado, o projeto foi executado em Almeirim, no Tapajós, entre junho e fevereiro de 2014, em 111 comunidades ribeirinhas e indígenas. O total de atendimentos pessoais foi de 10.579.

Em 2014, na região das Ilhas de Belém, os trabalhos ocorreram em novembro, em 41 comunidades, com 1.911 atendimentos na primeira etapa; 5.261 na segunda e 3.986 na terceira etapa.

Mutirão de Conciliação Tim Celular S/A

Data: 27 de setembro de 2014

Total de atendimentos	Acordos realizados
110	**85**

Mutirão de Conciliação Banco do Brasil

Data: 23 de agosto de 2014

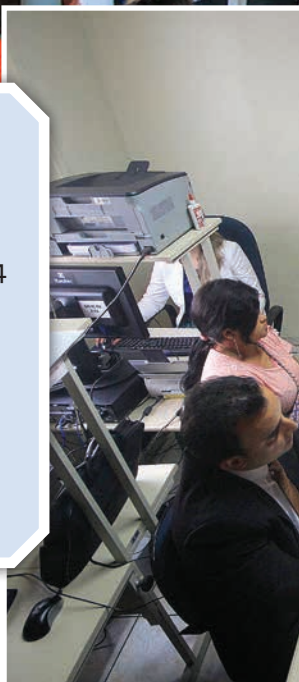
Total de atendimentos	Acordos realizados
211	**114**

Mutirão de Conciliação DPVAT

De 2 a 5 de dezembro de 2014

Total de atendimentos
125

Acordos realizados
63



Feiras de Conciliação - Consumidor inteligente

2013	**2014**
1ª Feira de Conciliação	2ª Feira de Conciliação
Atendimentos **531**	Atendimentos **449**
Acordos **140**	Acordos **187**

Presença da Justiça soluciona conflitos e estimula a paz

Nos estádios de futebol, nas praias mais movimentadas durante as férias, nas comunidades afastadas dos centros urbanos, nas áreas periféricas da capital, na resolução de conflitos entre grandes empresas e consumidores e nas comarcas onde o estoque de processos pendentes é significativo, a atuação dos Juizados Especiais tem sido decisiva para garantir a pacificação social.

Em 2014, a ampliação do "Futebol com Justiça" consolidou a presença do Poder Judiciário nos estádios e demarcou a importância de sua continuidade, uma vez que contribui para a segurança e a tranquilidade dos espetáculos esportivos.

Nas praias mais frequentadas do Pará, a ação do Judiciário obteve resultados satisfatórios, apontando uma tendência de redução do número de ocorrências em virtude do poder ostensivo inibitório de prática ilícita.

As Feiras de Cidadania, por sua vez, permitem que a comunidade acesse mais rapidamente a Justiça e serviços do Estado, como emissão de carteira de identidade, carteira de trabalho e uma série de outros documentos.

A presença do Juizado nos terminais rodoviário e hidroviário e no aeroporto de Belém, durante o período que antecedeu o Círio, evitou que vários cidadãos tivessem seus direitos violados, atuando como instrumento para assegurar a observância dos Direitos do Consumidor.

RIBEIRINHOS

O aumento do número de cidadãos ribeirinhos beneficiados com reconhecimento de união estável, registro de nascimento, documentos de identificação e acesso a uma série de outros direitos e serviços públicos, mostra o alcance social dessa ação iniciada em 2013, no município de Almeirim, sudoeste do Pará, e estendida em 2014 para a região das ilhas de Belém.

CONCILIAÇÃO

No que se refere à Feira de Conciliação – Consumidor Inteligente, o expressivo número de acordos contribuiu para reduzir o tempo de duração da lide na justiça e o número de processos em tramitação nos Juizados Especiais e Turmas Recursais, cumprindo o princípio constitucional da duração razoável do processo, disseminando a política de conciliação. A prática demonstra que melhorias no Sistema dos Juizados Especiais, com baixo custo, contribuem para o reconhecimento de direitos e reforçam a Justiça.

TECNOLOGIA

O projeto "Armário Limpo" é responsável por 31% da produtividade de sentenças nas unidades submetidas ao Sistema dos Juizados Especiais. O projeto

Como funcionam as audiências do Projeto "Armário Limpo"

2013-2014

2013

Abrangência
8 Varas

2014

Abrangência
15 Varas

Total de audiências realizadas por videoconferência
1.114

Total de sentenças prolatadas
6.813

FONTE: TJPA / COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

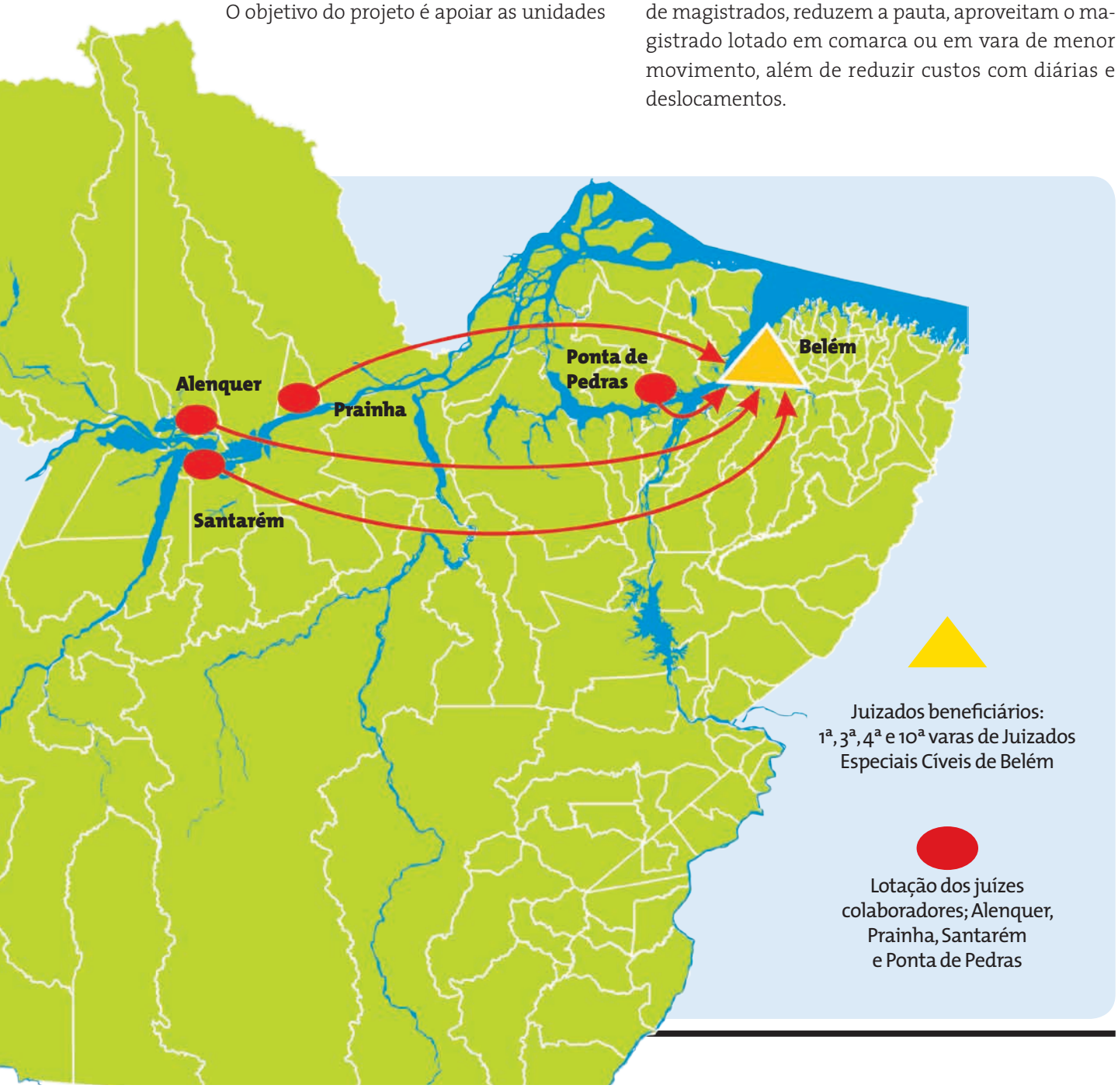
coordena mutirões de audiências, sentenças e atos de secretaria dos Juizados Especiais, com auxílio de magistrados, auxiliares da justiça e servidores da localidade designados pelo órgão competente.

De forma pioneira no Pará, as sessões ocorrem por videoconferência quando os juízes colaboradores atuam como auxiliares nas unidades beneficiadas e, na maioria das vezes, sentenciam em audiência. O magistrado não se desloca da sua unidade de origem, otimiza o uso de recursos humanos e reduz custos.

O objetivo do projeto é apoiar as unidades com elevado número de processos que aguardam audiências ou sentenças. Implantado em 2013, abrangeu inicialmente oito varas e, em 2014, foi ampliado para quinze, que passaram a realizar mutirões de sentença, audiências e atos de secretaria.

Na 1ª Vara do Juizado Especial Cível, por exemplo, em junho de 2013, havia um acervo de 3.317 processos que, em setembro de 2014, se reduziu para 2.896 processos.

A vantagem das videoconferências em relação aos mutirões convencionais é que elas evitam redesignações de audiências em ambientes de carência de magistrados, reduzem a pauta, aproveitam o magistrado lotado em comarca ou em vara de menor movimento, além de reduzir custos com diárias e deslocamentos.



O Fórum Nacional dos Juizados Especiais em Belém mostra o protagonismo do Judiciário do Pará nessa área

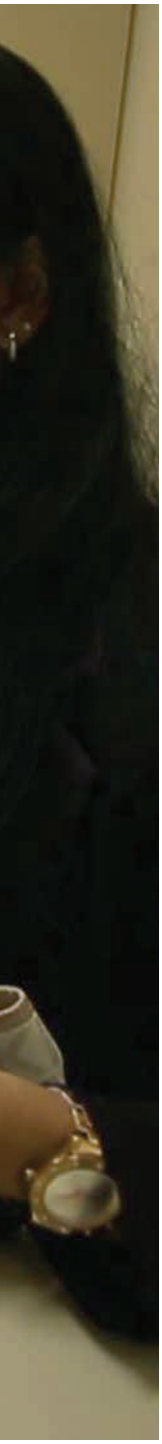
APERFEIÇOAMENTO

O Curso de Aperfeiçoamento da Atividade Judicante, parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados (ENFAM), foi um diferencial para os diretores de secretaria e juízes do Sistema dos Juizados Especiais e Turmas Recursais, pois possibilitou a troca de experiências entre o trabalho desenvolvido pelos Juizados do Pará e outros Juizados do País.

FONAJE

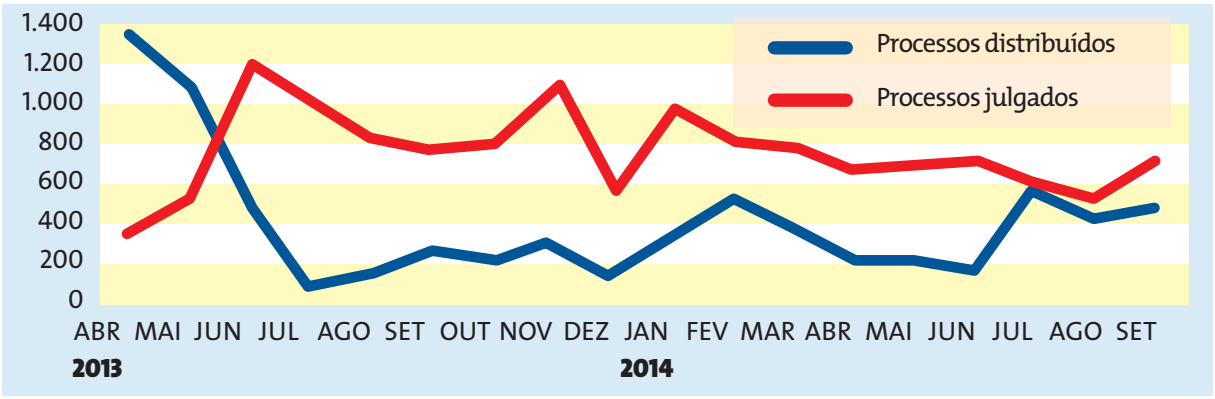
A realização do 36º Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), em Belém, em novembro de 2014, mostrou o protagonismo do Pará no que se refere a esse segmento do Judiciário. Na Carta de Belém, editada ao final do encontro, juízes de todo o País reiteraram o compromisso com a eficiência da prestação jurisdicional e a adoção de instrumentos de inovação na administração da atividade judicante. A experiência de conciliação, audiência de instrução e julgamento, mediante o uso de equipamentos de acesso remoto, tal como vem sendo feito de forma pioneira no Pará, foi amplamente reconhecida no evento.

Experiência pioneira do Pará em audiências remotas foi avalizada pelos participantes do Fonaje


AMAZON FILMES

Processos distribuídos x processos julgados

2013 - 2014



FONTE: TJPA / COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAS

Tempo de julgamento cai de dois anos para dois meses

A reforma e a ampliação da estrutura no 2º Grau do Sistema dos Juizados Especiais aceleraram os julgamentos dos processos e reduziram o tempo de apreciação nas Turmas Recursais, de dois anos, no início da gestão, para uma média de dois meses. O resultado dessa iniciativa foi a ampliação do julgamento de 240 para 900 recursos ao mês, em média.

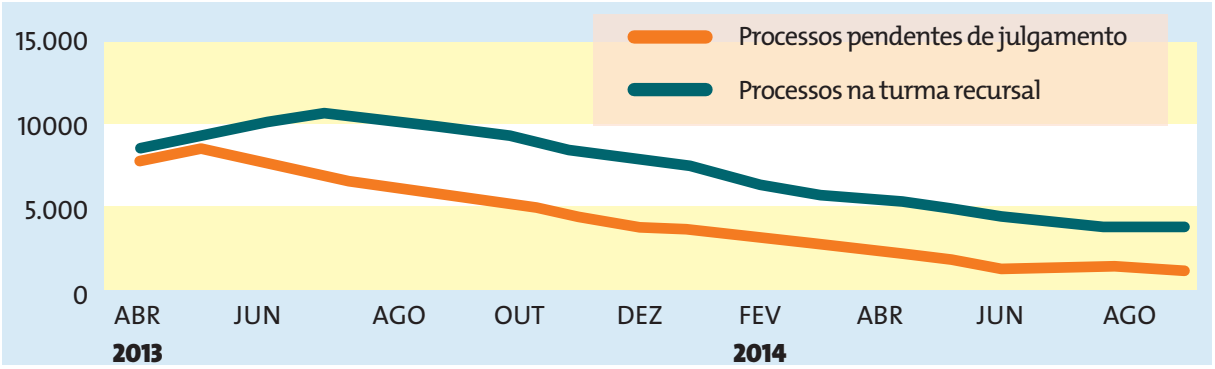
Esses esforços se iniciaram ainda em 2013, ante uma demanda represada de aproximadamente 8.377 recursos pendentes de julgamento. Foi criada primeiramente uma Turma Recursal Permanente Exclusiva, com afastamento dos seus membros da atividade originária pelo prazo de dois anos. E, depois, foram criadas mais duas Turmas Recursais Provisórias, cujos integrantes cumulavam o expediente com seus respectivos juizados.

O acesso à informação processual, via internet, pelo sistema SAPTR, aos advogados e às partes na capital e no interior, foi um avanço significativo. A infraestrutura de computadores e impressoras às turmas recursais somou-se aos nove servidores empossados - três analistas judiciários, cinco auxiliares e um oficial de justiça -, além de 27 estagiários e mais 12 juízes para as turmas provisórias.

Em 2014, as duas turmas recursais provisórias foram extintas e atualmente há uma Turma Recursal Permanente Exclusiva (TR). O acervo em janeiro era de 7.387 processos, com 792 pendentes de julgamento. Em novembro, o acervo se reduziu a 3.246 processos.

Processos pendentes de julgamento x processos na TR

2013 - 2014



FONTE: TJPA / COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAS

GESTÃO DE PESSOAS

Educação permanente abre oportunidades

O TJPA prioriza o seu recurso mais valioso: a força de trabalho

No biênio 2013-2015, houve 362 cursos de capacitação e formação, que registraram 3.505 inscrições de servidores. O Programa de Educação Permanente do TJPA prevê atividades presenciais e a distância. As oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento profissional envolvem capacitações internas e externas e permitiram a vários servidores a participação em congressos técnicos por todo o País.

Houve 362 cursos de capacitação e formação no biênio, que registraram um total de 3,5 mil inscrições de servidores

Vinte e oito servidores da Secretaria de Controle Interno e mais 8 servidores dos Núcleos de Controle Interno das quatro secretarias administrativas tiveram cursos específicos sobre sua área de atuação, totalizando 90 horas de capacitação.

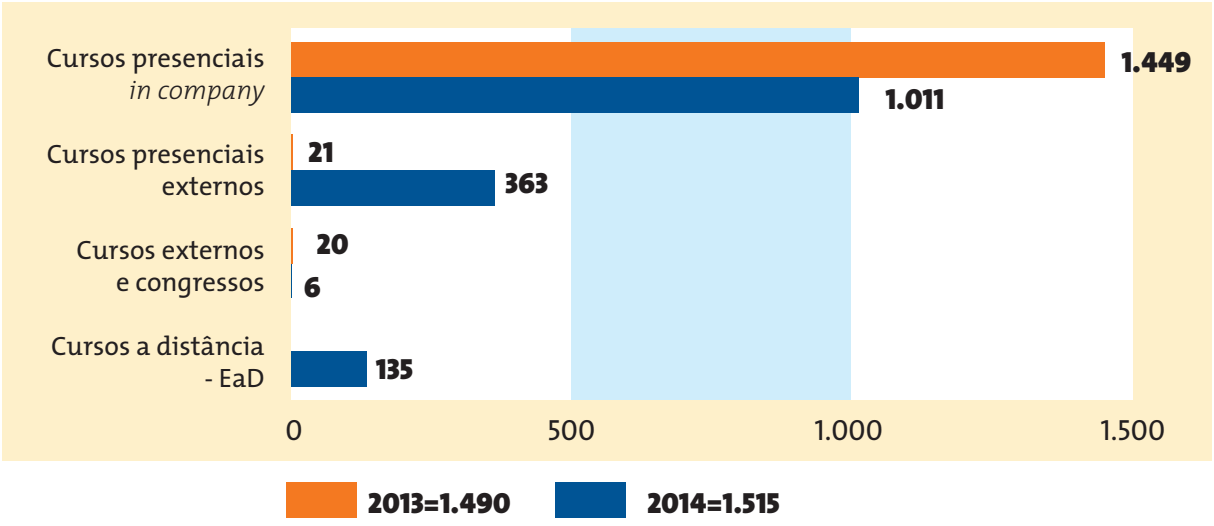
O Sistema de Ensino a Distância (EaD) foi implantado em parceria com a Secretaria de Informática. Foram oferecidos treinamentos nos sistemas de "Processo Administrativo Digital-Siga Doc" e "Atualização no Sistema Libra", e os cursos de "Formação de Tutores", de "Gestão de Tempo" e de "Improbidade Administrativa". Capacitados 135 servidores, considerando-se, inclusive, os cursos oferecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na modalidade.

As comarcas de Castanhal, Abaetetuba e Paragominas receberam projeto de interiorização de capacitação presencial em temas específicos, como Gestão das Varas Cíveis e Criminais e atualização nos Sistemas

O I Curso Internacional de Direito Ambiental foi uma das oportunidades de formação

Servidores capacitados

2013 - 2014

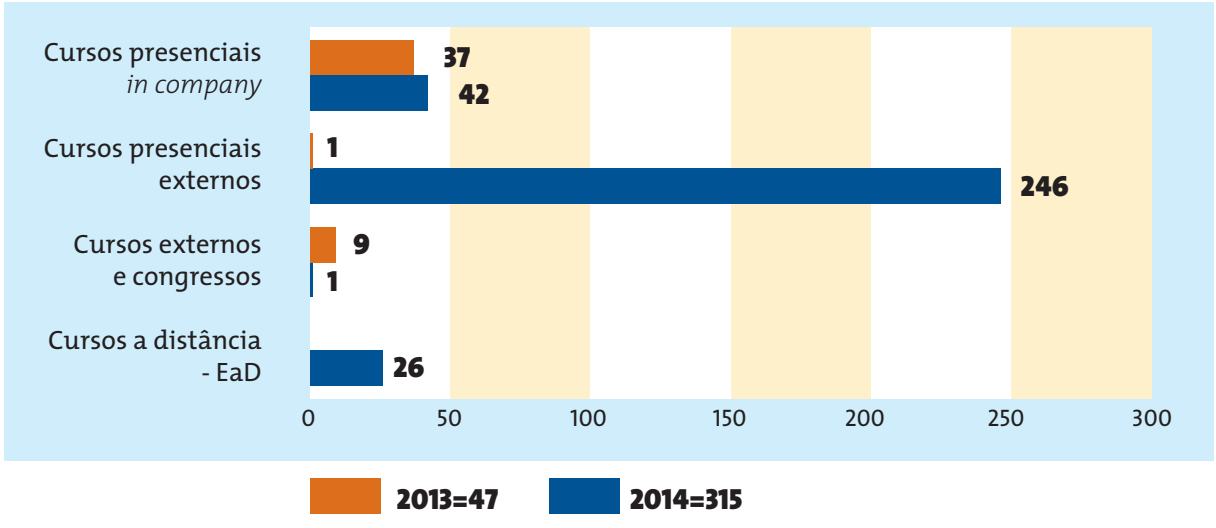


FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO

Semana do Servidor é um momento privilegiado para a formação no âmbito do Poder Judiciário

Cursos realizados

2013 - 2014



FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO

Programa de Ambientação Multiprofissional

2013-2014

ANO	AMBIENTAÇÃO REALIZADA	SERVIDORES TREINADOS
2013	**4**	**291**
2014	**1**	**22**
TOTAL	**5**	**313**

FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO

Libra e Siga Doc. Os servidores treinados participaram também de palestras motivacionais. A capacitação foi ministrada por servidores do próprio Poder Judiciário.

Encontros regionais de magistrados e diretores de secretaria, realizados em 2013 nas comarcas de Barcarena, Santarém e Paragominas, proporcionaram a capacitação de 131 servidores. Em 2014, foram capacitados 71 diretores nos encontros do Marajó e de Marabá.

O Programa de Ambientação Multiprofissional ampliou a carga horária e inseriu novos temas e palestrantes, além de organizar programação específica para oficiais de Justiça, contadores, assistentes sociais e psicólogos. A ambientação disponibiliza aos servidores que ingressam no Poder Judiciário informações que facilitam o desenvolvimento das rotinas diárias.

PARCERIAS

Foram firmadas quatro parcerias para expandir a oferta de cursos: com a Escola de Governo do Estado do Pará, a Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na esfera estadual, o TCE e a Escola de Governo ofereceram 47 cursos, com um total de 262 servidores capacitados. O CNJ, por sua vez, ofereceu cursos *on line*.

Ensino a distância (EaD)

2013-2014

INSTITUIÇÃO	QT. DE CURSOS	SERVIDORES CAPACITADOS
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	**7**	**45**
Conselho Nacional de Justiça	**19**	**90**
TOTAL	**26**	**135**

FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO

TALENTOS

O sistema informatizado de gestão de pessoas do Poder Judiciário (MentoRH) agregou uma ferramenta moderna, disponibilizada no Portal do Servidor, que permite à administração conhecer as habilidades, a formação profissional, acadêmica e áreas de interesses dos servidores e magistrados. A partir das informações do Banco de Talentos é possível identificar competências que permitam o melhor aproveitamento do potencial de cada servidor, tanto na alocação, onde ele possa desenvolver suas funções com maior eficiência e eficácia, quanto como instrutor de cursos.

Capacitação em parceria

2013-2014

INSTITUIÇÃO	QT. DE CURSOS	SERVIDORES CAPACITADOS
Escola de Contas do TCE/PA	**8**	**28**
Escola de Governo do Estado do Pará	**39**	**234**
TOTAL	**47**	**262**

FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO

Encontros regionais

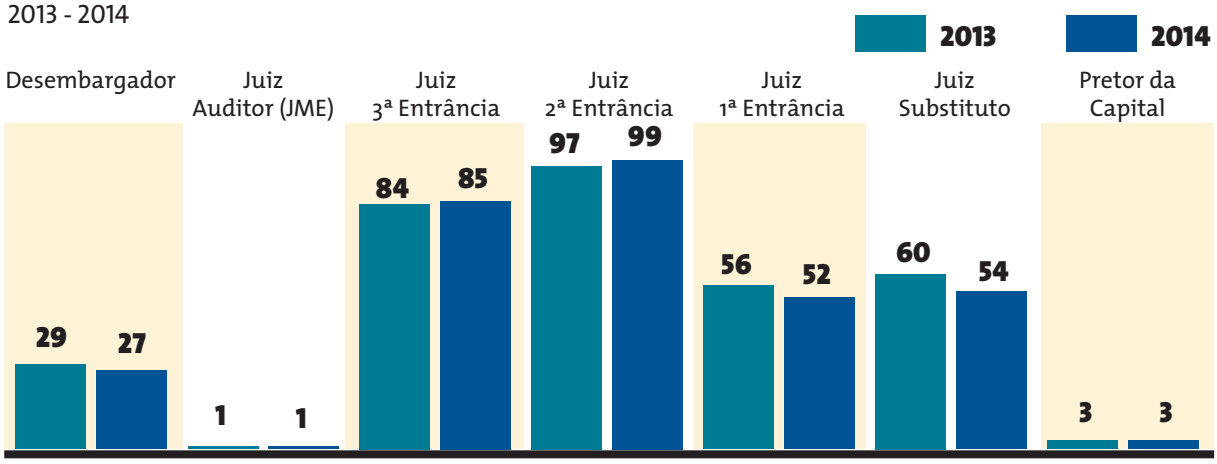
2013-2014

CIDADES	SERVIDORES CAPACITADOS
Barcarena	**41**
Santarém	**63**
Paragominas	**27**
Marajó	**15**
Marabá	**56**
TOTAL	**202**

FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO

Número de magistrados por cargos

2013 - 2014



FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E PAGAMENTO

Judiciário convoca 42 magistrados e 627 servidores

Presente em 111 comarcas e cinco termos judiciários, o Poder Judiciário dispõe de 321 magistrados e 3.939 servidores, na capital e nas comarcas do interior do Pará.

Nesse total, constam 42 novos magistrados incorporados no biênio 2013-2015, todos aprovados no concurso de 2011, 36 deles empossados em 2013 e seis em 2014.

Foram convocados também 627 novos servidores, de nível médio e superior, aprovados no concurso público 002/2009. No ano de 2013 foram nomeados 595 candidatos nos cargos de analista judiciário, oficial de Justiça avaliador e auxiliar judiciário; e em 2014, 32 assistentes sociais. Houve um crescimento de 495 servidores efetivos, dos quais 243 alocados na capital e 252 no interior.

Concurso de remoção para servidores, por meio eletrônico, realizado em 2014 habilitou 89 servidores, dos 162 inscritos às vagas ofertadas; 73 deles ficaram disponíveis em cadastro de reserva. O destaque foi a introdução de um novo aplicativo no sistema MentoRH, para acelerar e dar transparência ao concurso.

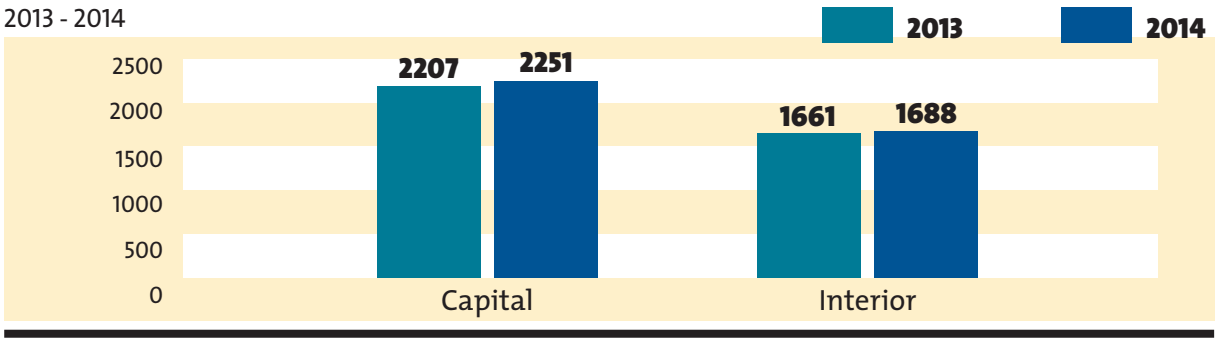
O Poder Judiciário do Pará dispõe atualmente de 918 estagiários nas comarcas do interior e da capital, 155 deles de nível médio e 763 de nível superior, uma ampliação de 10,9% do quadro.

Estão em andamento concursos públicos que abrem mais 40 vagas para juízes e 200 cargos em 12 polos para servidores, ambos com cadastro de reserva.

Convênios entre o TJPA e as prefeituras resultaram em 2013 na criação do módulo "Servidores Requisitados da Prefeitura" no sistema MentoRH, cujo objetivo é facilitar o controle da cessão desses servidores.

Número de servidores

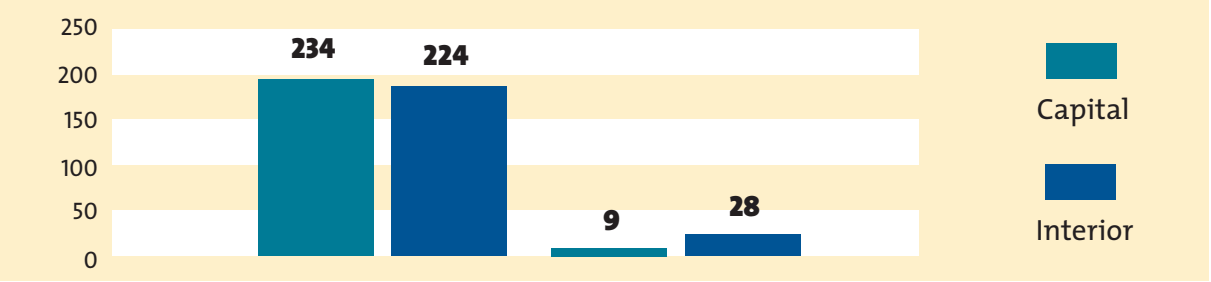
2013 - 2014



FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO

Concurso 002/2009 - ingresso de servidores

2013 - 2014



FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E PAGAMENTO

Concurso de remoção de servidores

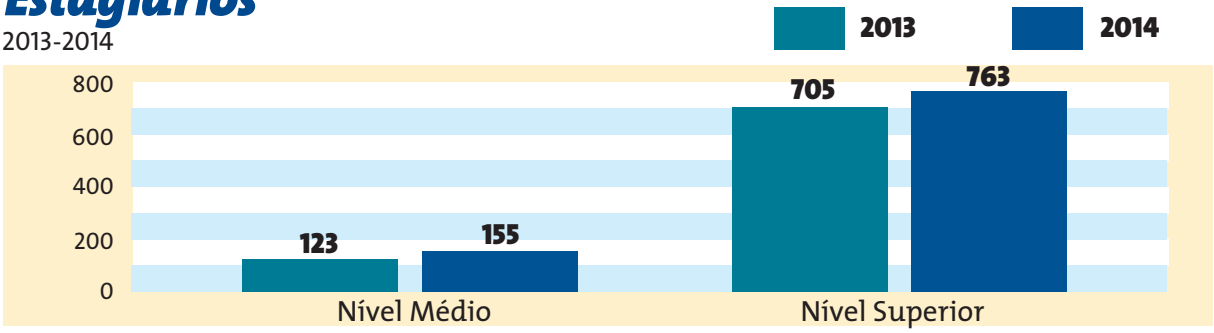
2014

CARGO	TOTAL DE INSCRITOS	HABILITADOS	CADASTRO DE RESERVA
Analista Judiciário - Área Judiciária	96	48	48
Analista Judiciário – Administração	2	2	0
Analista Judiciário - Engenharia Civil	2	2	0
Analista Judiciário – Pedagogia	4	1	3
Analista Judiciário – Psicologia	6	2	4
Analista Judiciário - Serviço Social	9	1	8
Auxiliar Judiciário	15	14	1
Oficial de Justiça Avaliador	28	19	9
Total de Inscritos	162	89	73

FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E PAGAMENTO

Estagiários

2013-2014



FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E PAGAMENTO

Novo concurso em andamento

2014-2015

CARGO	VAGAS
Analista Judiciário - área Judiciária	84
Analista Judiciário - outras áreas/especialidades	23

CARGO	VAGAS
Oficial de Justiça Avaliador	25
Auxiliar Judiciário	68
Total	200

FONTE: TJPA / SGP / COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E PAGAMENTO

Judiciário contrata mais condutores

Para atender a demanda após a ampliação da frota e estender o serviço de condução de veículos às maiores Comarcas do Pará, o TJPA aumentou de 53 para 98 os motoristas terceirizados, com 80 motoristas atuando na Região Metropolitana, 8 em Santarém, 4 em Marabá, 3 em Altamira e 3 em Redenção.

Biênio registrou avanço nas vantagens pecuniárias

Entre as vantagens pecuniárias conquistadas por servidores e magistrados, destacam-se: o auxílio moradia e a gratificação pela acumulação de cargos e por auxílio, em unidade judiciária, para magistrados; a elevação do valor do auxílio alimentação de magistrados e servidores, de R$ 600,00 para R$ 800,00 em 2013; e para R$ 1.000,00 em 2014; o adicional de titulação concedido a 293 servidores em 2013; e para 135 em 2014; o aumento da gratificação de Risco de Vida, de 56% para 63%, em 2013, e de 63% para 70% em 2014, beneficiando oficiais de justiça avaliadores e auxiliares de segurança; a alteração do padrão de remuneração do cargo de Diretor de Secretaria, de CJS-1 para CJS-3, beneficiando 282 diretores; a criação do cargo de assessor de juiz para as comarcas de 1ª entrância, das quais 16 já tiveram vagas preenchidas; e a Gratificação de Atividade Externa (GAE), que indeniza as despesas de locomoção no cumprimento das diligências de oficiais de justiça, em substituição à gratificação de locomoção.

Ações de saúde dão prioridade à prevenção

O "Programa Saúde no Judiciário" estimula a avaliação médica preventiva de doenças ocupacionais ou crônicas e define um padrão adequado para exames de acordo com a faixa etária do servidor. Uma pesquisa identifica os pontos nevrálgicos do atendimento interno para as correções necessárias.

Também foi implantado o programa de conscientização dos servidores sobre a necessidade de adesão aos exames periódicos, por meio do envio de mensagens eletrônicas no mês de aniversário.

A partir de 2013, visitas técnicas passaram a identificar riscos e agentes nocivos à saúde e integridade física dos servidores.

No biênio 2013-2015 foram distribuídos folders educativos e postados textos nos portais interno e externo, além da divulgação na Rádio Web Jus, sobre assuntos relacionados à saúde.

Ginástica laboral em praça pública incentiva o combate ao sedentarismo

Qualidade de vida e responsabilidade social

Melhorar as relações interpessoais e estimular a satisfação pessoal e profissional são objetivos de algumas ações voltadas aos integrantes do PJPA.

- Programação do Dia Internacional da Mulher, voltada à sensibilização e à responsabilidade social com espaço para a discussão de outros temas.
- Dia das Mães, com palestra em 2013 e culto ecumênico no prédio sede em 2014, além de concurso de fotografia entre os servidores, cujo tema foi: "Ser Mãe".
- Expo Servidor, com espaço aberto no terceiro andar do Fórum Cível e no Auditório Wilson Marques, no Fórum Criminal.
- Dia dos Pais com campeonato de futebol entre magistrados e servidores, além de culto ecumênico.
- Conversa sobre câncer de mama, pelo Outubro Rosa de 2013, para conscientizar sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce.
- Semana do Servidor 2014, com ginástica laboral, exposição de talentos, caminhada ecológica no Parque do Utinga e feira de produtos orgânicos.
- Apresentações do coral do Poder Judiciário, com 16 integrantes.
- Campanha de arrecadação de roupas e materiais de higiene para as mulheres dos abrigos cadastrados nas varas de Violência Doméstica e Familiar;
- Campanhas de vacinação contra gripe e contra as hepatites virais B e C, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde Pública.
- Campanha de arrecadação de frascos para coleta de leite materno para o Banco de Leite da Santa Casa.
- Dezoito rodas de conversa, no biênio, para esclarecer dúvidas e promover troca de experiências entre servidores.

REFORÇO

Frota do judiciário recebe 190 novos veículos

Unidades judiciárias do 1º Grau receberam 92% dos veículos adquiridos no biênio 2013-2015

No biênio, o Judiciário adquiriu 190 novos veículos, investindo R$ 11,4 milhões. Com isso, a frota passou de 308 para 498 veículos, incremento de 61,8%. Do total investido na aquisição de novas viaturas no biênio 2013-2015, 92% foram destinados ao 1º Grau, especialmente às Comarcas do interior, atendendo recomendação do CNJ.

Prioridade na distribuição de veículos foi para a 1ª e 2ª entrâncias, especialmente as comarcas do interior do Estado

A prioridade na distribuição de veículos às 1ª e 2ª entrâncias levou em conta a situação e as necessidades das comarcas do interior sem veículos; o quadro das comarcas do interior com veículos e a situação da Capital.

À frota atual poderão ser incorporados 69 novos veículos já contratados, no valor de R$ 5,5 milhões.

Investimento de R$ 11,4 milhões acrescentou mais 190 veículos à frota do Judiciário paraense

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇO E PATRIMÔNIO

Investimento em veículos no biênio

2013-2015

Em R$ 1,00

DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Caminhão Mercedes-Benz 3/4	1	188.450	188.450
Fiat Doblós Active 7 lugares	10	64.880	648.800
Automóvel Ford Fiesta 1.6	15	37.500	562.500
Automóvel Ford Fiesta sedan 1.6	15	43.800	657.000
Furgão Renault master	2	116.300	232.600
Lancha Guardiã	3	294.990	884.970
Micro-ônibus Volare	2	254.500	509.000
Camionete Mitsubishi l200 Triton	13	103.000	1.339.000
Motocicleta NXR150 Bros ES	75	10.650	798.750
Camionete Ranger XL	50	85.000	4.250.000
Unidade móvel (carreta extensiva)	1	995.000	995.000
Van Mercedes-Benz sprinter	3	126.000	378.000
Total	190		11.444.070

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇO E PATRIMÔNIO

Distribuição dos veículos adquiridos no biênio

2013-2015

2% 2º Grau

6% 2º Grau/ADM

92% 1º Grau

Agenda de itinerância dispõe de unidade móvel

A agenda de itinerância do TJPA, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Juizados Especiais, já dispõe de uma unidade móvel para melhorar a qualidade do atendimento ao público na periferia da capital e no interior do Estado.

Trata-se de uma carreta equipada e climatizada, onde funcionará o posto móvel de atendimento externo à agenda de itinerância do TJPA. O investimento total foi de R$ 1,13 milhão.

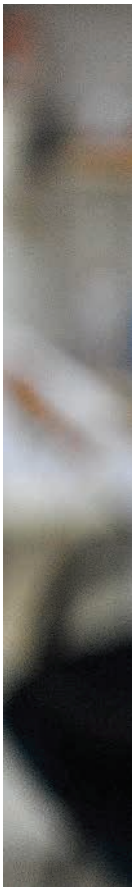
O posto móvel tem, entre outros benefícios, porta lateral tipo palco e uma sala de avanço lateral, além de acesso com elevador automático para pessoas com necessidades especiais e idosos. A estrutura do posto, dotada de gerador de energia e antena satélite, inclui sala de audiência e gabinete de juiz e salas para Ministério Público e OAB.

Unidade móvel adaptada dará suporte à agenda de itinerância dos Juizados Especiais

Inventário chega à capital e ao interior

O TJPA inventariou bens patrimoniais em 344 unidades administrativas da capital, correspondendo a 65% do total, e em 52 comarcas do interior (45%). Foi feita a identificação física dos bens registrados no Sistema de Controle de Bens Patrimoniais e a atualização da base de informações mobiliárias das unidades. Os números do relatório foram consolidados até setembro de 2014.

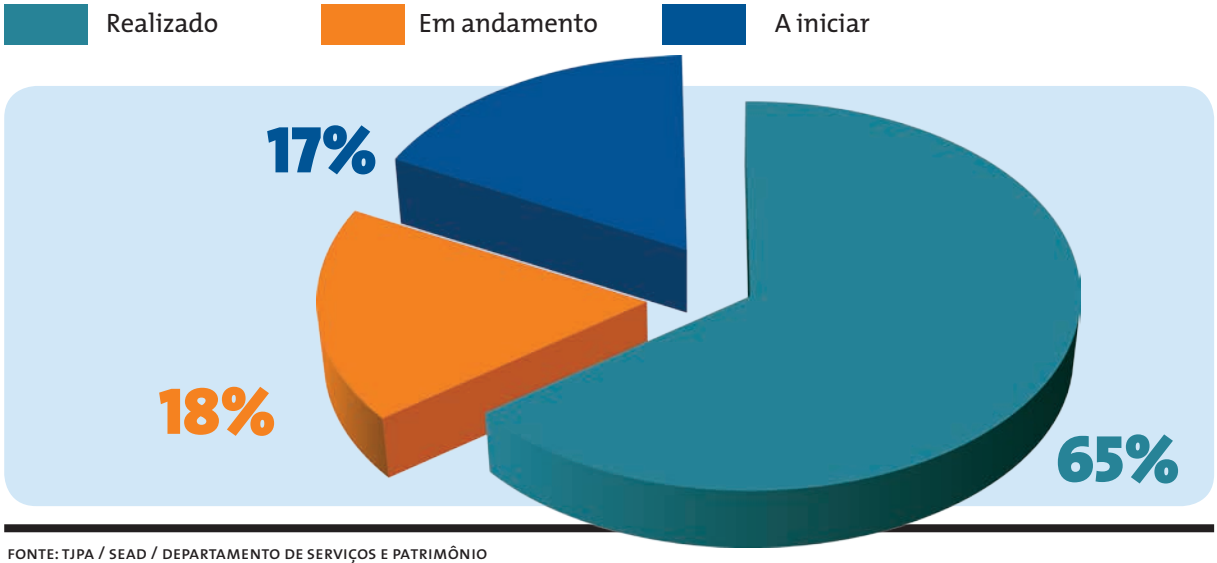
Bens inservíveis às atividades do Poder Judiciário foram doados a 22 instituições filantrópicas legalmente habilitadas, 14 delas da capital e 8 do interior.



Inventário

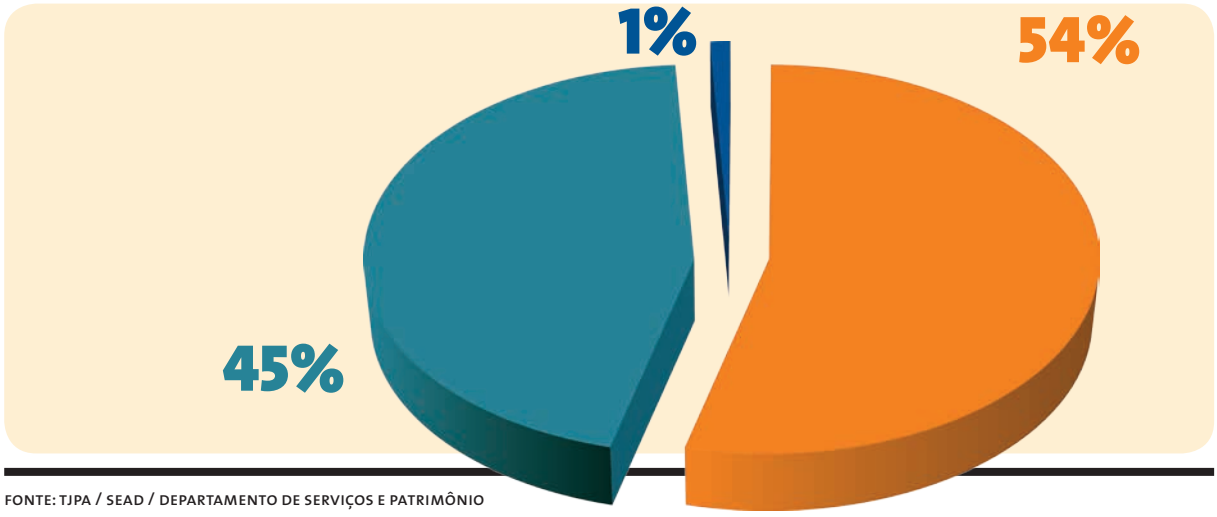
2013-2015

Capital



FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Interior



FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

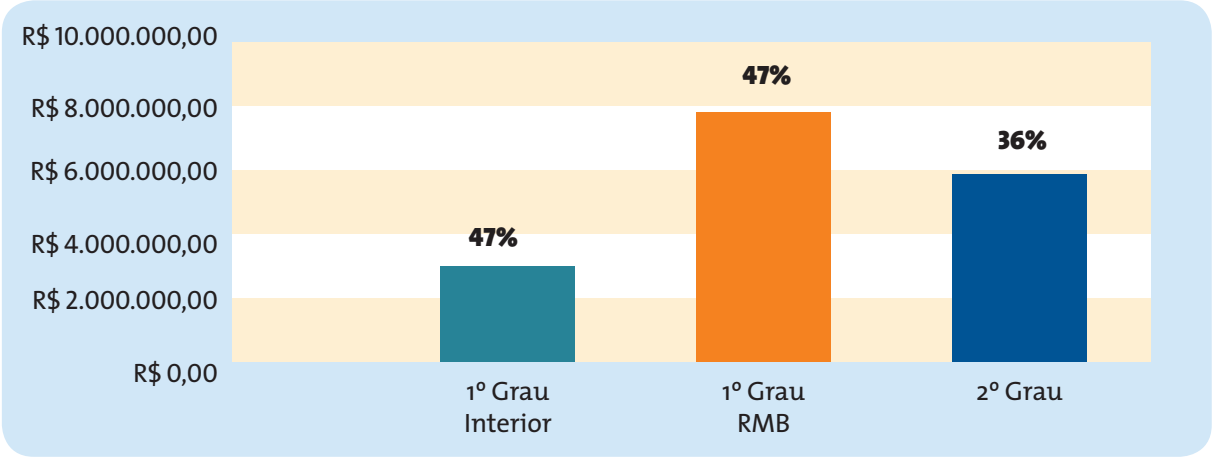
Inventário identificou e registrou o patrimônio do Judiciário no interior e na capital

Limpeza e conservação

Para os serviços de limpeza e conservação foram disponibilizados, no biênio, R$ 17,6 milhões. Desse montante 17% foi para atender o 1º Grau das comarcas do interior e 47% para a Região Metropolitana de Belém e 36% para atendimento do 2º Grau.

Distribuição dos serviços

2013-2015



FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Expansão do Judiciário exigiu investimentos na aquisição de mobiliário e equipamentos de informática

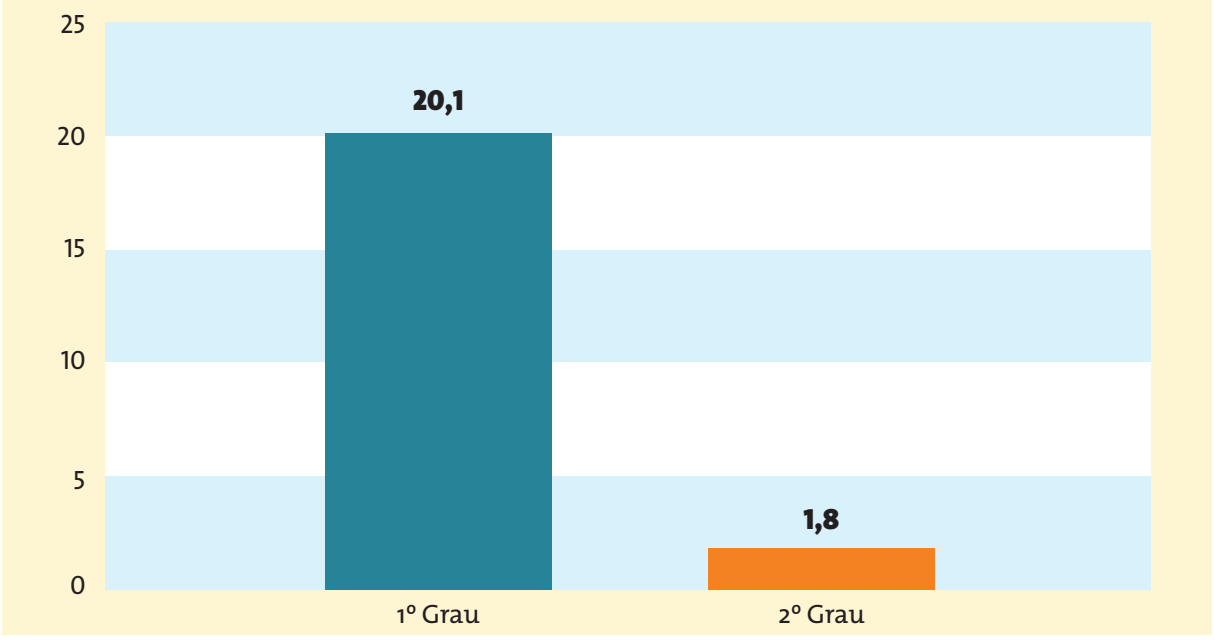
Aquisição de bens

Neste biênio o TJPA investiu quase 22 milhões de reais em mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de refrigeração, de informática e outros bens permanentes necessários ao funcionamento das unidades judiciais, dos quais 92% foram destinados ao 1º grau, e mais de 6 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo às unidades administrativas, dos quais 88% para o 1º grau.

Bens permanentes

2013-2015

Em R$ 1.000.000,00

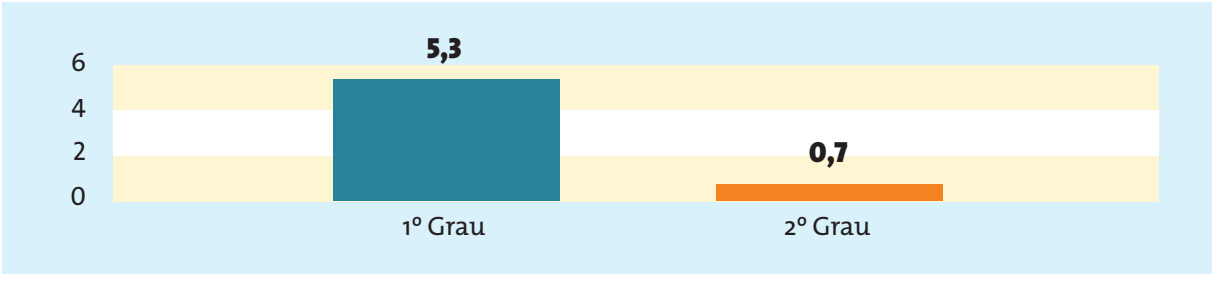


FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Bens de consumo

2013-2015

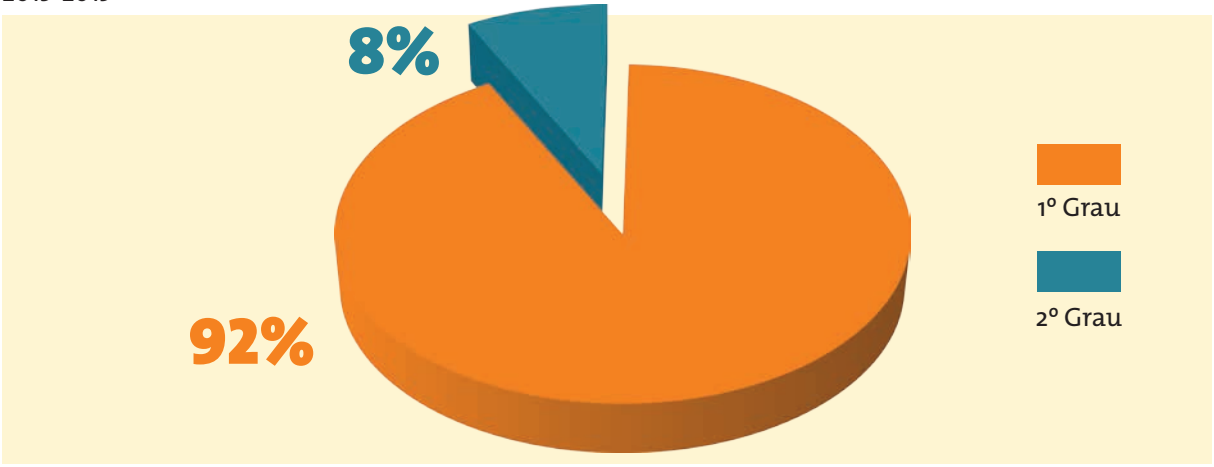
Em R$ 1.000.000,00



FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Distribuição percentual de bens permanentes

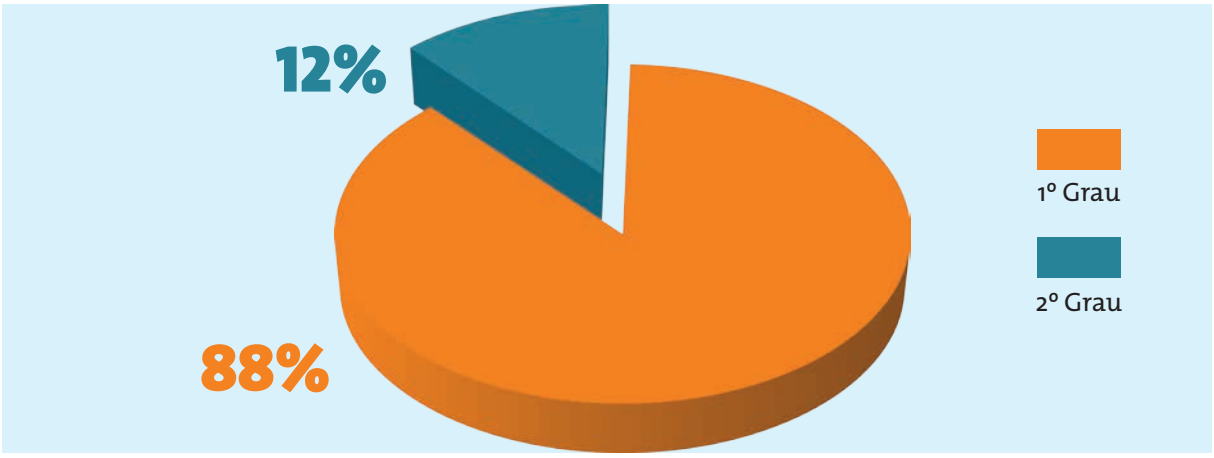
2013-2015



FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Distribuição percentual de bens de consumo

2013-2015



FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Almoxarifado moderniza a logística de suprimentos

Planejamento, gestão e distribuição dos bens de consumo e permanentes, necessários ao funcionamento das unidades administrativas e judiciais do Poder Judiciário, obtiveram ganho de qualidade neste biênio, com a criação da Sub-Unidade Administrativa de Suprimentos e com a construção e entrega do novo almoxarifado. A obra possibilita melhor gestão dos processos de suprimento e logística, a partir do uso de porta paletes e mezanino, que proporciona mais agilidade à carga e descarga de bens, com segurança. O prédio permite excelente aproveitamento do espaço, agregando maior funcionalidade por meio de ferramentas logísticas modernas e mais eficazes.

JÕAO VITAL

Novo almoxarifado é um marco da política de suprimentos e logística adotada pelo TJPA

No topo

TJPA está entre os nove melhores em tecnologia da informação no País

Avaliação do CNJ leva em conta investimentos em cinco áreas básica do setor

O Tribunal de Justiça do Pará saltou da 25ª posição, em 2012, para a 7ª posição em 2014, evoluindo de Médio a Aprimorado, no que se refere aos portes dos tribunais na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), entre os 27 tribunais avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2010 a 2014, figurando nessa posição juntamente com apenas nove tribunais do País.

A avaliação do CNJ se baseia em critérios que levam em conta tecnologia, força de trabalho total mínima, automação, governança de Tecnologia da Informação (TI) e capacitação, todas com peso equivalente a 20%, estabelecendo-se o percentual alcançado e a meta a ser atingida para cada tribunal.

Em todas essas áreas, o TJPA está à frente de tribunais tradicionais do País, tendo atingido um total de 85,96% da meta global estabelecida pelo CNJ, sendo que na área de governança em TI a meta foi alcançada integralmente.

A expansão da rede de fibra ótica, via Navegapará, até Castanhal é um salto de qualidade para o nordeste do Estado

Os investimentos massivos na área de TIC permitiram que o TJPA melhorasse a infraestrutura de rede e a qualidade de comunicação entre as comarcas, para oferecer serviços de forma contínua e segura às atividades judiciais, técnicas e administrativas, conforme determina o Plano de Gestão e o Planejamento Estratégico.

No biênio 2013-2015, o TJPA expandiu a rede de fibra ótica, aumentou a segurança de dados, aprimorou a gestão da segurança de informação, ampliou o processo de comunicação com as comarcas do interior e o circuito de internet no âmbito do Fórum Cível.

O que foi feito

Fibra ótica

Expansão da rede do Navegapará (programa de inclusão digital do Estado do Pará) até Castanhal via convênio firmado com a Secretaria de Estado de

Investimentos em novos recursos de tecnologia da informação impulsionaram o processo de educação a distância

Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará (Prodepa). Essa expansão permite conexões mais rápidas e seguras com as comarcas. Futuramente, a estrutura viabilizará audiências judiciais *online*.

Segurança de dados

Foi implantado um servidor intermediário (*proxy*) corporativo que oferece mais segurança no acesso à internet e, consequentemente, protege as informações que trafegam pela rede do TJPA, permitindo a rastreabilidade em todas as unidades judiciárias.

Armazenamento de dados

Foi ampliado com aquisição de componentes para atender o crescimento da demanda de novos usuários e novos sistemas, como por exemplo, o Siga-Doc e o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Gestão da segurança da informação

O processo foi aprimorado pelo comitê gestor da área, que editou diretrizes, parâmetros e orientações estratégicas de Segurança da Informação a serem aplicadas a todos os ambientes, sistemas, pessoas e processos do Poder Judiciário.

Comunicação com as comarcas do interior

Foi disponibilizado um *link* de pelo menos 2Mb, com acompanhamento da transmissão de dados e avaliação da qualidade do sinal disponibilizado, por meio de supervisão do serviço da contratada. O objetivo é propiciar maior velocidade de acesso aos sistemas corporativos do TJPA.

Circuito de internet no Fórum Cível

Foi ampliado com a disponibilização de 100Mb de capacidade para acesso à internet, objetivando o melhor desempenho dos sistemas corporativos web.

Tecnologia da videoaudiência dá celeridade à resolução dos processos ao garantir a presença virtual do juiz e a interatividade em tempo real

Videoaudiência chega a 23 comarcas e à RMB

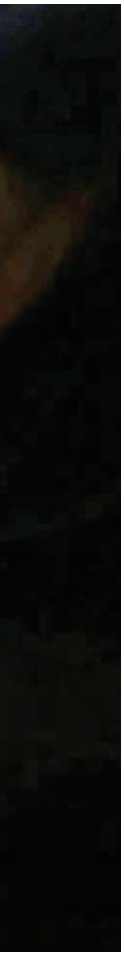
As comarcas da Região Metropolitana de Belém (RMB) e outras 23 do interior receberam equipamentos profissionais de transmissão de vídeo e áudio, capazes de viabilizar reuniões ou audiências a distância. Foram distribuídos também 150 *notebooks* capazes de acessar a solução, individualmente. Cumpriu-se dessa forma 100% da meta do Plano de Gestão para otimizar espaços virtuais a palestras e reuniões.

Para isso foram incorporados novos equipamentos aos *datacenters* da instituição, capazes de garantir a total disponibilidade da solução de videoconferência, além de proporcionar melhor qualidade nas transmissões, segurança, sigilo, controles, gravações e agendamento.

A interatividade em tempo real entre os magistrados de diferentes localidades estreita o relacionamento e garante a celeridade das decisões judiciais.

Sistema monitora a disponibilidade da rede

Para garantir que os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) estejam disponíveis de forma contínua e segura, como determina o Plano de Gestão, foi implantado sistema, acessível no Portal Interno, no *link* Indicadores de Disponibilidade > Redes de Comunicação, para monitorar a disponibilidade dos circuitos de dados do Poder Judiciário do Pará em tempo real. Este *link* revela, de forma transparente e objetiva, o índice de disponibilidade, a totalização do tempo de indisponibilidade e os dias de paralisação de cada localidade.


AMAZON FILMES

Central de serviços acelera solução de problemas

Em agosto de 2013 foi inaugurada a Central de Serviços do TJPA, ponto único de contato entre o usuário de tecnologia e a Secretaria de Informática e marco inicial de uma série de mudanças rumo à melhoria contínua na prestação de serviços de tecnologia da informação no Poder Judiciário do Pará.

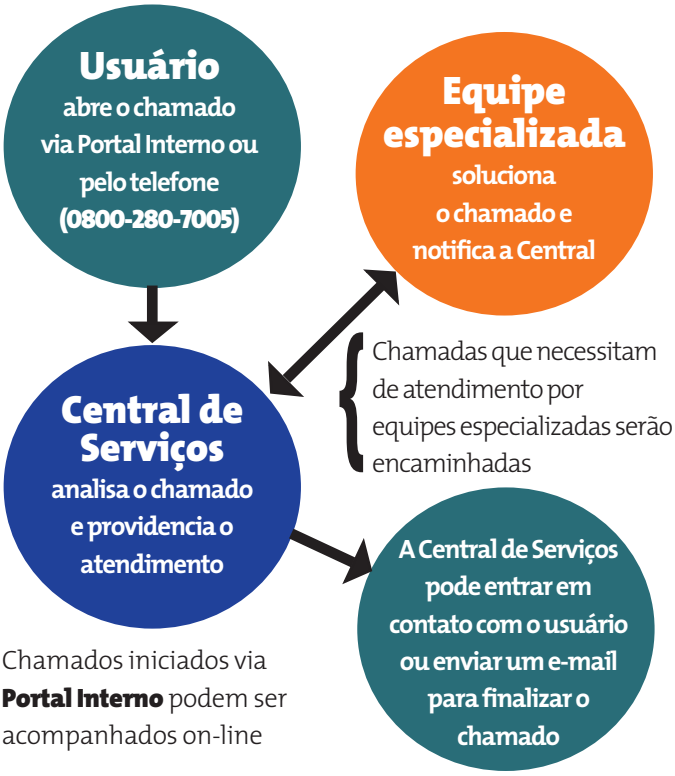
A central tem capacidade para atender cerca de 5 mil usuários de computadores, mais de 150 localidades remotas e aproximadamente 10 mil clientes externos, que podem acompanhar o andamento do atendimento pelo portal interno do TJPA no *link* Central de Serviços Tecnologia.

A principal novidade dessa ferramenta inovadora é uma interface semelhante a uma rede social, onde os usuários interagem naturalmente com a equipe de tecnologia, podendo acioná-la, inclusive, por *chat* ou mensagem instantânea.

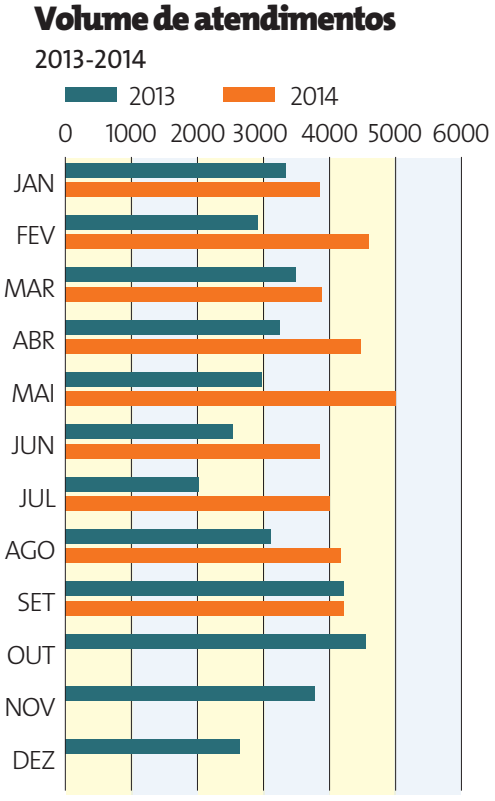
Na impossibilidade de utilização da interface virtual está disponibilizado um número de telefone 0800.

A Central de Serviços é responsável pelo ciclo de vida do chamado e, desde a sua inauguração atendeu, registrou e resolveu, em média, a cada mês, entre duas mil e cinco mil chamadas, conforme registros em julho de 2013 e maio de 2014, respectivamente.

Como funciona a Central de Serviços



Chamados iniciados via **Portal Interno** podem ser acompanhados on-line



FONTE: TJPA / SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Suporte facilita acesso e descentraliza conteúdos

O suporte ao Poder Judiciário paraense cria alternativas de acesso a sistemas administrativos e a documentos normativos, facilita a divulgação de informações e descentraliza a produção e geração de conteúdo.

Portal Interno

Facilita ao público interno o acesso aos sistemas administrativos e judiciais, bem como a documentos e normativos. As áreas reservadas a magistrados e a servidores possibilitam divulgação de informações.

A ferramenta de gestão de conteúdo e a biblioteca digital descentralizam a produção de conteúdos e matérias para divulgação entre unidades administrativas e judiciárias.

Sistema Audi

O Sistema de Auditoria Interna (Audi) garante as ferramentas necessárias para que o Controle Interno faça auditorias sistemáticas, organizadas e documentadas eletronicamente, além de estabelecer padronização simples e intuitiva, gerando o relatório de auditoria como um produto natural do sistema.

Banco de Talentos

Ferramenta disponibilizada no portal do servidor que permite conhecer as habilidades, formação profissional, acadêmica e áreas de interesse de magistrados e servidores.

Educação a Distância

O gestor de aprendizagem a distância Moodle foi customizado para as especificidades de treinamento à distância para os servidores do TJPA.

Sistema Siga-Doc

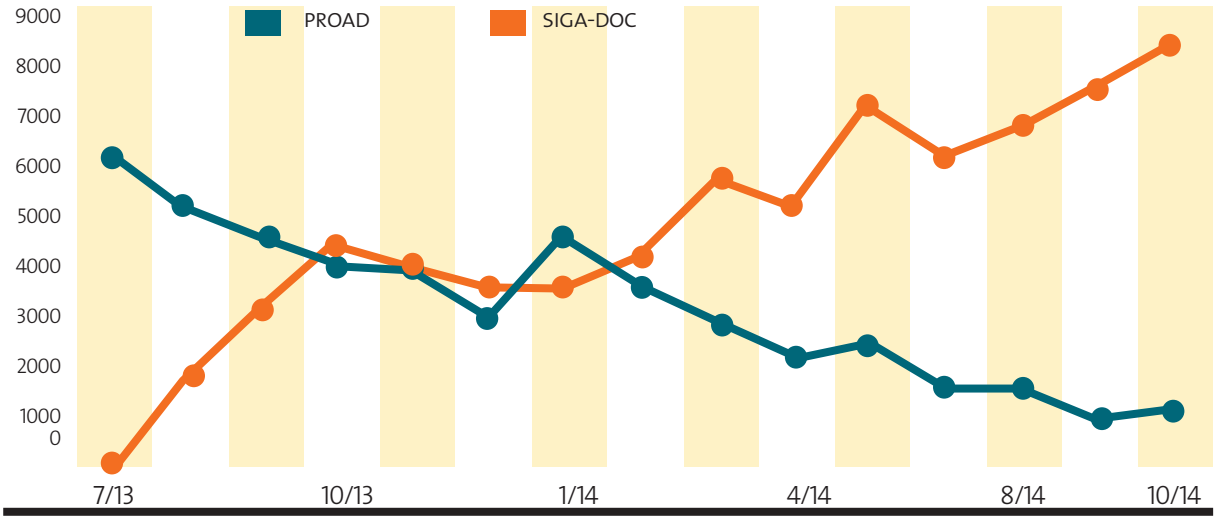
A partir de agosto de 2013, o TJPA implantou expedientes e processos administrativos totalmente digitais com a introdução do Sistema Siga-Doc, cuja instalação foi precedida pela distribuição de 360 *scanners*, o treinamento de 950 servidores, no formato presencial e a distância, além da entrega de mais de dois mil certificados digitais e a edição de normas de utilização.

O sistema está consolidado na área administrativa da Região Metropolitana de Belém e em várias comarcas do interior. Para as demais, já está disponível a infraestrutura e meios necessários para efetivar seu uso.

O Siga-Doc vem gradativamente substituindo com enormes ganhos de economia de recursos, transparência e disponibilidade da informação, o antigo sistema PROAD, como pode ser verificado no quadro a seguir:

Evolução do Siga-Doc

2013-2014



FONTE: TJPA / SECRETARIA DE INFORMÁTICA

A consulta de processos no Portal do TJPA pode ser feita no celular a partir da versão mobile lançada pela Secretaria de Informática

Lançada a versão *mobile* do Portal do TJPA

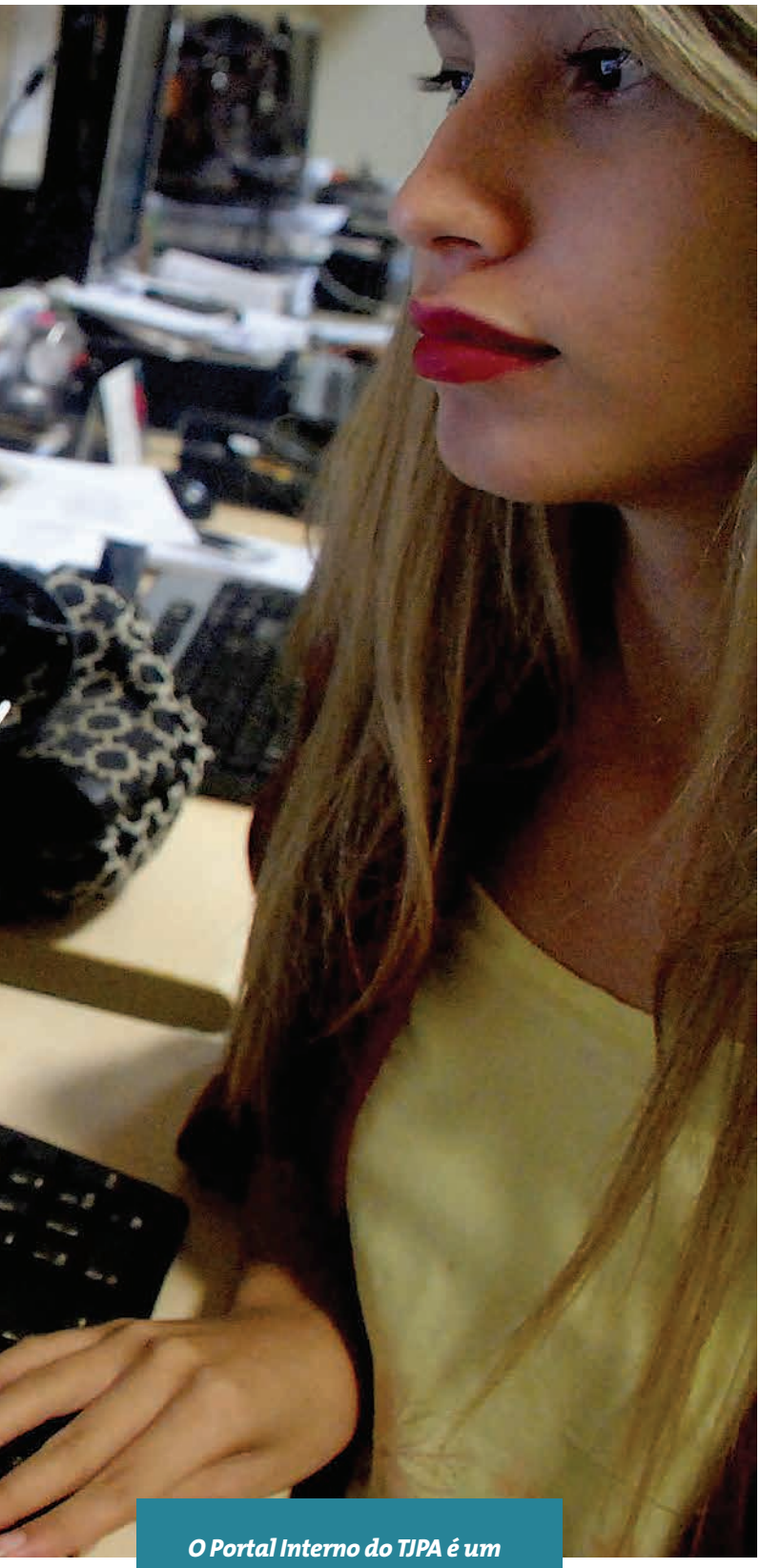
A Secretaria de Informática lançou a versão *mobile* da consulta de processos no Portal externo do Tribunal de Justiça do Pará, inicialmente apenas para aplicativos com sistema operacional Android.

O aplicativo conta com um leitor de código de barras para leitura código de processo. Dispõe, ainda, de pesquisa por processos favoritos e de agenda das audiências futuras.

Libra e Projudi

Objetivando a melhoria contínua dos sistemas judiciais em operação no Poder Judiciário, a Secretaria de Informática por meio da Coordenadoria de Aplicações trabalhou nos Sistemas Libra e Projudi, diminuindo as indisponibilidades e melhorando-lhes as funcionalidades, além de disponibilizar uma interface mais moderna e interativa, no caso do sistema Libra.O Sistema Libra foi adaptado também para trabalhar com os processos de 2º grau, que até então estavam em outro sistema. A integração desses processos no Libra permitirá visualização e controle maiores em relação ao andamento na justiça estadual, desde a distribuição na 1ª instância, sua passagem pela 2ª instância e posterior retorno.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Portal Interno
Início
Área do Magistrado
Área do Servidor
Biblioteca Digital
Portal de Notícias
DOCUMENTOS DISPONÍVEIS
NORMATIVOS
TERMOS E CONVÊNIOS
FORMULÁRIOS
Ribeirinho Cidadão atende 6.930 pessoas
Em 2013, projeto chegou em 87 comunidades de Abaetetuba
Web Rádio Jus
Acompanhe nossa Programação.
PONTO ON LINE
EVENTOS



O Portal Interno do TJPA é um instrumento de interação entre administração, magistrados e servidores

Portal é ferramenta à disposição dos cidadãos

Para assegurar apoio aos jurisdicionados foi disponibilizado um novo portal para o TJPA de acordo com os mais modernos recursos de navegação e totalmente aderente às tendências da tecnologia e do *web design*, incluindo:

Nova Central de Certidões, com interface intuitiva, conteúdo dinâmico e explicativo para o usuário final.

Agenda do Advogado para facilitar o acompanhamento do agendamento das audiências e sessões dos processos cadastrados pelos advogados ou partes. A solução exibe agenda de audiências realizadas, marcadas e remarcadas.

Nova Consulta de Jurisprudência, para permitir, além da tradicional pesquisa de acórdãos, a pesquisa de decisões monocráticas, incluindo processos das turmas recursais.

ORIENTAÇÕES

Normativos e manuais foram editados para orientar os usuários a respeito das principais rotinas na área de tecnologia. São 25 normativos que descrevem as principais instruções e procedimentos internos a serem considerados durante as operações de tecnologia, padronizando operações e minimizando riscos de indisponibilidade de serviços durante atividades de alta complexidade.

Vinte e um manuais informam como os sistemas funcionam, detalham as principais funcionalidades e organizam o passo a passo dos procedimentos mais importantes para a rotina dos servidores, acompanhados de telas detalhadas.

GESTÃO

TJPA reorganiza arquivo e garante renda para cooperativas de reciclagem

Cerca de um milhão de documentos foram remanejados para abrir espaço à guarda de novos processos

O Judiciário do Pará reorganizou, no biênio 2013-2015, seu arquivo geral, padronizando acervos dentro das normas fixadas pelo CNJ.

A gestão dos processos arquivados foi facilitada com a aquisição de 784 estantes deslizantes nas duas unidades do Arquivo. Cerca de um milhão de documentos foram remanejados, de agosto a novembro de 2013. A medida abriu espaço à documentação acumulada nas secretarias dos fóruns da capital.

Ao modernizar e reorganizar seu Arquivo Geral, o Judiciário gerou renda a cooperativas de reciclagem

No interior, o projeto envolveu, inicialmente, as comarcas de Ananindeua, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Castanhal, Marituba, Marabá e Tucuruí, e se estendeu depois a outras 13: Santa Izabel, Icoaraci, Capanema, Vigia, Brasil Novo, Medicilândia, Cachoeira do Arari, Abaetetuba, Pacajá, Redenção, Anapu, Aurora do Pará e Altamira.

A partir da reorganização do Arquivo, foi possível atender ao pedido da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para o levantamento de 608 processos sobre crimes de tortura, constrangimento ilegal, ameaça, sequestro, violação de domicílio, estupro, falsidade ideológica, abuso de autoridade, maus tratos e outros fatos ocorridos durante a ditadura militar.

O processo de gestão incluiu descarte de um total de 57.777 documentos, com o uso de 10 fragmentadoras. O resíduo obtido, na ordem de duas toneladas de papel, foi doado às Cooperativas de Re-

Aquisição de estantes deslizantes aprimora gestão dos processos arquivados

ciclagem "Concavez" e "Filhos do Sol", com a geração de renda a famílias de catadores.

CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO

Para encaminhar processos digitalizados aos tribunais superiores, foi criada uma Central de Digitalização. No biênio, a Central digitalizou mais de 1 milhão de páginas, média de 35 mil documentos. O trabalho é executado por 13 egressas do sistema penal, dentro do projeto "Começar de Novo". Um novo parque de digitalização foi instalado, com a aquisição de mais 10 máquinas digitalizadoras.

Foi criado também o Arquivo Corrente no prédio do edifício sede, com estrutura de 89 estantes deslizantes, para onde foi transferida a Central de Digitalização. Os processos guardados neste arquivo ainda não transitados em julgado, são digitalizados, enviados ao STJ e ficam arquivados, aguardando a decisão da Corte superior. A ação desafogou os espaços físicos das secretarias do Tribunal, que faziam a gestão desses processos.

Biblioteca disponibiliza acervo e reaviva a memória

A partir de julho de 2014, as comarcas do Pará passaram a ter acesso ao que há de mais moderno e atualizado no mercado de leitura digital. Link no Portal Interno permite acesso às bibliotecas digitais das editoras RT, Fórum e NDJ, cujo conteúdo inclui a coleção completa dos periódicos das editoras, além de 46 e-books e uma média de um milhão de documentos para consulta.

A Biblioteca concluiu, em 2014, a higienização dos 4,6 mil exemplares da biblioteca do jurista Otávio Mendonça, doada ao TJPA, assegurando acesso público a obras nas áreas de Sociologia Jurídica, História, Filosofia e Economia, algumas delas consideradas raras, como o Álbum do Estado do Pará, editado em 1908, referente aos oito anos de gestão do governador Augusto Montenegro.

Também realizado no biênio, o Projeto Alegria reuniu 385 crianças, filhos de servidores, estudantes de escolas públicas e crianças acolhidas em abrigos de Belém e da região metropolitana, em ações de incentivo à leitura e visitas guiadas, com a parceria do Centur e da CEIJ.

AIRTON NASCIMENTO

Livro faz justiça à história dos 140 do TJPA

APROXIMAÇÃO

Palestras educativas em escolas e universidades asseguraram uma aproximação maior com a comunidade, com visitas ao prédio sede do TJPA e palestras institucionais sobre a história do Judiciário e outros temas. Foram atendidos 195 alunos de escolas públicas e 178 de universidades.

A biblioteca também promoveu atividades para o público interno, como o Varal de Poesias, em outubro de 2014, em comemoração ao Círio de Nazaré, e o Projeto Chá Literário, que apresenta vida e obra de autores nacionais e regionais.

MEMÓRIA

Nos dois últimos anos, as exposições de processos históricos relativos à memória do Judiciário - I Semana do Arquivo, Biblioteca e Museu (2013) e seminário "Memória do Judiciário: um Diálogo Social", em

"Fundação da Cidade de Belém", de Theodoro Braga, 1908. (226cmX504cm, óleo sobre tela). Do acervo do Museu de Arte de Belém - MABE

Bpartiu com uma expedição do Recife, em 23 de a|e 1614. A vitória lusitana, fruto da determinação do antigo Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, deu a ele o poder de conquista, ocupação, exploração e proteção da foz do rio Amazonas, garantindo a posse da região à Coroa portuguesa.

Ele partira de São Luís em 25 de dezembro de 1615, comandando três caravelas - Santa Maria da Candelária, Santa Maria da Graça e Assunção -, com as quais aportou à baía do Guajará em 12 de janeiro de 1616. Ali, ergueu um forte na ponta de terra elevada que os índios Tupinambás denominavam Mairi, à margem direita da foz do rio Guamá.

Certidão

No interior da paliçada de madeira, no fortim denominado "Presépio", depois "Forte do Castelo", foi feita uma capela para o culto de Nossa Senhora da Graça. A partir dela se espraiou a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, sede administrativa da capitania, batizada pelo capitão-mor de Feliz Lusitânia, sob a proteção de Nossa Senhora de Belém, que se constituiu na primeira unidade político-administrativa da Região Norte do Brasil.

A partir do rio foram abertos, na mata, os primeiros caminhos da futura cidade. Em 1627 foi construído o convento e a igreja dos frades da ordem de Santo Antônio, na aldeia do Una, o mais importante eixo de expansão de Belém no século XVII. Foi lá que se estabeleceu o comércio da colônia, no caminho que ligava o Una até o Forte do Castelo. Ali, na "Rua dos Mercadores", atual Conselheiro João Alfredo, em 1874 instalou-se o Tribunal da Relação de Belém, considerado oficialmente como o detentor da certidão de nascimento do Tribunal de Justiça do Pará.

23

parceria com TRT-8ª Região e TRE/PA (2014) -, receberam cerca de duas mil visitas. O projeto Museu Sobre Rodas, pioneiro na aproximação entre o Judiciário e a sociedade por meio da história, reuniu um público de 5,7 mil pessoas no biênio.

O TJPA editou também um livro que condensa os principais fatos históricos dos 140 anos do Poder Judiciário no Pará, com análises produzidas por mestres e doutores da Universidade Federal do Pará (UFPA) e a colaboração de servidores do Tribunal. A obra reúne fotos inéditas de documentos da Justiça e é fartamente ilustrado com reproduções de telas do acervo do Museu de Artes de Belém.

A partir de 2014, as quatro publicações da Série Perfil dos Magistrados e as duas edições da Revista do Tribunal de Justiça, que a Comissão de Biblioteca, Jurisprudência e Revista edita a cada ano, passaram a ser registradas na Biblioteca Nacional, com o uso do ISBN/ISNN, e reconhecidas como publicações oficiais em todo o Brasil. Além disso, a versão digital de todas essas publicações está no link da biblioteca, no site do TJPA, colaborando para divulgação dos títulos.

Casa da Justiça

Onde a cidadania entra e fica à vontade

Foram 8,7 mil atendimentos e 563 audiências para pacificar conflitos e evitar a ação judicial

Nos últimos dois anos, a Casa de Justiça e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) solucionou conflitos, para evitar que se transformassem em ações judiciais, e estimulou uma cultura de paz e conciliação.

Foram 8.713 atendimentos nas unidades integradas à Casa – Defensoria Pública, Ministério Público, Procon, OAB, Núcleos de Práticas Jurídicas da Fabel e da FAP, Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejusc) pré-processual, que antes funcionava como Centro de Pacificação Social da Casa de Justiça e Cidadania. O Cejusc Pré processual está vinculado ao Nupemec.

À disposição dos cidadãos há uma rede de atendimentos que proporciona à comunidade maior proximidade com a Justiça

No mesmo período (2013-2014), houve 563 audiências, das quais 391 resultaram em conciliações ou outras mediações com êxito.

Houve também 143 divórcios consensuais, inovação incorporada em julho passado, com grande êxito, graças à parceria com o Ministério Público, quando há menor envolvido, e com a Defensoria Pública do Estado.

Coordenada pela juíza de Direito de Icoaraci, Antonieta Maria Ferrari Mileo, a Casa de Justiça e Cidadania coloca à disposição dos cidadãos uma rede de atendimentos que proporciona à comunidade maior proximidade com a Justiça. O objetivo é solucionar o conflito, via mediação, conciliação e acordo, para que se evite ajuizar a ação judicial.

O afeto entre pais e filhos é mais que um direito formal estabelecido em lei, é uma necessidade humana que o projeto Pai Presente ajuda a realizar

Pai Presente é um dos destaques na área social

Um dos destaques na área social é o Projeto Pai Presente, coordenado pela secretaria da Casa de Justiça e Cidadania e que obteve nos últimos dois anos 762 reconhecimentos voluntários de paternidade. Houve também 224 exames gratuitos de DNA, com a finalidade de assegurar a crianças, jovens e até a adultos o direito constitucional ao nome do pai na certidão de nascimento.

"SABADANIA"

Para estimular a procura pelo atendimento, a Casa criou também a "Sabadania", com ações promovidas aos sábados para facilitar o acesso do usuário aos serviços.

A Casa de Justiça e Cidadania é um ponto de referência à conciliação

SOLUÇÃO

Os resultados dos últimos dois anos revelam que a atuação integrada entre Nupemec e Cejusc fez avançar a atividade pré-processual, em especial na solução de conflitos, na satisfação e cumprimento das metas e novas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atendendo ao que estabelece o projeto do novo Código de Processo Civil.

Buscar a pacificação e evitar a demanda judicial são princípios da Casa da Justiça e Cidadania

Números da pacificação

2013-2014

Centro de Pacificação Social* (2013)

Conciliações exitosas **106**

Audiências em geral **488**

*transformou-se em CEJUSC em 2014

Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania – Cejusc (2014)

Audiências em geral **475**

Divórcios consensuais **143**

Outras mediações exitosas **285**

Projeto Pai Presente

	2013	2014
Reconhecimento de paternidade	432	330
Exames de DNA	124	100

Unidades de atendimento

	2013	2014
Defensoria Pública	1.391	1.232
Ministério Público	564	1.114
PROCON	1.423	906
OAB	30	33
Núcleo de Práticas Jurídicas/FABEL	37	131
Núcleo de Práticas Jurídicas/FAP	153	78
CEJUSC Pré-processual	667	942
TRE	12	*

* Participou apenas em 2013

FONTE: TJPA / CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Atendimento digno, célere e eficiente faz a diferença para os jurisdicionados

Receitas e despesas

Fundo tem crescimento real e financia ações do Judiciário

Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário cresceram de R$ 138,4 milhões para R$ 195,6 milhões

Evolução da receita do FRJ

2013-2014

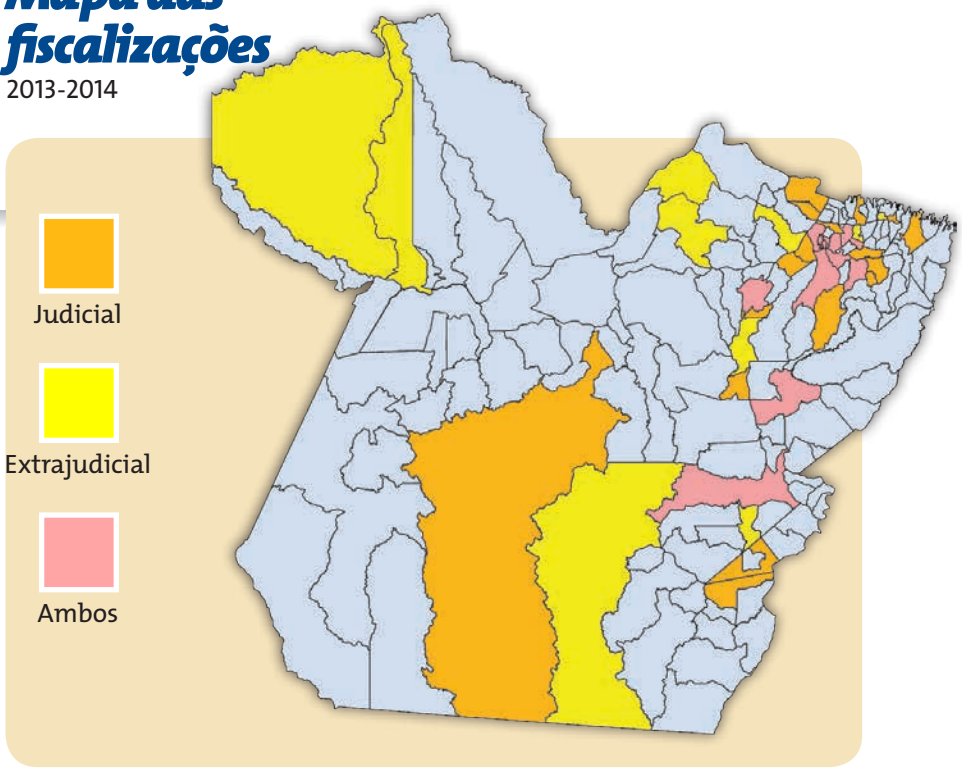
As ações do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão do biênio 2013-2015 foram viabilizadas com recursos orçamentários e financeiros do Orçamento Geral aprovado para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), cuja execução alcançou o montante de R$ 1,8 bilhão no período, R$ 842 milhões dos quais em 2013 e R$ 947 milhões em 2014. No valor total das ações executadas, os recursos do tesouro estadual tiveram participação de 85% em 2013 e 79% em 2014.

Execução do orçamento do TJPA alcançou R$ 1,8 bi no período, R$ 842 milhões em 2013 e R$ 947 milhões em 2014

Foi significativo também o crescimento na arrecadação dos recursos do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ) e sua participação no financiamento das ações do TJPA. As receitas do FRJ cresceram de R$ 138,4 milhões em 2013 para R$ 195,6 milhões em 2014, um incremento de 41%.

Mapa das fiscalizações

2013-2014



FONTE: TJPA/SEPLAN/COORDENADORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO

2014

R$ 195,6 milhões

Entre as ações que fortaleceram a arrecadação do FRJ, destacam-se:

1) Atualização monetária da Tabela de Custas Judiciais em 47,98%, tomando como base a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no período de fevereiro/2006 a agosto/2013. A atualização prevista na Lei nº 7.759/2013 aumentou em 30,90% a arrecadação judicial.

2) Atualização monetária em 25% na Tabela de Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registros, além da inclusão de novos atos notariais e registrais, a criação de novas faixas de cobranças e a fusão de atos notariais e registrais. A Lei nº 7.766/2013 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2014 e, até dezembro deste ano, a tabela atualizada incrementou em 24% a receita da Taxa de Fiscalização, em relação a 2013.

3) Fiscalização independente, sem prejuízo da atividade correcional em 68 unidades judiciais e 49 serventias extrajudiciais, distribuídas em 39 comarcas, conforme o mapa das fiscalizações acima.

4) Inclusão no Sistema de Custas Web das funcionalidades para expedição de iniciais de cartas precatórias e recursos do segundo grau, facilitando o acesso dos jurisdicionados à emissão de custas e contribuindo para o incremento da arrecadação judicial.

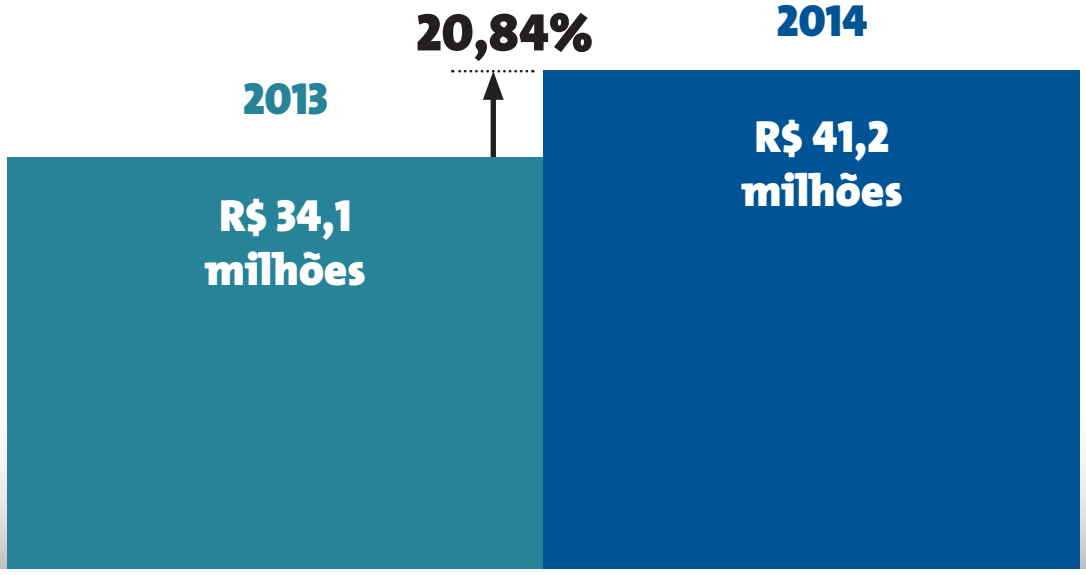
5) Posse de 11 fiscais de arrecadação, que contribuíram para o crescimento das receitas, em função do aumento das fiscalizações nas unidades judiciárias e nas serventias extrajudiciais.

FONTE: TJPA/SEPLAN/COORDENADORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO
NOTA: VALORES CORRIGIDOS COM BASE NO IPCA A PREÇOS DE DEZEMBRO/2014.

Na arrecadação judicial, o montante registrado, em 2014, foi de R$ 41,2 milhões, acréscimo de 20,84% em relação ao ano anterior, quando a receita judicial alcançou R$ 34,1 milhões.

Evolução da receita judicial

2013-2014



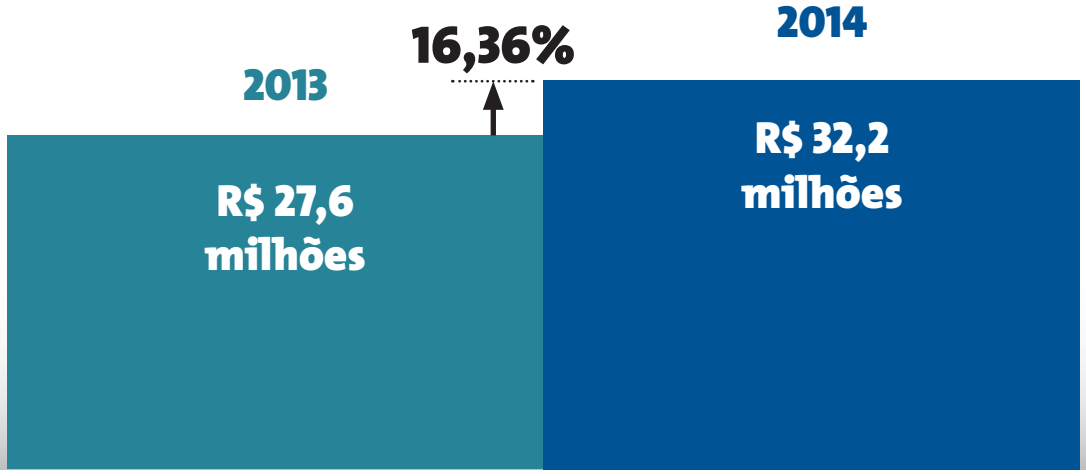
FONTE: TJPA/SEPLAN/COORDENADORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO
NOTA: VALORES CORRIGIDOS COM BASE NO IPCA A PREÇOS DE DEZEMBRO/2014.

Na arrecadação extrajudicial, o valor chegou, em 2014, a R$ 32,2 milhões, representando um aumento de 16,36% em relação a 2013.

Na composição do FRJ, a receita judicial foi a que teve a maior contribuição, 37% do total das receitas. Na sequência, vem a receita extrajudicial com 29%, os rendimentos dos depósitos judiciais com 21% e as outras receitas 13%.

Evolução da receita extra judicial

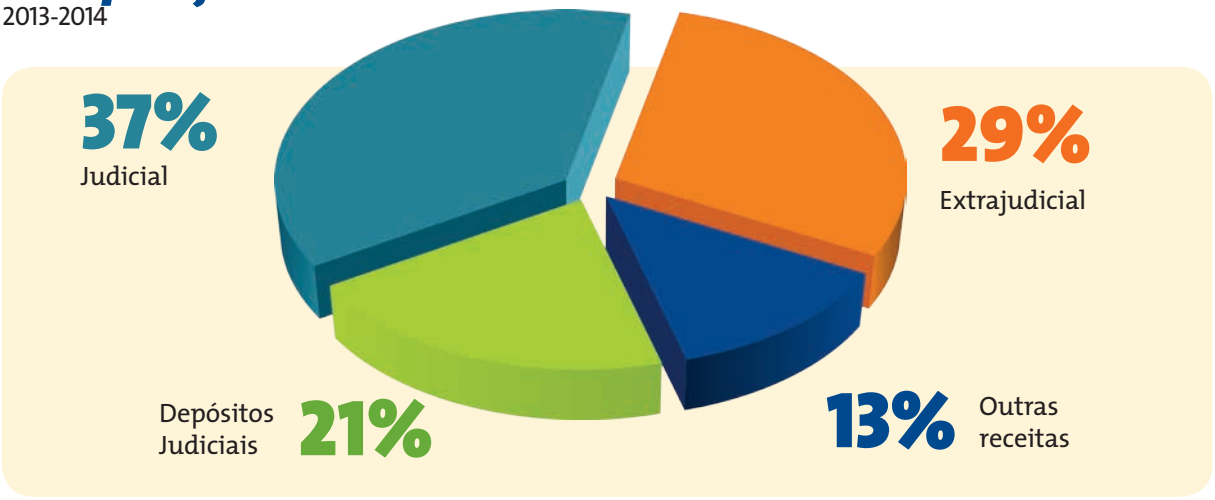
2013-2014



FONTE: TJPA/SEPLAN/COORDENADORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO
NOTA: VALORES CORRIGIDOS COM BASE NO IPCA A PREÇOS DE DEZEMBRO/2014.

Composição da receita do FRJ

2013-2014



FONTE: TJPA/SEPLAN/COORDENADORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO
NOTA: VALORES CORRIGIDOS COM BASE NO IPCA A PREÇOS DE DEZEMBRO/2014.

TJPA capta recursos do Orçamento Geral da União

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará, numa ação pioneira, conseguiu captar R$ 540 mil do Orçamento Geral da União (OGU), via emendas parlamentares da bancada paraense no Congresso Nacional. Os recursos são destinados à aquisição de dois micro-ônibus para o projeto de Justiça Itinerante, apresentado pelo TJPA aos parlamentares do Estado em novembro de 2013. O objetivo é garantir o acesso à Justiça em localidades mais distantes, por meio do Sistema dos Juizados Especiais e Justiça Comum. A iniciativa, respaldada pelo diálogo e a orientação permanente da gestão do TJPA, foi determinante para o fortalecimento nos recursos orçamentários.

Informatização acelera a elaboração do orçamento

A implantação do Sistema de Elaboração e Execução Orçamentária (SEOF) introduziu prática inovadora no Judiciário do Pará no que se refere à elaboração da proposta orçamentária para 2015. A informatização otimiza o tratamento dos dados qualitativos e quantitativos dos diversos setores e garante mais eficiência no processo de conclusão da proposta orçamentária.

A partir de janeiro de 2015, o 2º módulo do sistema SEOF, referente à Execução Orçamentária, disponibiliza às unidades administrativas do TJPA o item da programação das quotas orçamentárias quadrimestrais, que possibilitará a geração de relatórios gerenciais de conferência para inserção de dados no SIAFEM, além de sua publicação no Diário Oficial do Estado (DOE).

A proposta orçamentária para 2015 foi estruturada com base na Resolução nº 195/2014, do CNJ, que especifica a alocação dos recursos nos 1º e 2º graus de jurisdição, de forma a evidenciar as prioridades.

Também foi implantado o Sistema de Autorização de Diárias (SAD), integrado ao MentoRH, que gerencia todo o processo dessa despesa *on line*. O sistema está funcionando, como projeto piloto, nas áreas de Planejamento, Gestão de Pessoas, Informática, Coordenadoria Militar, Corregedoria do Interior e Divisão de Transporte. A expectativa é estender a utilização do sistema, até março de 2015, a todas as unidades do TJPA, informatizando totalmente a solicitação de diárias, de forma mais ágil, eficiente e segura.

Gestão eficiente do gasto reflete na melhoria da prestação de serviços

O TJPA investiu R$ 48 milhões, equivalentes a 6% dos R$ 804 milhões aportados em 2014. Esse montante decorreu do esforço realizado pela administração para alavancar a arrecadação das receitas próprias do FRJ. Os investimentos foram destinados prioritariamente à melhoria e aperfeiçoamento da prestação dos serviços jurisdicionais, com ações nas áreas de informática, de infraestrutura física (construção, reforma e ampliação de prédios), na aquisição de veículos e equipamentos em geral.

As despesas com pessoal representaram o montante de R$ 1,3 bilhão, no período, comprometendo 93% dos recursos do tesouro estadual, e 77% do total dos recursos executados, aquém do limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 6%. Em 2013, o percentual dessas despesas foi de 3,88% sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) e em 2014, de 4%.

O custeio para a manutenção da máquina administrativa foi de R$ 303,3 milhões no período, incluindo as despesas de mão-de-obra terceirizada (motoristas, segurança, limpeza e conservação), vigilância eletrônica, material de expediente, dentre outros.

Despesa por fonte de recursos

2013-2014

Em R$ 1,00

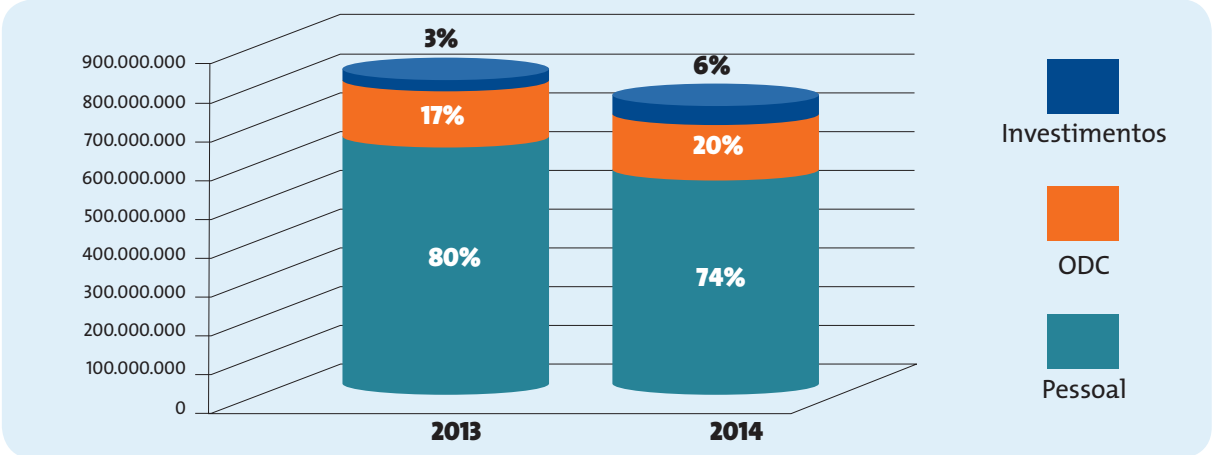
FONTE DE RECURSOS	2013		2014	
Tesouro	719.071.069	85%	745.717.721	79%
FRJ	89.425.499	11%	143.897.732	15%
Outros	33.113.766	4%	57.514.510	6%
	841.610.334		947.129.963	

FONTE: TJPA/SEPLAN/COORDENADORIA DE ORÇAMENTO
NOTA: VALORES CORRIGIDOS COM BASE NO IPCA A PREÇOS DE DEZEMBRO/2014.

O esforço paa melhorar a arrecadação de receitas repercutiu na melhoria do atendimento ao público

Recursos por grupo de despesa

2013-2014



FONTE: TJPA/SEPLAN/COORDENADORIA DE ORÇAMENTO
NOTA: VALORES CORRIGIDOS COM BASE NO IPCA A PREÇOS ESTIMADOS DE DEZEMBRO/2014.

PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Plano de Gestão executou 89% das ações pactuadas

A gestão do biênio teve como base o planejamento participativo e a gestão compartilhada

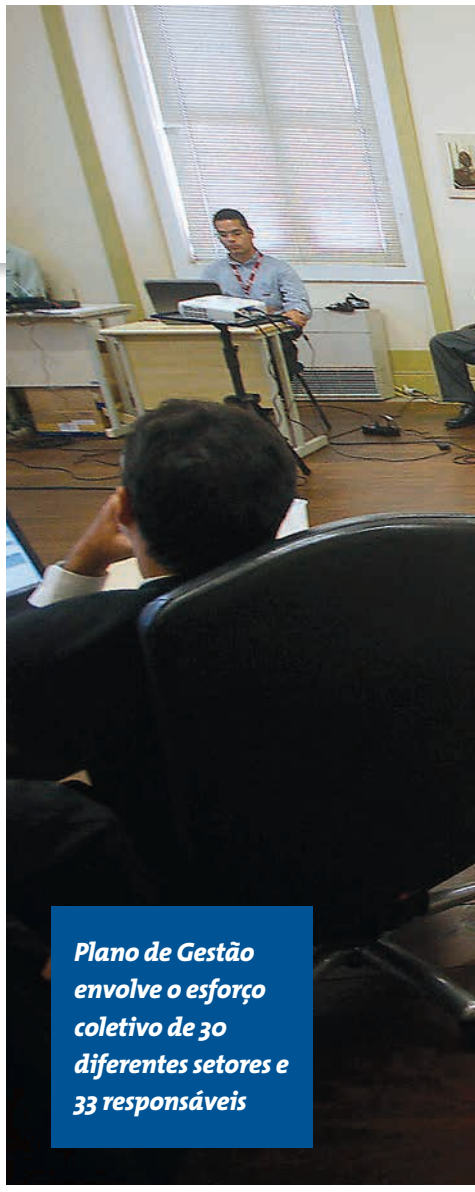
O TJPA registrou execução financeira de R$ 195,7 milhões, entre 2013 e 2015, na realização de ações pactuadas no plano de gestão tendo concluído 96 ações de um total de 113, o equivalente a 89% do previsto.

Em 2013 foram gastos R$ 76,3 milhões; e no exercício de 2014, o valor é de R$ 119,4 milhões. As ações do Plano de Gestão estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do TJPA do período 2010-2014, estabelecido pela Resolução nº 27/2009 e compatibilizadas com os orçamentos anuais.

Plano de Gestão para o biênio 2013-2015 norteou a tomada de decisão no judiciário paraense

O monitoramento do Plano de Gestão é responsabilidade do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica (CGE), que acompanha, monitora, avalia e reprograma as ações definidas. Reuniões Periódicas de Análise da Estratégia (RAE) podem redirecionar o Plano de Gestão. No período 2013-2014 houve duas RAEs para ajustes no cumprimento de metas e prazos para a melhoria dos resultados, registrados no Sistema de Monitoramento de Planejamento (Simplan).

O Plano de Gestão envolve o esforço de 30 diferentes setores e 33 responsáveis, desde a concepção à execução.



Plano de Gestão envolve o esforço coletivo de 30 diferentes setores e 33 responsáveis

Desempenho das ações

2013-2015

113 ações

100 ações concluídas (89%)

13 ações em andamento (11%)

FONTE: TJPA / SEPLAN / COORDENARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Conheça as ações concluídas

- Reorganização dos Juizados Especiais e Turmas Recursais
- Formação de Conciliadores e Mediadores
- Agilizar substituição de juízes em ausências e afastamentos
- Modernizar a Central de pesquisa e apoio à magistratura (CPAM)
- Reorganizar o Arquivo Geral
- Arquivo Corrente – Tribunais Superiores
- Autuação e Numeração de Processos e Recursos do Tribunal
- Sistema informatizado – Movimentação na carreira da magistratura
- Acervo bibliográfico digital
- Pesquisa de Clima organizacional e de satisfação de usuários
- Sistemas informatizados – Juizados Especiais
- PJE – Projeto Piloto
- Funcionamento do SIGA DOC
- Atendimento Itinerante - Juizado Especial
- Implantação do CEJUSC
- Movimento pelo Resgate da Memória
- Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica (CPGE)
- Comitê de Gestão Operacional
- SIMPLAN
- Comitê de Gestão e acompanhamento de indicadores
- Encontros Regionais
- Banco de Boas Práticas
- Justiça Ribeirinha – Barco Itinerante (CEF)
- Aprimorar a comunicação com o público interno
- Otimizar ferramentas de comunicação interna
- Implantação do NUPEMEC
- Videoconferência
- Eventos de Conciliação – Juizado Especial
- Base de Dados do Libra para o Justiça em Números
- Cartão Combustível
- Manuais de Planejamento, orçamento, arrecadação
- Manuais de administração, patrimônio e transportes
- Manuais na área de Gestão de Pessoas
- Manual de Auditoria Interna
- Editorar documentos de preservação de memória
- Sistema de Auditoria Interna (AUDI)
- Ponto on line
- Módulo de recadastramento de processos no 1.º grau
- Painel de Monitoramento de Informações
- Elaborar Planejamento Estratégico do TJPA 2015-2020
- Sistema de solicitação de diárias
- SEOF – 1º e 2º módulos
- Modernizar o LIBRA
- Gestão do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário
- Cursos de media training Magistrados
- Modernização do Portal do TJPA
- Rádio Web Jus
- Disponibilização de Espaço virtual on-line
- Capacitação de magistrados e servidores
- Ensino a distância (EaD)
- Palestras e reuniões on-line
- Banco de Talentos
- Banco de Facilitadores
- Projeto da Escola do Servidor
- Nomeação de servidores em concurso público
- Banco de Imagens
- Serviços de TIC de forma contínua e segura
- Normativos e manuais dos sistemas de TIC
- Reavaliação de sistemas informatizados
- Captação de recursos externos
- Solução de gerenciamento dos serviços de TIC
- Ações preventivas contra incêndios e acidentes

Execução financeira das ações no plano

2013-2015

2013 **R$ 76, 3 milhões**

+

2014 - JAN/2015 **R$ 119,4 milhões**

R$ 195,7 milhões

FONTE: TJPA / SEPLAN / COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Planejamento Estratégico 2015-2020

Desembargador Milton Nobre profere palestra de abertura da oficina final do Planejamento Estratégico 2015-2020

Institucionalizado pela Resolução nº 28/2014 de 17 de dezembro de 2014, publicada a 7 de janeiro de 2015, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará foi construído para nortear as administrações do próximo sexênio (2015-2020), seguindo a mesma sistemática de todo o Poder Judiciário Nacional. Nele estão contidos os grandes desafios a serem enfrentados pela justiça (macrodesafios), os indicadores e as metas que permitem seu monitoramento e avaliação e as iniciativas estratégicas que, desdobradas em planos de gestão, se constituem nas diretrizes que vão embasar as três próximas gestões.

A elaboração do planejamento estratégico recebeu contribuições de duas fontes: da oitiva qualificada de todos os segmentos do judiciário paraense - magistrados, diretores de secretaria, secretários administrativos e equipes, e assessores da Presidência com o propósito de proceder à coleta de propostas de melhoria institucional; e da Rede de Governança Colaborativa composta por representantes de todos os segmentos da Justiça nacional.

Mapa Estratégico do Poder Judiciário

2015-2020

MISSÃO: Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de direito.

VISÃO: Ser reconhecido pela sociedadecomo instituição acessível e confiável, voltada à pacificação social.

SOCIEDADE

GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

- Fortalecimento de políticas voltadas à criança e ao adolescente.
- Fortalecimento das ações da Justiça Itinerante.

PROCESSOS INTERNOS

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL

- Implementação da gestão do processo judicial eletrônico
- Fortalecimento da gestão do 1º grau de jurisdição
- Ampliação na estrutura judiciária

COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Gestão de unidades judiciárias e de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa

ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

- Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos.

RECURSOS

MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

- Implantação da gestão por competências
- Formação e aperfeiçoamento continuado de magistrados, servidores e colaboradores.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

- Implantação de Sistema de Gestão de Custos

VALORES:

Acessibilidade
Credibilidade
Probidade
Responsabilidade socioambiental
Humanização no atendimento
Eficiência
Ética
Transparência

- Efetividade na solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários.
- Fortalecimento das relações institucionais entre o Judiciário e a sociedade civil organizada.

GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

- Criação de mecanismos para efetivação da redução das demandas repetitivas e de grandes litigantes.

IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

- Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal
- Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução cível

APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

- Fortalecimento de política para o enfrentamento à violência doméstica e familiar, à violência contra o idoso e à violência contra a criança e o adolescente e a grupos vulneráveis.
- Promoção da Justiça restaurativa.
- Implementação de sistema integrado de controle da execução penal.

INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

- Aperfeiçoamento da Gestão dos Recursos Financeiros.
- Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário
- Gestão do Planejamento Estratégico
- Aperfeiçoamento da estratégia institucional de gerenciamento de risco.
- Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais
- Otimização da gestão da informação.

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

- Modernização da Infraestrutura de TIC
- Gestão dos sistemas informatizados
- Aprimoramento da segurança da informação

Belém

Marabá

Governança colaborativa envolveu magistrados e servidores de todas as regiões do Estado a partir de encontros de formação promovidos em municípios-pólos

Paragominas

Santarém

Barcarena

Marajó

CIDADANIA

Boas práticas são institucionalizadas

Chancela do TJPA busca inspirar ações que contribuam para a efetividade da Justiça

O TJPA institucionalizou, no biênio 2013-2015, projetos considerados como boas práticas e que podem ser replicados em outras comarcas do estado, com distintas finalidades de melhorar a qualidade da prestação do serviço jurisdicional; promover a cidadania; fomentar a cultura de paz e conciliação; e promover os direitos de crianças e jovens.

Objetivo dos projetos é melhorar a qualidade do serviço jurisdicional e fomentar uma cultura de paz e conciliação

"Armário Limpo": ajuda aos juizados especiais

O projeto Armário Limpo, idealizado pela desembargadora Diracy Nunes Alves, coordenadora dos Juizados Especiais e pelo juiz auxiliar Cristiano Arantes e Silva, surgiu para reduzir o congestionamento no Sistema dos Juizados Especiais, que no início de 2013 apresentava aumento significativo dos acervos, acréscimo das taxas médias de distribuição por ano, pauta de audiências sobrecarregadas e demora na finalização de procedimentos.

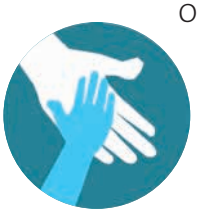
Magistrados, auxiliares de justiça e servidores participam de mutirões eletrônicos de conciliação, de audiências, de sentenças e de julgamentos nos juizados especiais, em apoio às unidades com elevado número de processos em tramitação. A ação, em parceria com o Ministério Público e a Defensoria, é avaliada a cada três meses. A remuneração dos magistrados e servidores, pelos trabalhos extras, é definida pela Presidência.

Em 2014, o projeto "Ribeirinho Cidadão" atendeu as comunidades das ilhas de Belém

"Cidadania Total": acesso aos serviços públicos

Concebido pelo juiz Antonio Francisco Gil Barbosa, da comarca de Augusto Corrêa , o projeto garante à população do município acesso aos serviços públicos, particularmente documentos, serviços nas áreas social, cultural, de saúde pública, segurança, educação e prevenção a drogas, assistência técnica e extensão rural, resolução de conflitos jurídicos para a regularização da situação civil, casamentos, divórcios, retificação de documento; reconhecimento da paternidade e estímulo ao congraçamento, oportunizando à comunidade o debate público para a resolução de vários outros problemas.

"Recomeço": união entre pais e filhos



O projeto surgiu no âmbito da 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Isabel, sob a coordenação da juiza Mônica Maciel Soares Fonseca, e garante a pais e filhos envolvidos nos reconhecimentos voluntários de paternidade o reencontro físico e emocional, para que valorizem a convivência e o afeto, em ambiente de alegria e confraternização, programações esportivas, culturais, entre outras atividades que incentivem a reaproximação, como almoço e entrega de brindes e medalhas.

"Conciliação fiscal": descontos em juros e multas

A Semana de Conciliação em Execução Fiscal surgiu no âmbito da 4ª Vara de Fazenda Pública da Capital, hoje Primeira Vara de Execuções Fiscais, criado pela juiza Kédima Pacífico Lyra, para permitir acordos em demandas já ajuizadas pelo Fisco Municipal, via política de solução do litígio de forma negociada, independentemente das composições feitas pelos devedores perante a Secretaria Municipal de Finanças (Sefin) em conflitos ainda não jurisdicionalizados, visando oportunizar, no curso do processo executivo fiscal, a possibilidade de acordo através do parcelamento do débito tributário, com descontos de até 90% dos juros e multa, em audiência de conciliação especialmente designada para esse fim.

"Comarcas amigas": rotinas padronizadas

O projeto "Comarcas Amigas", idealizado pelo juiz Alexandre Hiroshi Arakaki, da comarca de Itupiranga e realizado com o apoio da comarca de Marabá, padroniza rotinas administrativas nas secretarias das comarcas, por meio de treinamento em serviço entre os servidores de diferentes comarcas que trocam conhecimentos visando a melhoria dos processos de trabalho, sob supervisão do magistrado responsável.

"Ribeirinho Cidadão": acesso a serviços públicos

Concebido e realizado pelo juiz Márcio Teixeira Bittencourt, hoje titular da comarca de Almeirim, foi criado para assegurar às populações que vivem às margens dos rios acesso aos serviços públicos, iniciado em 2011 na Comarca de Altamira, visando a inclusão social na Terra do Meio, o projeto foi desenvolvido em 2013 em Almeirim, oeste do Pará, nas comunidades às margens dos rios Arraiolos, Paru, Chicaia e Jari, oferecendo audiências de conciliação, instrução e prolação de sentença, regularização eleitoral, emissão de carteiras de identidade, certidões de nascimento, a partir do reconhecimento voluntário de paternidade, entre outras ações. Este ano, o projeto foi desenvolvido nas regiões das ilhas de Belém, abrangendo as populações do Combu, Cotijuba, Jutuba e Outeiro.

"Conquistando a Liberdade": quebrar o preconceito

Articula parcerias, patrocínios e apoios para quebrar o preconceito em relação à população carcerária, resgatar a auto-estima dos presos e alertar o aluno das escolas públicas contra o crime. Por meio da atividade denominada "Papo di Rocha", o preso conta aos alunos como entrou no mundo do crime e suas experiências no cárcere, longe da família, de forma a dissuadir os jovens a cometerem atos infracionais ou crimes. Os presos também se empenham na recuperação de áreas públicas, como praças, postos de saúde e outras. O projeto rendeu ao seu idealizador, o juiz Deomar Barroso, titular da comarca de Abaetetuba, menção honrosa no prêmio Innovare.

"Conciliação fiscal" assegura descontos nas multas e juros de débitos com o fisco de Belém

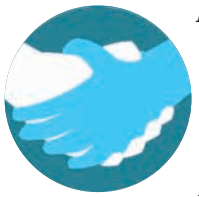
"Central de Execução Fiscal": conciliação é a regra

A Central de Execução Fiscal da Comarca de Santarém, sob a responsabilidade do juiz Everaldo Pantoja e Silva, da 8ª Vara Cível (Fazenda Pública) de Santarém, usa a conciliação permanente como ferramenta básica para recuperar créditos fiscais. Funciona em parceria com as procuradorias do Município e do Estado.

Celeridade na solução dos conflitos, ingresso de receita nos cofres públicos, maior controle de ar-

recadação de custas processuais e o esclarecimento sobre a importância de pagar os tributos em dia para melhorar a vida cotidiana, são algumas das atribuições da central.

"Conciliar sempre vale a pena": solução de conflitos



Atua para evitar recursos às cortes superiores em demandas na fase de admissibilidade de recursos especial e extraordinário. Sob a responsabilidade da presidente do TJPA, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, o projeto, pautado na pacificação, tem a parceria do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação (Nupemec) para acelerar a solução de conflitos, reduzir o número de processos remetidos às Cortes Superiores e das execuções de sentença; aumentar o comparecimento das partes e seus representantes nas audiências designadas; melhorar os índices de acordos homologados; estimular a composição de demandas, evitando o adiamento do cumprimento de obrigações para encerrar de forma mais rápida a lide em andamento, além de treinar e capacitar analistas e assessores em conciliação.

"Cidadania e Justiça - Ação integrada em prol de crianças e adolescentes": defesa de direitos

Concebido pela juiza Josineide Gadelha Pamplona Medeiros, titular da 7ª Vara Cível (Infância e Juventude) de Santarém, o projeto atende Mojuí dos Campos e Belterra, no oeste do Pará, para promover a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por meio de serviços articulados com o poder público, voluntários e famílias.

A iniciativa previne evasão escolar, trabalho doméstico e urbano, violência doméstica e urbana, gravidez precoce, uso de álcool e outras drogas, exploração sexual e acidentes de trânsito. Identifica as demandas por serviços públicos e oferece serviços institucionais e voluntários. Divulga a rede de serviços públicos disponíveis às crianças e adolescentes.

"Doação de livros para o Centro Regional de Recuperação Agrícola Mariano Antunes em Marabá": um novo horizonte a partir da leitura

De responsabilidade da juiza Elaine Neves de Oliveira, atuando na 7ª Vara de Execuções Penais da comarca de Marabá, o projeto tem como objetivo ampliar o acervo da biblioteca da instituição com livros doados, para permitir o acesso à leitura a um maior número de internos do regime fechado e semiaberto, garantindo crescimento pessoal, conhecimento e reflexão sobre a realidade pela experiência da leitura, e a remição das penas aos que aderem ao projeto.

Desenvolve-se na Biblioteca do Saber da instituição, em parceria com instituições de ensino superior, igrejas, secretarias e órgãos públicos e privados.

"Sem álcool, uma convivência sem violência": parceria com os Alcoólicos Anônimos

O projeto "Sem álcool, uma convivência sem violência", concebido pelo juiz Geraldo Neves Leite, integra a Vara de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres em Santarém e os Alcoólicos Anônimos (AA). Atendendo os princípios desta instituição, o objetivo do projeto é reduzir a violência doméstica e familiar contra a mulher, provocada pelo uso abusivo de álcool, evitando a reincidência e garantindo a ressocialização do agente.

"Mutirão do Dia das Mães": zelo pelo direito à pensão alimentícia

O projeto "Mutirão do Dia das Mães", da lavra da juiza Danielle Karen da Silveira Araújo Leite, titular da 2a Vara Cível de Marabá e igualmente executado na 1ª Vara, conta com as parcerias da Defensoria e do Ministério Público. O objetivo é garantir o direito de crianças e adolescentes, por meio da regularização da obrigação de pagar a pensão alimentícia. O projeto promove a conciliação e o consenso para definir o valor mais adequado às necessidades do tutelado, reduzindo dessa forma o acervo processual nas Varas de Famílias.

"Conhecer para construir": paz nas escolas públicas de Tomé-Açu

O projeto "Conhecer para construir", desenvolvido na comarca de Tomé-Açu, no nordeste do Pará, pelo juiz David Guilherme de Paiva Albano, tem como objetivo fortalecer o respeito à vida e suas diferenças e estimular a dedicação à educação no espírito da promoção da cultura de paz, orientando crianças e adolescentes sobre seus direitos, divulgando o Estatuto da Criança e do Adolescente por meio dos professores que coordenam o projeto nas escolas e estimulando o voto dos adolescentes nas eleições gerais para fortalecer uma atitude cidadã. Em parceria com Ministério Público, Delegacia de Polícia,

AMAZON FILMES

Conhecer a realidade e interagir com o cidadão melhora a qualidade do julgamento dos processos

O juiz Lauro Fontes Jr. busca o apoio dos trabalhadores de Canaã dos Carajás e de toda a sociedade contra o crime de pedofilia

PM e outras instituições e programas, visa o público de crianças e adolescentes envolvidos com drogas, atos infracionais, consumo de bebidas alcoólicas e brigas nas saídas das escolas.

"Sistema de gestão otimizada em Vara de Família": acelerar tramitação

Pensado com o objetivo de acelerar a tramitação e a resolução dos projetos da 2ª Vara de Família de Belém, por sua titular, juiza Maria Elvina Gemaque Taveira, o projeto cria rotinas administrativas internas alternativas e inovadoras, sem ferir o Código Processual ou outros marcos legais, e cria mecanismos de aferição da produtividade conjunta e individual, em cada etapa de tramitação dos processos na Vara, da distribuição ao encerramento, tendo atingido altos índices de celeridade e produtividade.

Doação de livros aumenta o acervo da biblioteca do Cramma, em Marabá

"Combate à exploração e abuso sexual - Canaã contra pedofilia": corresponsabilidade

O projeto "Combate à exploração e abuso sexual – Canaã contra pedofilia" é executado em Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, sob a coordenação do juiz Lauro Fontes Júnior, em áreas de assentamento, de aglomerado populacional e de concentração de operários do projeto de mineração da Vale. O projeto conta com as parcerias do Ministério Público, OAB/Pará, PM, Conselho Tutelar e demais instituições afins, incluindo órgãos públicos, empresas privadas e igrejas.

O projeto combate a violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, estimula o Estado a criar políticas públicas sistemáticas voltadas a esse segmento e trabalha com as famílias conscientizando-as dos direitos das crianças e adolescentes.

"Minha escola, meu refúgio": lições contra o abuso

Instituído na Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes da capital, pela juíza Mônica Maciel Soares Fonseca, o projeto objetiva incorporar a escola, considerada a porta de entrada da rede de proteção social à infância e à juventude, na proteção dos direitos dessa parcela da população, capacitando os educadores a identificar sinais reveladores de violência doméstica, especialmente da violência sexual.

Com palestras e apoio de material pedagógico elaborado especialmente para explicar aos educadores como eles podem perceber mudanças de comportamento que evidenciam essa violência, a equipe do Judiciário prepara os profissionais da educação para a abordagem de casos suspeitos ou fatos comprova-

dos, que ocorrem, na grande maioria, no ambiente doméstico praticado por parentes próximos.

"Conhecendo a minha história": direito dos adotados

Sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), o projeto que visa preservar as informações nos processos de adoção e de outros relacionados, abrange a totalidade das comarcas do Pará e garante maior segurança no manuseio e armazenamento desses documentos, conforme exige o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O acervo dos processos relacionados à adoção é digitalizado e incorporado ao Sistema Libra para futuras consultas, assegurando o acesso dos adotados às informações sobre a sua origem biológica e história de vida. A conservação virtual permite consultas por meio de filtros diversos, quando necessário, padronizando e organizando as informações, sem descuidar da guarda dos documentos físicos. O projeto mantém banco de dados para estatísticas pormenorizadas sobre Infância e Juventude, acessíveis às comarcas e à CEIJ.

"Um x Um": reduzir acervo de processos

O projeto Um x Um, concebido pelo juiz João Batista Lopes do Nascimento, auxiliar da presidência nessa gestão, abrange todas as unidades judiciárias do Pará. Consiste em recontar o total de processos em cada unidade judiciária do Estado com a finalidade de conhecer a realidade do acervo, reorganizar as unidades, diminuir a incompatibilidade numérica entre o físico e o registrado no Sistema Libra, criar registro de todos os processos físicos no sistema de acompanhamento processual, reverter a inserção errada ou incompleta de dados, permitindo conhecimento apurado da realidade processual das varas e comarcas, com vistas ao direcionamento de investimentos em recursos humanos e priorização da expansão judiciária.

"Recomeço" reaproxima pais e filhos na Comarca de Santa Izabel do Pará

Mudando a História

Projeto reforça o combate à violência contra a mulher

Agentes públicos recebem informações sobre a Lei Maria da Penha para dar soluções aos casos de violência doméstica

O projeto "Mudando a História, Uma Vida sem Violência" capacita os operadores que trabalham no campo da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O projeto permite que esses agentes tenham conhecimento e informação sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, identificando e enfrentando essa violência a partir da perspectiva da solução ou amenização dos problemas.

Também possibilita aos participantes a reflexão sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, as formas de atendimento à mulher e a busca de políticas públicas previstas em lei ou outras medidas de enfrentamento a essa violência, conforme indicam os números no gráfico da página ao lado.

Vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher têm prioridade assegurada pela Constituição

Entre os resultados alcançados pela capacitação, destacam-se:

- A humanização dos que atendem a mulher na linha de frente, como as polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros;
- Prioridade às vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme estabelecido na Constituição Federal e na Lei Maria da Penha;
- Integração dos Poderes, juntamente com a sociedade civil organizada, na busca de soluções aos problemas de aplicação da Lei Maria da Penha;
- Fortalecimento da rede de atendimento à mulher, diante da capacitação de todos os seus integrantes;
- Implementação de políticas institucionais e públicas voltadas ao atendimento à mulher vítima da violência doméstica e familiar e, inclusive, a organização da rede de atendimento, nos lugares em que ainda não foi implementada.

Humanização e atendimento integrado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar fazem a diferença

TJPA articula ações para aplicar Lei Maria da Penha

No biênio, a Coordenadoria Estadual das Mulheres em situação de Violência Doméstica e Familiar promoveu cursos e seminários de capacitação para integrantes da rede de atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar, envolvendo 4.303 participantes entre juízes, promotores de justiça, defensores, advogados, técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Saúde; polícias Civil e Militar; Corpo de Bombeiros; projeto Haabe; psicólogos, assistentes sociais e pedagogos.

O projeto contemplou os municípios de Ananindeua, Marabá, Santarém, Paragominas, Cametá e Belém.

Seminários e cursos realizados

2013-2014

	NÚMERO DE PARTICIPANTES	
MUNICÍPIO	SEMINÁRIO	CURSO
Ananindeua	**300**	**68**
Marabá	**450**	**306**
Santarém	**380**	**267**
Paragominas	**350**	**202**
Belém	**900**	**700**
Cametá	**180**	**200**
Total	**2.560**	**1.743**

FONTE: TJPA / COORDENADORIA ESTADUAL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Mudar a história de violência contra a mulher exige capacitação permanente dos agentes públicos

PROTEÇÃO

CNJ premia atuação na área da infância e juventude

Judiciário do Pará garante a crianças e jovens sob a tutela do Estado os direitos assegurados em lei

O prêmio "Selo Infância e Juventude categoria prata", em outubro de 2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chancelado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), foi um reconhecimento aos investimentos do TJPA em ações para a infância e juventude.

Duas dessas ações asseguraram acolhimento, convívio familiar e comunitário, além do direito de conhecer a própria história, a crianças e adolescentes sob a proteção do Estado: o projeto "Conhecendo a Minha História", voltado para crianças e adolescentes adotados, e o programa "Conta Comigo", de apadrinhamento para os acolhidos em abrigos institucionais.

Projetos garantem acolhimento, convívio familiar e comunitário e o direito a conhecer a própria história

O Projeto "Conhecendo Minha História" resguarda o direito a informações sobre origem biológica e história de vida dos adotados, por meio do armazenamento permanente, em arquivo digital, dos processos em todas as comarcas do Pará.

Parceria entre a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), o Departamento de Documentação e Informação e as Varas da Infância e da Juventude do Pará digitaliza os processos de adoção e outros a ele relacionados para permitir o acesso mais rápido aos documentos, via Sistema Libra, preservando o documento original.

O cronograma visa a atender as 111 comarcas do Pará, a partir dos relatórios quantitativos dos processos de adoção transitados em julgado e tramitados, das varas com competência em infância e juventude para o arquivo geral do TJPA, onde as digitalizações são feitas. Após a digitalização, os processos são organizados e arquivados virtualmente no Sistema Libra, permanecendo o arquivamento físico no respectivo arquivo geral do TJPA, em local apropriado e exclusivo.

O projeto garante ao adotando o direito de conhecer sua história, conforme preceitua o art. 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), possibilitando que crianças e adolescentes nessa condição tenham informações sobre suas trajetórias de vida antes da convivência na família adotiva.

Ação do programa "Conta Comigo" estimula o apadrinhamento de crianças e jovens que vivem em abrigos

"Conta Comigo": responsabilidade social e solidariedade

Programa de inclusão social que visa assegurar o direito de convivência comunitária a crianças e adolescentes que se encontram em serviços de acolhimento institucional, de acordo com o que estabelece o ECA, o "Conta Comigo" está sendo aplicado em Belém, Icoaraci, Ananindeua e Marituba, por meio de parceria entre a CEIJ, as Varas da Infância e da Juventude (1ª Vara da Infância e da Juventude de Belém, 8ª Vara da Infância e da Juventude de Ananindeua, 3ª Vara Cível de Icoaraci e Vara Única de Marituba) e os programas afins sediados nesses locais. A iniciativa estimula ações de corresponsabilidade social em busca de compromisso afetivo, material e de prestação de serviços dos padrinhos em relação às crianças e aos adolescentes institucionalmente acolhidos.

O programa é fruto de duas oficinas promovidas pela CEIJ e Escola Superior da Magistratura, em maio de 2013, destinadas aos agentes do sistema de garantia de direitos, cujos objetivos são:

- Proporcionar experiências e referências comunitárias e de convivência familiar às crianças e adolescentes acolhidas em abrigos e com reduzidas possibilidades de retorno à família de origem ou colocação em família substituta.
- Incentivar o envolvimento da comunidade com a realidade de crianças e adolescentes acolhidos.
- Estimular o apadrinhamento afetivo e material para atender as necessidades de crianças e adolescentes acolhidos.

Sistema Libra informatiza a área infanto-juvenil

Em meados de 2013, o Libra passou a atender às especificidades da área com ferramentas para inclusão das informações referentes a crianças, adolescentes e seus familiares inseridos no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte (PPCA-AM). As guias de execução de medidas socioeducativas determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também passaram a ser processadas pelo Libra.

Na área de planejamento e gestão destaca-se também a criação das 3ª e 4ª Varas da Infância e da Juventude da Capital, cujas competências são, respectivamente, a execução de medidas socioeducativas e o atendimento inicial dos procedimentos da área infracional.

Seminário debate a garantia de direitos à infância e à juventude no Estado

Parceria para o enfrentamento à violência sexual

O Tribunal de Justiça, em 2013, integrou o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, encarregado de revisar o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, institucionalizado em 1º de julho de 2014. Juntamente com o Ministério Público e a Defensoria Pública estaduais, o TJPA atuou, especificamente, no que compete ao eixo defesa e responsabilização.

DEPOIMENTO ESPECIAL

Em 25 de outubro de 2013, o TJPA instalou o Grupo de Trabalho Interinstitucional para criação de fluxo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, com abrangência metropolitana, para estudar e definir procedimentos e fluxos da oitiva especial em juízo, o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de crimes sexuais. A oitiva das crianças e adolescentes é realizada em uma sala adequada ao depoimento para evitar danos psicológicos adicionais. Participaram também a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, Polícia Civil, Programa Propaz Integrado e Instituto Médico Legal.

Em julho de 2014, o TJPA assinou Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da 8ª Região, com o objetivo de possibilitar o intercâmbio de conhecimentos, experiências e atuação conjunta em atividades e programas institucionais de mútuo interesse, com o combate ao trabalho infantil.

Judiciário do Pará garante a proteção a crianças e jovens que enfrentam situações de violência e abandono no Pará

COMUNICAÇÃO

Redes sociais conectam Judiciário ao cidadão

Perfis no Facebook e no Twitter ajudam o Judiciário do Pará a aproximar cada vez mais os cidadãos de seus serviços

O acesso do cidadão à Justiça pautou a maioria das atividades de comunicação do Judiciário paraense, no biênio 2013-2015. Para levar mais informações e serviços à comunidade, novas ferramentas foram agregadas ao trabalho de divulgação da instituição.

Além do novo Portal e da Web Rádio Jus, implantados em 2013, o Tribunal de Justiça ingressou, em 2014, nas redes sociais: criou perfis no Facebook e no Twitter, as redes mais populares e de maior alcance, onde são veiculados banners educativos, campanhas e notícias; no You Tube, maior plataforma digital de compartilhamento de vídeos, que abriga documentários sobre projetos do Judiciário paraense; e no Flickr, que disponibiliza 121 álbuns com 3.256 fotos em alta resolução.

Processo de adesão às redes sociais tem como base o manual do Conselho Nacional de Justiça sobre o assunto

Todo o processo de adesão do TJPA às redes sociais teve como base o manual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o assunto e as orientações do II Encontro Nacional de Comunicação Judiciária do CNJ, realizado em agosto de 2014.

Ainda no sentido de ampliar o acesso do cidadão aos serviços da Justiça, o TJPA criou conta no Soundcloud, plataforma de compartilhamento de áudio onde são disponibilizados, no Facebook, o programa "Escuta, mano, o meu recado", do personagem amazônico Epaminondas Gustavo, criado e interpretado pelo juiz Cláudio Rendeiro.

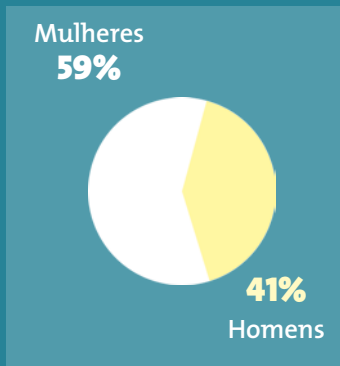
Facebook, dados estatísticos

De 9 de janeiro a
9 de dezembro de 2014

Curtidas na fan page

Total: **2.884**

Perfil dos seguidores



Faixa etária

13 a 65 anos

Mulheres: maior faixa de **25 a 34 anos** (**24%**)

Homens: **25 a 34 anos** (**17%**)

Avaliação da página

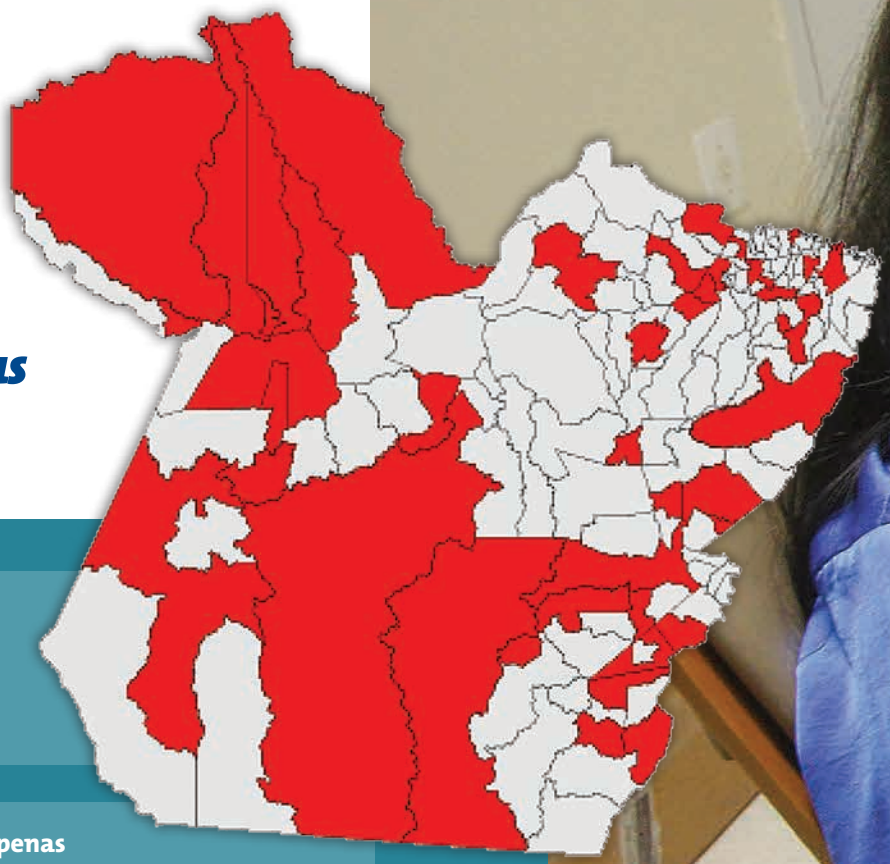
Feita pelos internautas

4,3 do total de **5 estrelas**

FONTE: FACEBOOK

RÁDIO WEB

Além de manter programação diária, a Web Rádio Jus é responsável pela produção do Minuto da Justiça, transmitido diariamente pela Rádio Cultura do Pará e pela Rádio Unama FM. As duas instituições firmaram parceria com o TJPA para divulgar o Minuto da Justiça, que tem como principal personagem Epaminondas Gustavo, criado pelo juiz Cláudio Rendeiro, para levar ao público informações sobre serviços, direitos e deveres do cidadão.



Web Rádio Jus

17 de setembro de 2013
a 15 de dezembro de 2014

Aproveitamento estadual
44.488 acessos

Materiais enviados apenas a emissoras do Pará

1.281 reportagens e notas estaduais

83 emissoras acessaram o material

43 municípos paraenses

Público potencial de **4.515.968** ouvintes

A Rádio Web Jus do TJPA tem programação diária e produz o Minuto da Justiça

Site da Web Rádio Jus

Downloads de materiais pelo site
8.638

Usuários únicos
9.266

Visualizações de páginas
43.380

MEDIA TRAINING

Em 2014, o TJPA realizou o segundo curso de *media training*, destinados a juízes de comarcas da capital e do interior. No total, 42 magistrados participaram dos cursos, ministrados por profissionais da imprensa nacional, como o jornalista Jayme Brener, da Agência ExLibris, de São Paulo, e a repórter especializada em política e economia, da Rede Globo, Cristina Serra. No treinamento, os magistrados receberam informações sobre o processo da construção da notícia, técnicas de entrevistas e outras situações envolvendo o relacionamento entre a imprensa e o Judiciário.

Magistrados do interior e da capital participam do curso de Media Training com a jornalista Cristina Serra, da Rede Globo

Formação

Escola Superior da Magistratura teve quase cinco mil horas de atividades

Foram 6,3 mil oportunidades de cursos de aperfeiçoamento e extensão

A capacitação, formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do TJPA tiveram um grande incremento no biênio 2013-2015. A Escola Superior da Magistratura aumentou consideravelmente os números de cursos, oficinas e treinamentos. Foram 4.805 horas de atividades, alcançando um total de 6.342 formações continuadas, como cursos de aperfeiçoamento para vitaliciamento e promoção e atividades de extensão.

Curso para juízes substitutos envolveu os 39 juízes empossados no concurso público de 2012

Cursos de aperfeiçoamento

2013 - 2014

Horas de aula por ano

50% 2014

50% 2013

Cursos de especialização

2013 - 2014

57% 2014

43% 2013

FONTE: TJPA / ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Escola Superior da Magistratura é um espaço de excelência para a formação continuada

Cursos de pós-graduação

2013 - 2014

	CONVÊNIO	C.H.	MAGISTRADO	SERVIDOR	DEMANDA SOCIAL	OUTROS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA
Curso de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário. (Concluído)	UFPA / TJPA / VALE S/A	450	07*	06*	11*	3*
II Curso Pós- Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil Individual e Coletivo. (Conclusão dez/2014)	CESUPA / TJPA	360	05**	14**	-	-
Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente. (Conclusão dez/2014)	UFPA / TJPA / MINISTÉRIO PÚBLICO / DEFENSORIA PÚBLICA	485	07**	02**	18**	23**
Curso de Especialização Lato Sensu em Direito Registral Imobiliário (início17/set/2014 - Conclusão ago/2015)	CESUPA / TJPA	360	08***	32***	-	-

Nota: (*) Concluintes (**) Previsão de concluintes (***) Matrículas realizadas - Curso em andamento
Outros órgãos da Justiça: Ministério Público, Defensoria, Iterpa, Instituto de Perícia Renato Chaves

Merecem destaque o XVIII Curso de Preparação à Carreira da Magistratura com 482 horas/aula, de preparação a advogados à carreira da Magistratura, bem como o Curso de Formação Inicial de Juiz Substituto do Pará, com 253 horas/aula em que foram atendidos 39 novos magistrados empossados no concurso público de 2012.

Atividades / cursos

2013 - 2014

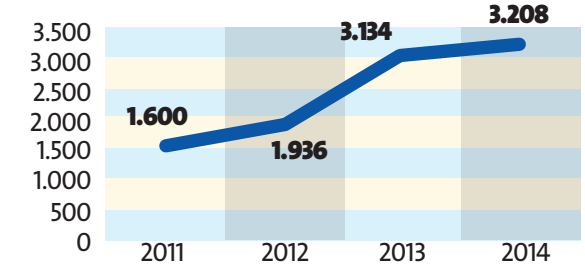
ATIVIDADES/ CURSOS	CH	APROVADOS OU EM ATENDIMENTO					
		MAGISTRADOS		SERVIDOR TJPA	OUTROS OPERADORES DE DIREITO	OUTROS*	TOTAL
		JUIZ	DESEMBARGADOR				
TOTAL	**4.805**	**674**	**28**	**1.515**	**1.113**	**3.012**	**6.342**

Nota: (*) outros atores da justiça ou estudantes

Formação continuada

2011 - 2014

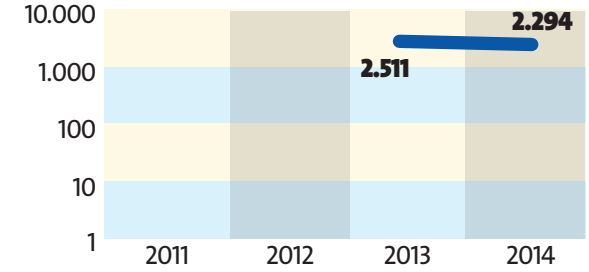
É possível observar a evolução da formação continuada em especial no último biênio.



Hora / aula

2011 - 2014

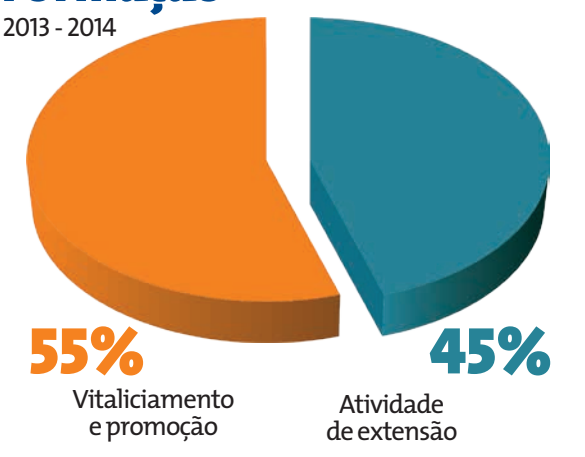
O número de horas/aula manteve-se constante no biênio 2013/2014



Cursos deram prioridade à formação de magistrados

Formação

2013 - 2014



FONTE: TJPA / ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

O Ensino a Distância (EaD) disponibilizou eventos de extensão, aproximando comarcas distantes do Pará com acesso em tempo real, ou, por demanda, modalidade na qual o magistrado visualiza os eventos gravados no momento mais oportuno.

Comparando o esforço (hora/aula) em cursos para vitaliciamento e promoção, credenciados na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), com as demais atividades de extensão - cursos técnicos, seminários, jornadas de direitos humanos, encontros regionais, oficinas, colóquios, fóruns, encontros juridicos dentre tantos outros eventos -, verifica-se que a formação do Magistrado ocupou a maior parte, evidenciando o papel da ESM na atualização da Magistratura.

ESM proporcionou capacitação e aperfeiçoamento

FORMAÇÃO DE MEDIADORES

Em cumprimento à Resolução 125/2010 do CNJ, foram desenvolvidas 110 horas aula de cursos de Conciliação e Mediação, em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), com a participação de 375 pessoas entre magistrados, servidores e outros, objetivando a formação de novos conciliadores e mediadores para os Centros de Concliliação e Mediação. Foram várias turmas (junho/agosto), cada uma com 40 horas/aula, onde foram formados 39 novos mediadores para os juizados.

Banners digitais veiculados via mídia eletrônica, com visibilidade nos portais externo e interno do TJPA, informam sobre as atividades da Escola, que também envia informativos diretamente aos endereços eletrônicos dos magistrados. O destaque do biênio foi a disponibilidade por meio digital da revista A Leitura, no site do TJPA em aplicativo Flash Player.

Reforma ampliou e modernizou espaço de formação

Foi concluída também a reforma dos prédios da ESM, com mais salas de aula, auditório com capacidade para cem pessoas, laboratório de computação, com modernos equipamentos de informática, atendendo aos usuários com mais eficiência e qualidade. Ao todo foram reformados 1.400 m² de edificação e 84m² de área urbanizada.

A Aula Magna/2014 Magistratura: uma profissão em mutação e os desafios para sua formação, que abriu o ano letivo da ESM, foi ministrada pelo Profº Dr. Roberto Fragale, Juiz do Trabalho/RJ; a de 2013 Pacto pelo Pará, foi feita pelo Governador do Pará, Profº Simão Jatene

O novo auditório homenageia a Desembargadora Sonia Parente, que dirigiu a Escola de 2001 a 2007, em solenidade ocorrida abril de 2014, que contou com a palestra do Profº Dr. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

PRESERVAÇÃO

Parcerias estimulam consciência ambiental

Transações penais geram doações a instituições como o Museu Goeldi e ajudam a preservar fauna e flora

O Programa de Educação Ambiental do Museu Paraense Emílio Goeldi é um exemplo de como a intervenção judicial estimula a consciência ambiental. O objetivo do programa, sob a responsabilidade do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente, é evitar a reincidência de infrações ambientais e contribuir com a recomposição do dano causado à coletividade. O programa aborda conceitos de cidadania e meio ambiente, enfatizando problemas relacionados à poluição sonora, atmosférica, visual e à extração ilegal de madeira, entre outros.

Recursos custeiam reformas na estrutura do espaço público dedicado à pesquisa da biodiversidade amazônica

O Parque Zoobotânico e outras unidades administrativas do Museu Goeldi também recebem doações de materiais do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente, provenientes das transações penais.

Essas doações se destinam à manutenção da fauna, com medicamentos e alimentos, assim como da flora, custeando serviços de poda de árvores e controle de pragas. Os recursos viabilizaram também reformas na estrutura do museu, em calçamentos, canteiros, sinalização e pintura dos prédios.

As doações também apoiam a reforma do Aquário Jacques Huber, no Parque Zoobotânico do museu, que abriga exemplares da fauna aquática da Amazônia, particularmente do Baixo Amazonas.

O Museu Goeldi também recebe serviços prestados diretamente pelos infratores.

PARCERIAS

Na área do Meio Ambiente, o Poder Judiciário mantém parcerias com outras instituições de caráter público ou privado para a defesa dos animais e a conservação das espécies.

Essas entidades ajudam a divulgar e a fazer cumprir a legislação de proteção dos animais, atendem a denúncias de maus tratos e encaminham para adoção os abandonados e perdidos.

AIRTON NASCIMENTO

Onça pintada do Parque Zoobotânico do Goeldi, instituição que recebe doações de transações penais do Juizado Especial de Crimes Ambientais

Separação de resíduos para a reciclagem transforma servidores que atuam no TJPA em ecogestores

As instituições parceiras são: Associação Amigos dos Animais (AMA), Associação de Defesa e Proteção Animal (Asdepa), Batalhão de Polícia Ambiental (BPA-PM/PA), Cáritas Arquidiocesana de Belém (Cáritas/Belém), Centro de Controle de Zoonoses (CZZ), Divisão Especializada de Meio Ambiente (Dema), Escola Salesiana do Trabalho (EST), Funbosque, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ibama, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Parque do Utinga, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra).

O Fundo Estadual de Meio Ambiente também é beneficiado com recursos.

Reciclagem é uma conquista da agenda ambiental

O projeto Reciclar Direito é uma das iniciativas da Agenda Ambiental do Poder Judiciário, desde 2009, que mobiliza magistrados, servidores e terceirizados para o uso consciente e racional de energia, água, combustível e papel, atribuindo a eles a função de agentes multiplicadores, denominados ecogestores, cuja missão é disseminar ideias e atitudes ecologicamente corretas em suas unidades de trabalho.

O principal avanço na área socioambiental foi o incremento da coleta seletiva, que passou a ser regular, propiciando cidadania, trabalho e renda às Cooperativas de Materiais Recicláveis, que coletam mais de 1 tonelada semanal de resíduos sólidos.

AUDITORIA

Controle interno se fortalece para apoiar a gestão do Judiciário

TJPA aumenta o número de auditorias internas para assegurar o êxito na gestão dos recursos públicos

No biênio 2013-2015, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) promoveu 19 auditorias internas, demonstrando com isso que o fortalecimento das unidades de controle interno é fundamental para o êxito da governança estratégica organizacional. Esse resultado confirma as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sentido de fortalecer os controles internos dos tribunais de Justiça do País.

Das 17 demandas do CNJ para fortalecimento do Controle Interno, o TJPA atendeu todas

O Poder Judiciário do Pará assumiu a vanguarda na área ao reposicionar estrategicamente sua unidade de controle interno, instituindo instrumentos para orientar os servidores e gestores das unidades administrativas quanto à operacionalização das ações de controle, dentre as quais se destacam:

Plano de Gerenciamento de Riscos do TJPA
Controle preventivo, com destaque para o Sistema de Gerenciamento de Riscos, fundamental para o êxito da governança e das boas práticas de gestão.

Manual de procedimentos
Elaboração de manuais de auditoria interna que compartilham ações de controle para que atividades, processos e procedimentos de maior risco estratégico, operacional e financeiro sejam analisados a partir de dados históricos, registros e evidências.

Servidores participam de atividade de formação relacionada ao controle interno

Software gerencia recomendações das auditorias

Concomitantemente à execução e monitoramento das auditorias planejadas para 2013-2015, o TJPA estabeleceu também como rotina periódica o monitoramento das recomendações no que se refere às auditorias realizadas entre 2007 a 2012.

Uma nova metodologia de monitoramento foi aplicada às auditorias realizadas a partir de 2012. Cada auditoria é um projeto e as recomendações são as ações decorrentes do projeto. Com o auxílio de um software que gerencia projetos – o REDMINE – é possível acompanhar a evolução do atendimento às recomendações dos Relatórios de Auditoria.

Audi será usado em outros estados e pelo MP do Pará

O Sistema de Auditoria Interna (Audi), desenvolvido pelas secretarias de Controle Interno e de Informática, criou um modelo inédito de auditagem, que padroniza relatórios, cria banco de dados e disponibiliza na íntegra os documentos de auditoria em ambiente virtual.

Criado em 2013, o Audi obteve a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como uma boa prática da Justiça a ser adotada em todo o País, pela praticidade e inovação.

Os tribunais de Justiça dos Estados do Tocantins e do Acre firmaram parceria com o TJPA para utilização do sistema, conforme termos de concessão de uso assinados em novembro de 2014, entre os presidentes dos referidos tribunais. O Ministério Público do Pará, no mesmo período, também aderiu ao sistema Audi.

Capacitação em auditoria reforçou as ações de controle no âmbito do Judiciário do Pará

TJPA cumpre a meta de fortalecer controle interno

Em 2014, das 17 demandas exclusivas determinadas pela Meta 16 do CNJ para o fortalecimento do controle interno nas unidades judiciárias, todas foram atendidas pelo TJPA.

Como decorrência, a Secretaria de Controle Interno passou a dispor de estrutura formalizada e de autonomia, com normas, procedimentos e modelo de atuação.

Demonstrativo do cumprimento da Meta 16 do CNJ

2013-2015

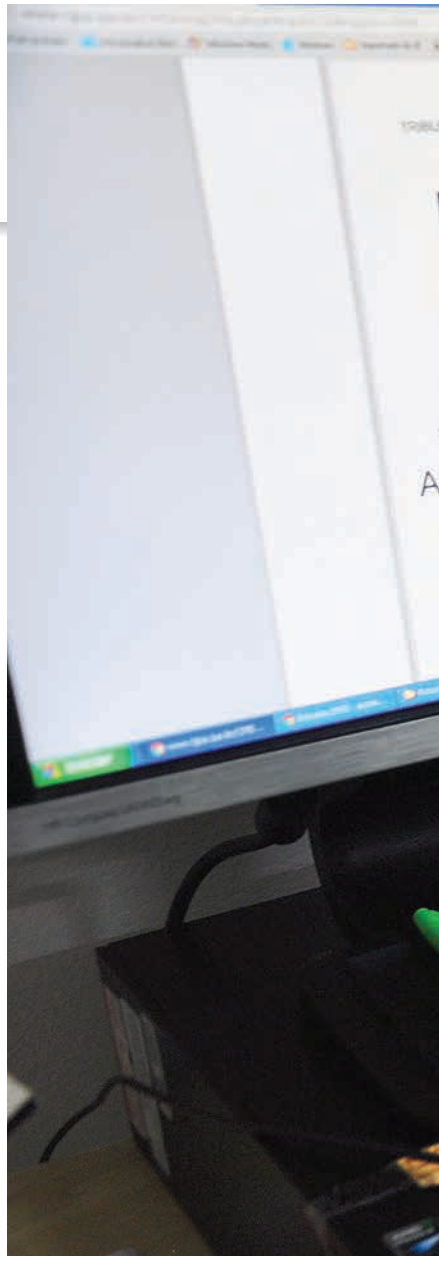
ANO	ALCANÇADAS	% ACUMULADO
2013	**15**	**88%**
2014	**2**	**100%**
Total de metas	**17**	**100%**

FONTE: TJPA / SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Rotinas

Normativos criam referências para procedimentos em todos os setores

Manuais padronizam processos e melhoram a gestão do Poder judiciário

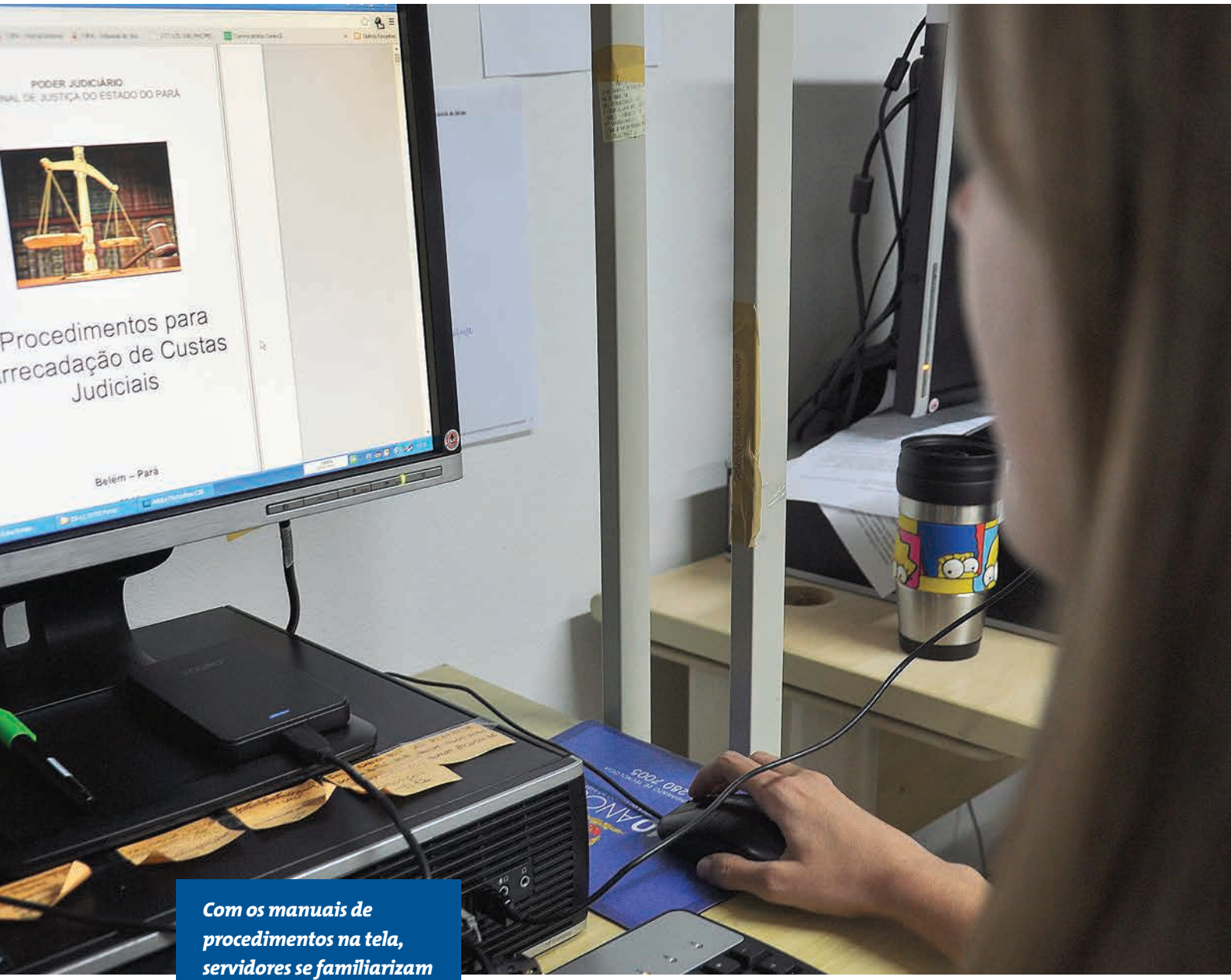


O Tribunal de Justiça do Pará editou, neste biênio, uma série de manuais com o objetivo de melhorar a qualidade da gestão, por meio de medidas que visam padronizar procedimentos, institucionalizar rotinas, criar referências e orientar servidores e magistrados com relação às atividades ligadas à administração, patrimônio e transporte; planejamento, orçamento e arrecadação; tecnologia da informação e comunicação; auditoria interna; e gestão de pessoas.

TJPA elaborou manuais corporativos que orientam as rotinas de trabalho nas áreas administrativas

Na área de planejamento, orçamento e arrecadação, os manuais abrangem acesso ao Sistema de Monitoramento de Planejamento (Simplan); Sistema de Elaboração e Execução Orçamentária e Financeira (Seof); Procedimentos de Fiscalização dos Serviços Judiciais e Procedimentos da Fiscalização dos Serviços e Extrajudiciais.

Na administração, patrimônio e transporte, os normativos para a aquisição de bens e serviços e fiscalização de contratos estão consolidados em manuais que tratam de contratos e convênios, gestão de suprimentos,



Com os manuais de procedimentos na tela, servidores se familiarizam mais rápido com as rotinas de trabalho

gestão de transportes, inventário de bens patrimoniais e do setor de licitações.

Os sistemas de Tecnologia, Informação e Comunicação são regidos por 21 manuais corporativos, que tratam de configuração de *Proxy*, boleto *on-line*, CMS, controle de prescrição, Diário de Justiça eletrônico, gestão de peças eletrônicas, Infojud, Libra, Malote Digital, Proad, Projud, Plush/Agenda do Advogado, SAP 2G, Sapcor, SAP TR, SigaDoc, sistema de depósitos judiciais, smart client, spark e thema.

A auditoria interna editou Manual de Procedimentos para Elaboração de Normativos Técnicos e Administrativos,base à edição institucionalizada de Manuais no Tribunal de Justiça do Pará. Também foi institucionalizado o Manual de Auditoria Interna do TJPA.

A área de Gestão de Pessoas editou os normativos de Gestão de Benefícios e de Gestão do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração de Servidores.

DEFESA INSTITUCIONAL

Segurança é tema de curso para magistrados

Iniciativa pioneira é da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJPA

Um dos destaques do biênio na área de segurança institucional foram os cursos de segurança para magistrados e oficiais de justiça, realizados em Belém. Idealizados pela Coordenadoria Militar, os cursos tiveram parceria da Polícia Militar e da Escola Superior da Magistratura. O curso foi dividido em duas turmas, de acordo com o interesse específico de cada uma: a primeira para juizes e a segunda para oficiais de justiça.

Juízes e oficiais de justiça receberam treinamento para lidar com situações de riscos

O projeto piloto foi bem sucedido e o curso integrará o calendário do TJPA, como parte das medidas adotadas pela Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI) para eliminar gargalos e melhorar a segurança dos magistrados e oficiais de Justiça no exercício de suas funções. Sua realização é um marco, pois capacitou integrantes do Judiciário em técnicas de segurança pessoal e estratégias para defesa contra atentados, preparando-os para garantir a própria segurança e a de suas famílias.

MISSÃO

A comissão tem a missão de implantar ações estratégicas de segurança para preservar e garantir a vida e a integridade física dos magistrados e servidores do Judiciário, em situação de risco real ou potencial.

As ações são articuladas entre a Coordenadoria Militar do TJPA, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros da PM.

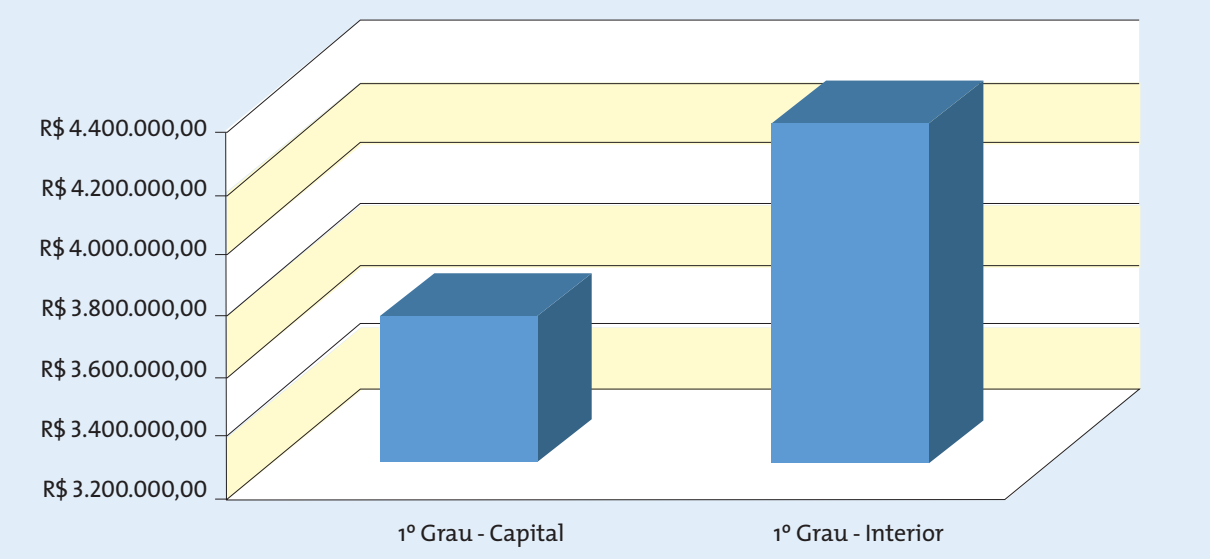
A área de segurança do Poder Judiciário destacou-se também pela abrangência de suas ações, que alcançaram, além da capital, as comarcas do 1º grau de jurisdição, incluindo a instalação de postos de vigilância armada em quase 50% das comarcas do Pará, uma evolução de 329% no atendimento às comarcas fora da Região Metropolitana de Belém.

Técnicas de sobrevivência em situações adversas e estratégias de defesa pessoal compõem a grade do curso inédito de segurança para magistrados

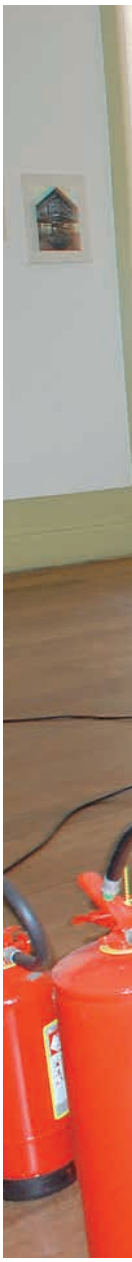
FOTOS: LUIZ CARLOS RAYOL

Vigilância armada

2013-2014



FONTE: TJPA / COORDENADORIA MILITAR



Brigada de incêndio do Judiciário tem 455 voluntários

O curso de formação de Brigada de Incêndio, sob a responsabilidade da Coordenadoria Militar, formou 455 brigadistas no âmbito do Judiciário, na capital e no interior, 319 concluintes só na Região Metropolitana de Belém. O curso forneceu conhecimentos básicos de combate a incêndio, primeiros-socorros e abandono de área, objetivando a proteção da vida, do patrimônio público, redução das consequências sociais de um sinistro e de danos ao meio ambiente. As aulas teóricas ocorreram nas próprias sedes das comarcas e as aulas práticas, nas unidades dos bombeiros. Na Região Metropolitana de Belém, o local das atividades foi o Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP).

ARMAS

Foram recolhidas também 6.809 armas nas diversas regiões judiciárias do estado. Depois de registradas em Belém, elas foram enviadas ao Exército Brasileiro para destruição, retirando de circulação armamento que poderia contribuir para o avanço da criminalidade.

Quantidade de armas recolhidas no Pará

2013 - 2014

REGIÃO	2013	2014
Região Metropolitana de Belém	**1.371**	**714**
Comarcas do Interior	**2.647**	**2.077**
TOTAL	**4.018**	**2.791**

FONTE: TJPA / COORDENADORIA MILITAR

Servidores do TJPA recebem treinamento para saber como agir em casos de incêndio

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Nupemec busca evitar processos judiciais

Curso de formação de conciliadores e mediadores registrou mais de três mil inscrições

A conciliação como método para a resolução de divergências e embates, evitando que se transformem em processos judiciais e contribuindo com celeridade para a satisfação do jurisdicionado, é o principal objetivo do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJPA, cuja criação atende a uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que o Judiciário do País planeje e institua políticas de mediação, além de capacitar e treinar conciliadores.

Nupemec coordena os cinco centros judiciários de solução de conflitos e cidadania instalados no Pará

O Nupemec coordena a ação dos cinco Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) já instalados no Estado, três deles em Belém, um em Paragominas, na região do

Inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) em Paragominas

Rio Capim, o primeiro município do interior a incorporar a experiência, e outro em Parauapebas, no sudeste do Pará. O Cejusc da Casa da Justiça e Cidadania trabalha com questões pré-processuais. O Cejusc das Varas de Família visa promover o acordo nos processos já em andamento; e o da Faculdade Metropolitana da Amazônia (Famaz) visa a conciliação em causas cíveis.

O consenso na solução de conflitos se constitui em prática que vem sendo muito bem recebida pela população.

Conciliação fiscal em Belém celebrou quase três mil acordos no biênio

Conciliação fiscal registra média de 94% de acordos

A Semana de Conciliação em Execução Fiscal, projeto da 4ª Vara de Fazenda Pública da Capital para reduzir o número de processos em tramitação, homologou um total de 2.983 acordos envolvendo 3,1 mil pessoas no biênio, com ações em maio e setembro de 2013 e em junho e setembro de 2014. A equipe formada por um magistrado, seis conciliadores e 11 colaboradores registrou média de 94% de acordos homologados no período.

Projeto Semana da Conciliação em Execução Fiscal

2013-2014

2013

MÊS	Nº DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÕES		TOTAL DE ACORDOS HOMOLOGADOS	Nº PESSOAS ATENDIDAS	Nº PARTICIPANTES (MAGISTRADOS)	Nº PARTICIPANTES (CONCILIADORES)	Nº PARTICIPANTES (COLABORADORES)
	DESIGNADAS	REALIZADAS					
JUNHO	**401**	**379**	**340 (90%)**	**379**	**1**	**6**	**11**
SETEMBRO	**520**	**456**	**415 (91%)**	**456**	**1**	**6**	**11**

2014

MÊS	Nº DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÕES		TOTAL DE ACORDOS HOMOLOGADOS	Nº PESSOAS ATENDIDAS	Nº PARTICIPANTES (MAGISTRADOS)	Nº PARTICIPANTES (CONCILIADORES)	Nº PARTICIPANTES (COLABORADORES)
	DESIGNADAS	REALIZADAS					
MAIO	**1.324**	**1.109**	**1.090 (98,3%)**	**1.109**	**1**	**7**	**11**
SETEMBRO	**1.268**	**1.182**	**1.138 (96,28%)**	**1.182**	**1**	**7**	**15**

FONTE: TJPA / 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

Convênios

Parcerias fortaleceram a ação do Judiciário

Ação conjunta com instituições públicas e privadas melhora prestação dos serviços jurisdicionais

As parcerias institucionais fortaleceram e aprimoraram os mecanismos de suporte à prestação jurisdicional. Por meio delas, por exemplo, foi garantida a absorção de mão de obra carcerária por órgãos públicos, a gestão e acompanhamento eficiente de medidas socioeducativas, o uso de meios eletrônicos para tornar a comunicação interinstitucional mais ágil e dar celeridade ao trâmite processual, e a gestão conjunta de situações polêmicas na sociedade. Também resultaram de parcerias recursos financeiros para construção de prédios ao Poder Judiciário, cessão de espaços, tempo e recursos humanos para atividades judiciárias, cooperação técnica, fortalecimento e aprimoramento da área organizacional, gestão de recursos financeiros e cooperação na área de informática.

Parcerias garantiram recursos financeiros para a construção de prédios para o Poder Judiciário no interior e na capital

Reinserção de apenados e medidas socioeducativas

- Inserção de apenadas para apoio laboral no TJPA pelo projeto Começar de Novo (2013).
- Absorção de mão de obra carcerária da Colônia Heleno Fragoso, em projeto de colaboração técnica com a Prefeitura de Belém (2013).
- Absorção de mão de obra de 50 internos do regime semiaberto pela Secretaria Municipal de Saneamento de Belém (2013).
- Absorção de mão de obra de 50 internos do

Começar de Novo garante trabalho a mulheres que precisam de novas oportunidades

regime semiaberto na Secretaria Estadual de Integração Regional e Desenvolvimento Urbano do Pará (2013).

- Absorção de mão de obra de 20 internos do semiaberto pela Prefeitura de Marabá para trabalhar nas áreas de saúde e educação (2014).
- Gestão e acompanhamento de penas e medidas alternativas, de caráter educativo, em especial as de prestação de serviços à comunidade, com a Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas, Ministério Público do Pará, PM e Ibama (2014).
- Inclusão de adolescentes em atividades laborais, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Fundação de Atendimento Sócio Educativo do Pará (Fasepa) (2014)

Meios eletrônicos

- Expedição de mandados de prisão on line, com a Susipe, Secretaria de Estado de Segurança Pública (Segup) e Polícia Civil (2014).
- Encaminhamento de laudos periciais on line, com o CPC Renato Chaves, Ministério Público e Secretaria de Segurança Pública do Pará (2013).
- Transferência e disponibilização das bases de dados de empresas mercantis registradas na Junta Comercial do Estado do Pará (Jucepa) (2013).

Ações conjuntas sobre temas polêmicos

- Participação no Comitê Interinstitucional de Resolução Administrativa de Demandas da Saúde (Cirads), para analisar a falta de atendimento a cidadãos, identificar causas e encaminhar soluções, com a Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Geral da República, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, Advocacia Geral da

União, Ministério Público do Estado, Secretaria Municipal de Saúde de Belém (Sesma), Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Belém (Semaj) e Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) (2014).

- Encaminhamento de ofícios e solicitação de penhora de imóveis, on line, por magistrados paraenses, com a devida emissão de certidões digitais, com a Associação dos Registradores Imobiliários do Estado de São Paulo (Arisp) (2013).

Recursos financeiros para prédios do TJPA

- Obtenção de recursos através de convênio assinado com a empresa Vale para viabilizar as obras de construção do prédio destinado à instalação do Fórum da Comarca de Canaã dos Carajás (R$ 1 milhão), em conjunto com a Prefeitura Municipal.
- Cessão do antigo prédio da Receita Federal em Belém para a instalação dos Juizados Especiais da capital.
- Termo de cooperação entre consórcio Norte Energia e o TJPA para construção dos prédios destinados aos fóruns de Altamira (R$ 19 milhões) e de Vitória do Xingu (R$ 3,8 milhões).

Parceria com a Caixa levou o Ribeirinho Cidadão até o Marajó

Cessão de espaços, tempo e recursos humanos

- Instalação de um Juizado Especial na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) (2014).
- Instalação de um Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) no Instituto Euro Americano de Educação, Ciência e Tecnologia - Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) (2014).
- Utilização das instalações da agência barco da Caixa Econômica Federal (CEF) para o Juizado Especial Itinerante Ribeirinho Cidadão (2014).
- Cessão de espaço jornalístico na programação da Rádio Unama para transmissão do programa "Minuto da Justiça", pela Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa) (2014).
- Utilização e transmissão do conteúdo produzido e divulgado pela Radio Web Jus, com a Defensoria Pública do Pará, Ministério Público do Pará, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (2013).
- Absorção de alunos estagiários do Grupo Mac de Ensino–Famac–Unopar,em Paragominas, para atuar

como conciliadores voluntários no Cejusc local (2014).

Cooperação técnica

- Com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em projetos e atividades da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ) e pelas Varas de Infância do TJPA (2014) .
- Com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Intercâmbio de conhecimentos e experiências e atuação conjunta em atividades e programas de mútuo interesse (2014).
- Com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para aperfeiçoamento e manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa ou que implique inelegibilidade (2014).
- Com a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) para cessão, guarda e tratamento da documentação do acervo histórico do arquivo

A desembargadora Luzia Nadja cumprimenta o reitor José Seixas Lourenço, da Ufopa, que recebeu o acervo judiciário relativo à Cabanagem

do Poder Judiciário na comarca de Santarém (2013).

› Com o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), cooperação técnica entre as áreas de controle interno para compartilhamento de métodos e procedimentos e das boas práticas de melhorias desenvolvidas (2014).

Gestão de recursos financeiros

› O Banco do Brasil disponibilizou cartão magnético de uso bancário para movimentação de suprimento de fundos (2013).

› O Banco do Estado do Pará (Banpará) passou a prestar serviços de gestão de frota por meio do Sistema Cartão Combustível, que possibilita o acompanhamento do abastecimento de cada veículo (2013).

Cooperação técnica em informática

› Com o Tribunal de Justiça do Maranhão, intercâmbio na área de tecnologia da informação para viabilizar na justiça paraense a adoção de recursos na implementação do Sistema Frottas (2013).

› Com a Caixa Econômica Federal (CEF), emissão de 750 certificados digitais do tipo A3 a magistrados e servidores do PJPA (2013).

› Com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), doação de equipamentos de comunicação e informática ao TJPA (2013).

› Com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedcti) e Empresa de Processamento de Dados do Pará (Prodepa), para fortalecimento da infraestrutura de redes de comunicação de dados, voz e imagem, via fibra ótica, dos poderes Executivo e Judiciário do Pará.

REFERÊNCIA

Pará sediou Encontro Nacional do Judiciário e outros eventos

Judiciário paraense foi o anfitrião de várias iniciativas de formação e debate sobre os rumos da Justiça

O VII Encontro Nacional do Judiciário, em novembro de 2013, com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa, é um marco para o Tribunal de Justiça do Pará, que teve a oportunidade de sediar o evento que definiu as metas nacionais da Justiça para 2014 e os macrodesafios para o período entre 2015 e 2020.

Eventos foram fundamentais para a troca de experiências e intercâmbio entre os operadores de Direito

No biênio 2013-2015, uma série de outros eventos de caráter nacional e internacional, cujo enfoque foi a administração da Justiça, ocorreram em Belém sob a chancela do TJPA, entre os quais merecem destaque o Encontro sobre Improbidade Administrativa, em junho de 2013, o 99º Encontro Nacional do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, em junho de 2014, o Curso Internacional em Direito Ambiental e Agrário e o Encontro 1ª Dimensão de Direitos Civis e Políticos, ambos em agosto de 2014, a XXXVI edição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), em novembro de 2014, e o Encontro Jurídico, em 2014, promovido pela Escola Superior de Magistratura. Além das reflexões, debates e decisões importantes para a aplicação da Justiça no Pará e em todo o País, esses eventos foram fundamentais para a troca de experiências e intercâmbio entre os operadores de Direito.

Conselho da Magistratura e homenageados na solenidade de outorga da Ordem do Mérito Judiciário

TJPA outorgou o Mérito Judiciário a 108 personalidades

O dia 11 de agosto, alusivo à fundação dos primeiros cursos de direito no Brasil e quando se comemora o Dia do Advogado, foi um momento especial para distinguir magistrados, técnicos, militares, integrantes do Executivo e personalidades que se tornaram referência para o Judiciário. No biênio, 108 pessoas foram homenageadas com a Ordem do Mérito Judiciário, insígnia outorgada pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Paraense em quatro graus: Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro.

O Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Pará é composto pelos desembargadores Rômulo Nunes, Ronaldo Valle, Maria de Nazaré Saavedra, Helena Dornelles, Maria do Céo Maciel Coutinho, Roberto Gonçalves de Moura e Vera Araújo de Souza. Na escolha dos homenageados são considerados "os inestimáveis serviços prestados ao povo e ao Estado do Pará por aqueles que, numa labuta profissional incessante na busca do desenvolvimento neste Estado, de forma desprendida de qualquer interesse pessoal, competência técnica e postura ética, enobrecem e servem de exemplo a todos".

A desembargadora Luzia Nadja ao lado do desembargador Milton Nobre, durante o Encontro Nacional do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

O ministro Joaquim Barbosa, ao centro,ao lado do governador Simão Jatene e da desembrgadora Luzia Nadja durante encontro histórico em Belém

Juizados Especiais debateram os rumos da Justiça gratuita no Brasil

MÉRITO

Prêmios nacionais consagram o trabalho em equipe

Judiciário paraense é destaque no cumprimento de várias metas do Conselho Nacional de Justiça

O Judiciário do Pará encerrou o biênio 2013-2015 com algumas distinções, conferidas pelo CNJ e pelo Ministério da Justiça, que evidenciam o êxito das políticas de gestão planejada e participativa para aprimorar a qualidade dos serviços judiciais e ampliar o acesso dos cidadãos à Justiça.

Iniciativas em diversas áreas renderam ao TJPA uma coleção de prêmios

CAMPEÃO DA META 1

Em 2014, foram divulgados números demonstrando que o TJPA julgou, em 2013, uma quantidade maior de processos, em relação a novas ações, e ficou em 1º lugar entre os 27 tribunais estaduais do País no cumprimento da Meta 1, do CNJ, com mais de 120% da meta cumprida.

JUSTIÇA EM NÚMEROS - SELO OURO

O TJPA também conquistou o Selo Ouro na premiação do CNJ concedida aos tribunais brasileiros pelo esforço, em 2013, para aprimorar os sistemas de estatísticas e informações relacionadas ao funcionamento do Judiciário, na primeira edição do Selo "Justiça em Números".

INFÂNCIA E JUVENTUDE - SELO PRATA

A Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), do TJPA, recebeu o selo Prata do CNJ e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em reconhecimento aos tribunais que investem em boas práticas na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A desembargadora Luzia Nadja e a juíza Kédima Lyra receberam o prêmio "Conciliar é legal", do CNJ

CONCILIAÇÃO FISCAL

O IV prêmio "Conciliar é legal", do CNJ, concedeu menção honrosa à Semana da Conciliação em Execução Fiscal, do TJPA, na categoria Tribunal Estadual, junto com 17 práticas jurídicas que contribuíram para fortalecer a pacificação e aprimorar a justiça. A Semana da Conciliação Fiscal é feita em parceria com a Prefeitura de Belém. No biênio 2013-2015, a Semana de Execução Fiscal homologou quase três mil acordos, envolvendo 3,1 mil pessoas, com ações em maio e setembro de 2013 e em junho e setembro de 2014.

Magistrados das unidades judiciárias do Pará que receberam o selo bronze da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp), do CNJ

METAS ENASP - SELO BRONZE

Também foram distinguidos com o Selo Bronze da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp) magistrados de doze unidades judiciárias do Pará pelo empenho no cumprimento da Meta 4 do Enasp, relacionada à realização de júris para processos de homicídios anteriores a 2008. Receberam os selos unidades judiciárias que realizaram ao menos quatro júris ao longo da Semana Nacional do Júri, em março de 2014. São elas: a 1ª e a 3ª Varas do Júri de Belém, 10ª Vara Penal da Comarca de Santarém, 3ª Vara Penal de Itaituba, 2ª Vara Penal de Redenção, 1ª Vara da Comarca de Tailândia, além das Comarcas de Rondon do Pará, Afuá, Alenquer, Itupiranga, Óbidos e Oriximiná.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, entrega à desembargadora Diracy Nunes a medalha que distinguiu a agenda de itinerância do TJPA como destaque

JUIZADOS ESPECIAIS - PRÊMIO DESTAQUE

O Ministério da Justiça também selecionou o TJPA como "Destaque" dentre todos os judiciários brasileiros pelas boas práticas das itinerâncias organizadas pela Coordenadoria dos Juizados Especiais, consideradas entre as melhores do País.

EQUIPE DE TRABALHO

Gabinete da Presidência

Secretarias Judiciária e da Presidência

Assessorias da Presidência

Relações Institucionais, Imprensa e Cerimonial

Coordenadoria Militar

Planejamento Estratégico

Secretaria de Administração

Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças

Secretaria de Gestão de Pessoas

Secretaria de Controle Interno

Secretaria de Informática

EXPEDIENTE

Coordenação técnica
Raquelita Athias, Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan,
Valéria Athayde Fontelles de Lima, Jessica de Bosi e Araújo

Redação, edição e revisão
João Vital e Edir Gaya

Edição de arte
Airton Nascimento

Fotos
Ricardo Lima e Érika Nunes

Foto de capa
Érika Nunes

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO
ESTADO DO PARÁ
1874
NON SIBI
AD JUSTITIA
SEMPER FIDELIS